



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA UFJF/UFV**

IGOR CHAGAS MONTEIRO

**MULHERES DE PRETO:
TRAJETÓRIAS NA ARBITRAGEM DO FUTEBOL PROFISSIONAL**

Juiz de Fora
2016

IGOR CHAGAS MONTEIRO

**MULHERES DE PRETO:
TRAJETÓRIAS NA ARBITRAGEM DO FUTEBOL PROFISSIONAL**

Dissertação apresentada ao PPGEF – Mestrado em Educação Física da Faculdade de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Juiz de Fora, como parte dos requisitos para obtenção de Qualificação do projeto de Mestrado em Educação Física. Área de concentração: Movimento Humano e Esporte.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Ludmila Mourão

Juiz de Fora
2016

IGOR CHAGAS MONTEIRO

**MULHERES DE PRETO:
TRAJETÓRIAS NA ARBITRAGEM DO FUTEBOL PROFISSIONAL**

Dissertação apresentada ao PPGEF – Mestrado em Educação Física da Faculdade de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Juiz de Fora, como parte dos requisitos para obtenção de Qualificação do projeto de Mestrado em Educação Física. Área de concentração: Movimento Humano e Esporte.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Ludmila Mourão

Aprovado em

Prof^ª. Dr^ª. Silvana Vilodre Goellner
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof. Dr. Álvaro de Azeredo Quelhas
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Prof^ª. Dr^ª. Ludmila Mourão (Orientadora)
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Dedico este trabalho a todas as árbitras de futebol, que escreveram e escrevem grandes histórias nos gramados brasileiros.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, que me concedeu forças para trilhar essa jornada.

Aos meus pais, Dalva e Ueslei, que sempre me apoiaram e me deram muito amor e carinho, permitindo que eu chegasse até aqui.

Ao meu irmão, Bruno, por todos os momentos que vivemos.

À professora Ludmila, minha orientadora neste trabalho, minha amiga que me ensinou muito sobre o mundo acadêmico e da Educação Física, e sempre me encorajou nas pesquisas.

Aos professores Álvaro Quelhas, Silvana Goellner, Francine Andrade, Neil Franco, Selva Barreto e Daniela Auad, por todo o apoio nas pesquisas e principalmente pela nossa amizade.

Ao professor João Paulo, Vera, Ayra, Tayane, Letícia, Marcelo, Karine, Mari e Aline, pelos momentos que compartilhamos no Mestrado e no GEFSS.

Às minhas amigas Ângela Maria e Cristina Vasconcelos.

À minha amiga Pamela Joras.

Às meninas do Tá Joia, Eveline, Bárbara Saar, Mariana, Nat, Tati Meira, Tatá, Raíssa, Letícia Prestes, Letícia Maria, Bárbara Pires, Tatiane, Anna Luísa, Luísa, Carolaine, Joanna, Karina, Isabella Dusi e Isabela Souza, pela amizade e apoio nessa reta final do Mestrado.

Aos amigos da Acqua Form, em especial Eliane (Lili), Kátia, Márcio e Waltinho.

Às árbitras que participaram deste projeto, Grazielle, Tatiane, Janette, Cássia, Cláudia, Francielli, Ana Paula, Renata, Regildenia, Silvia Regina e Léa Campos, por terem doado seu tempo para a realização das entrevistas.

Aos Vigaristas, em especial aos amigos Wellington, Renatinho, Lucas, Diego, Diogo, Willen e Antônio Júlio, por todos os anos que passamos juntos na Educação Física.

“Você sabe que encontrou a felicidade quando vive um momento que não quer que acabe”.
(Clóvis de Barros Filho).

MONTEIRO, I. C. **Mulheres de preto:** trajetórias na arbitragem do futebol profissional. 2016. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física, Movimento Humano e Diversidade) – Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Viçosa e Faculdade de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

RESUMO

Inúmeras barreiras culturais e de gênero, além daquelas relacionadas às formas de ascensão profissional, delimitam as experiências das mulheres na arbitragem no futebol brasileiro. Nesse sentido, destacamos como objetivo deste estudo descrever a trajetória de árbitras de futebol profissional no Brasil, analisando seus processos de inserção, permanência, ascensão na carreira e aposentadoria. Para tal organizou-se um estudo de abordagem qualitativa e do tipo descritivo. Para a coleta de dados, utilizou-se da técnica de entrevista, realizada com dez árbitras de futebol atuantes nas décadas de 1980, 1990 e 2000. A análise dos dados seguiu a técnica da análise de conteúdo, de acordo com Bardin. As vias de acesso para a arbitragem foram a família e a experiência esportiva, e a visibilidade de mulheres na arbitragem foi fundamental para o ingresso das novas árbitras a partir dos anos 2000. As participantes do estudo atuaram em importantes competições nacionais e internacionais e o encerramento de suas carreiras foi motivado por lesões. Concluímos que as árbitras das décadas de 1980 e 1990, ao se inserirem na arbitragem, quebraram barreiras, superaram inúmeras dificuldades no campo da arbitragem e contribuíram para consolidar a atuação das mulheres como árbitras.

Palavras-chave: Árbitra de futebol. Gênero. Futebol. Arbitragem.

MONTEIRO, I. C. **Women in black:** careers on professional soccer refereeing. 130 f. Dissertation (Master of Physical Education, Human Movement) - Department of Physical Education, Federal University of Viçosa and Faculty of Physical Education and Sports of the Federal University of Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

ABSTRACT

A lot of difficulties – such as cultural and gender barriers, as well as those related to career building – limit women experience in soccer. The aim of this study is to describe the history of Brazilian professional football referees and analyze the processes of inclusion, permanence, career advancement and retirement of women referees in Brazilian professional soccer. To achieve our purpose, we conducted a qualitative and descriptive research. Data was collected through interviews conducted with ten women soccer referees acting in the years 1980, 1990 and 2000. For data analysis we adopted Bardin's content analysis technique. Access routes to arbitration were family and sports experience. The visibility of women in arbitration was essential for the entry of new referees in the 2000s. The study participants were active in major national and international competitions, and the end of their careers was motivated by injuries. We conclude that the referees of the 1980s and 1990s, when inserted in the refereeing, broke down barriers, overcame numerous difficulties in the field of refereeing and contributed to consolidating the role of women as referees.

Keywords: Female Referee. Gender. Soccer. Refereeing.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Sílvia Regina atuando como árbitra	46
Figura 2	Cláudia Guedes (ao centro) em atuação na Copa do Mundo FIFA em 1991	47
Figura 3	Cássia atuando pela Série C do Campeonato Brasileiro 2006	47
Figura 4	Ana Paula Oliveira bandeirando	48
Figura 5	Janette na Copa do Mundo FIFA de Futebol Feminino 2015 no Canadá	49
Figura 6	Regildenia na Copa do Brasil sub-20 em 2012	50
Figura 7	Tatiane Sacilotti na final do Campeonato Paulista de 2011	50
Figura 8	Graziele Crizol	51
Figura 9	Francielli em atuação pela Federação Mineira de Futebol	52
Figura 10	Renata Ruel em atuação no Campeonato Paulista 2015	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Perfil das árbitras entrevistadas	55
Quadro 2	Categoria das árbitras entrevistadas	69
Quadro 3	Período e tempo de atuação das árbitras	70
Quadro 4	Competições nacionais em que as árbitras entrevistadas atuaram	73
Quadro 5	Competições internacionais em que as árbitras entrevistadas atuaram	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	Árbitro Assistente
AC	Árbitro Central
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CBFS	Confederação Brasileira de Futsal
CBHb	Confederação Brasileira de Handebol
CEP	Comitê de Ética e Pesquisas
ESEF	Escola de Educação Física
FA	Football Association
FGF	Federação Gaúcha de Futebol
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIFA	Fédération Internationale de Football Association
FPF	Federação Paulista de Futebol
FMF	Federação Mineira de Futebol
GEFSS	Grupo de Estudos de Gênero, Educação Física, Saúde e Sociedade
IFAB	International Football Association Board
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
SAFESP	Sindicato dos Árbitros de Futebol do Estado de São Paulo
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFV	Universidade Federal de Viçosa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 REVISÃO DE LITERATURA	18
2.1 O <i>Habitus</i> e a Teoria dos Campos	18
2.1.1 A construção da carreira na arbitragem em futebol	22
2.1.2 Alguns apontamentos sobre a profissionalização dos (as) árbitros (as)	26
2.2 O gênero como uma categoria analítica	28
2.3 Revisando os estudos e construindo o campo das mulheres na arbitragem em futebol	30
3 METODOLOGIA	43
3.1 Instrumentos e Procedimentos	43
3.2 Participantes do estudo	45
3.3 Tratamento dos dados	53
4 MULHERES DE PRETO: trajetórias na arbitragem do futebol profissional	55
4.1 Inserção na arbitragem: as experiências esportivas, a família e a mulher referência como vias de acesso	57
4.1.1 Inserção na arbitragem: os cursos de formação e as principais barreiras enfrentadas	61
4.2 Permanência e carreira: possibilidades de ascensão e a chegada ao futebol profissional	68
4.2.1 A percepção sobre olhar da mídia sobre as árbitras no futebol brasileiro	85
4.2.2 A rotina de treinamentos e as diferenciações de gênero na arbitragem	89
4.3 O encerramento da carreira: as lesões que penduram o apito	90
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	98
ANEXO I- Parecer CEP	104

ANEXO II- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	106
APÊNDICE A- Roteiro de Entrevistas	108
APÊNDICE B- Roteiro de Entrevista Simplificado	111
APÊNDICE C- Entrevista Cláudia Guedes	112

1 INTRODUÇÃO

O futebol é parte da vida do autor deste estudo desde sua infância, quando acompanhava os jogos do Clube de Regatas Vasco da Gama pela televisão.

Na prática, aos sete anos ingressei em uma escolinha de futsal na Escola Adventista de Juiz de Fora, onde permaneci até os quinze anos. Aos quatorze, passei também a participar da escolinha de futebol da Associação Atlética Banco do Brasil (AABB), também na Manchester Mineira¹, pela qual joguei durante um ano.

O meu envolvimento com o esporte para mulheres começou em 2006, quando, aos 16 anos, entrei para a equipe de futsal da escola onde cursava o Ensino Médio e o curso técnico em Administração, a Fundação Educacional Machado Sobrinho. Na escola, havia uma excelente equipe de futsal de mulheres, que treinava para os Jogos do Interior de Minas (JIMI), e o treinador era o mesmo da equipe masculina. Como eu era o goleiro do time masculino e a equipe feminina tinha apenas uma goleira para os treinos, o treinador me convidou para treinar junto com as meninas. Dessa forma, passei a frequentar todos os treinos e assistir aos jogos do time, entre 2006 e 2008.

Nesse período, acompanhei também, pela televisão, as mulheres da seleção brasileira de futebol nos Jogos Pan-Americanos e na Copa do Mundo em 2007, e assisti a alguns jogos da Copa do Brasil e do Campeonato Brasileiro masculino, bandeirados pela assistente Ana Paula Oliveira, o que me despertou muita curiosidade, pois não era comum encontrarmos mulheres arbitrando no futebol.

Esse envolvimento com o futebol de mulheres² foi tão significativo que, em 2008, no Trabalho de Conclusão de Curso do curso técnico em Administração, apresentei um “plano de negócios” de uma empresa denominada *Acadêmica* Assessoria Esportiva, que visava oferecer um serviço a clubes para capacitar técnicos e técnicas a atuarem no futebol para mulheres.

Quando ingressei na Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em 2009, logo no primeiro período, tive a oportunidade de participar de um curso de arbitragem em futsal. Essa formação na arbitragem me levou a atuar em alguns

¹ Manchester Mineira é um nome como é conhecida popularmente a cidade de Juiz de Fora, devido ao seu passado com diversas indústrias têxteis.

² A utilização do termo “futebol de mulheres” em vez de “futebol feminino” é utilizada porque a expressão “feminino” evoca representações essencializadas de uma feminilidade normativa (SOUZA JÚNIOR, 2013).

campeonatos, dentre os quais destaco: a Copa Prefeitura Bahamas de Futsal³ (2016-2010), o Campeonato Brasileiro de Futebol 7 PC Paralímpico (2015; 2013)⁴ e a 5ª Brazil Football Cup⁵ (2012). No futebol paraolímpico, tive a oportunidade de atuar junto com uma ex-árbitra da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), a mineira Cássia Alves Dias. Recentemente, fui selecionado como um dos árbitros brasileiros que atuarão na competição de Futebol 7 PC nos Jogos Paralímpicos Rio 2016.

Essas experiências na arbitragem também me desafiaram a refletir sobre a violência no futebol, uma vez que ouvia relatos de colegas da arbitragem local que haviam sido vítimas de agressão física nos campeonatos de várzea. Observava também, nos jogos em que atuava, situações de ofensas verbais proferidas contra as equipes de arbitragem. Com essa problemática, defendi o Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado em Educação Física (2013), que versou sobre violência contra a arbitragem no futebol amador juizforano⁶, orientado pela professora Ludmila Mourão.

Nesse mesmo ano, ingressei no Grupo de Estudos Gênero, Educação Física, Saúde e Sociedade (GEFSS), sob a coordenação da professora Ludmila, e fui encorajado a continuar refletindo sobre o futebol. Entre as diferentes temáticas que envolviam as mulheres no esporte, observei que no futebol e no futsal amador de Juiz de Fora não havia mulheres atuando como árbitras. Elas assumiam apenas a função de anotadoras e cronometristas. Esse fato me chamou atenção, mesmo já observando algumas poucas árbitras atuando no futebol profissional. Essas experiências e reflexões me incentivaram a elaborar um projeto de pesquisa para o mestrado que estudasse a trajetória de árbitras no futebol profissional brasileiro, com o intuito de compreender melhor esse campo, ainda em construção. Fui trabalhando nesse projeto junto com o grupo de pesquisa e a professora Ludmila Mourão até estruturarmos o recorte que apresentaremos nesta dissertação.

O título desta dissertação – “Mulheres de preto: trajetórias na arbitragem do futebol profissional” – faz uma referência clara ao conteúdo e aos sujeitos desse estudo: as árbitras de futebol. Ao apresentarmos o termo “mulheres de preto” fazemos uma analogia à maneira como os árbitros eram popularmente conhecidos a partir de 1868, quando houve a inserção da

³ Essa copa é realizada há mais de 30 anos, e em 2014 contou com 270 equipes de cidades da Zona da Mata mineira, nas categorias sub-09, sub-11, sub-13, sub-15, sub-17, sub-20, Adulto e Master no masculino e, no feminino, nas categorias sub-16 e Adulto (PREFEITURA DE JUIZ DE FORA, 2015).

⁴ Campeonato de futebol paralímpico para indivíduos com paralisia cerebral, organizado pela Associação Nacional de Desportos para deficientes. Em 2013, foi realizado em Belo Horizonte; em 2015, em Águas de Lindoia-SP.

⁵ Torneio internacional de futebol de base sediado em Juiz de Fora, em que atuei como árbitro assistente (bandeirinha).

⁶ Trabalho intitulado “Cultura de violência contra a arbitragem no futebol: um recorte da realidade juizforana em nível amador”.

arbitragem no futebol, que era realizada por homens. Durante esse período os árbitros utilizavam uniformes negros e tinham sua figura, simbolicamente, equiparada à de policiais e juízes (ELIAS; DUNNING, 1992).

No subtítulo – “trajetórias na arbitragem do futebol profissional” – o termo “trajetórias” está respaldado na concepção de *habitus* de Bourdieu, definido como: “[...] sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes (BOURDIEU, 2011, p. 191).

As marcas distintivas dos sujeitos e os percursos históricos dos agentes deixam traços que, ao se unirem a outros traços dos grupos sociais, definem caminhos comuns, percursos semelhantes, uma trajetória (MONTAGNER, 2007). Bourdieu (1998, p. 21) define trajetórias como “um sistema dos traços pertinentes de uma biografia individual ou de um grupo de biografias”.

Pareceu-nos apropriado adotar o termo “trajetória”, na medida em que vamos trabalhar com as histórias de vida de árbitras, com recorte especial da atuação profissional na arbitragem, considerando as limitações, restrições e interdições baseadas no gênero⁷ que constroem resistências e tensões, não só para ingressar no futebol profissional, como também para permanecer e ascender na carreira.

Nesse contexto, o objetivo geral deste estudo é analisar os processos de inserção, permanência, ascensão na carreira e aposentadoria de árbitras no futebol profissional brasileiro. Como objetivos específicos, buscamos identificar o perfil de árbitras que atuam no futebol profissional brasileiro e descrever a trajetória de árbitras de futebol profissional no Brasil, campo em que as mulheres ainda enfrentam inúmeras barreiras para se inserirem.

Assim, cabe expor que o Brasil possui árbitras de futebol atuando em todas as divisões do Campeonato Brasileiro masculino e feminino, entretanto a elas se conferida pouca visibilidade. Algumas árbitras que retratamos neste estudo tiveram destaque em nível nacional e internacional. Além da pioneira Léa Campos, primeira árbitra de futebol do mundo, temos Cláudia de Vasconcellos Guedes, primeira mulher a apitar em uma competição oficial organizada pela FIFA, a I Copa do Mundo de Futebol Feminino em 1991; Sílvia Regina de Oliveira, que compôs o primeiro trio de arbitragem de mulheres a atuar em uma partida do Campeonato Brasileiro Série A masculino em 2003 e foi a primeira mulher a apitar uma partida

⁷ Neste trabalho entendemos gênero a partir dos estudos de Joan Scott (1995). O gênero é “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e “uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

da Copa Sul-Americana, também no mesmo ano; e Ana Paula Oliveira, que participou do trio de mulheres em 2003 ao lado de Sílvia e foi a primeira assistente a bandeirar uma partida da Copa Libertadores da América masculina em 2005 (TV FPF, 2008; REIS; ARRUDA, 2011).

Essas mulheres tiveram um papel importante para a visibilidade de árbitras nos campos de futebol e se tornaram mulheres de referência, contribuindo para o aumento do interesse das jovens nos cursos de formação de oficiais de arbitragem em futebol a partir dos anos 2000 (MOURÃO *et al.*, 2015). Contudo, pioneiras como Léa Campos e Cláudia de Vasconcellos Guedes sequer são conhecidas dos (as) brasileiros (as).

Nesse sentido, quando observamos que a história e as trajetórias de árbitras brasileiras ainda não se encontram incorporadas na literatura esportiva e na cultura nacional, evidencia-se a relevância desta pesquisa, que procura sistematizar essas histórias, contribuindo também para contar uma parte da história de mulheres no esporte no Brasil.

Louro (1997) e Knijnik (2010) chamam atenção para a importância de dar visibilidade às mulheres em diversos campos sociais. No nosso caso, privilegiamos, mais especificamente, o campo esportivo e da arbitragem no futebol brasileiro. Nessa pesquisa, procuramos “tirar as mulheres do rodapé da história”, como afirma Knijnik, (2010, p. 35), trazendo à tona suas trajetórias, já que “[...] a segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas teve como consequência na sua ampla invisibilidade como sujeito [...]” (LOURO, 1997, p. 17).

Assim, destacamos a oportunidade de trabalhar com as histórias de vida de importantes árbitras brasileiras, visando inserir e destacar, na história do esporte nacional, mulheres que contribuem e contribuíram para alavancar a arbitragem do futebol brasileiro. Neste trabalho utilizaremos apenas as narrativas das árbitras como fonte da construção de suas trajetórias.

Esta dissertação está organizada em cinco capítulos. O primeiro expõe a introdução, o segundo traz uma revisão de literatura sobre a teoria dos campos simbólicos, *habitus*, gênero e arbitragem de mulheres em diversas modalidades esportivas, com foco no futebol. Essa revisão sobre a arbitragem de mulheres foi feita a partir de buscas na literatura nacional, em artigos, testes e livros. Vale destacar que encontramos poucos trabalhos que discutiam essa temática. O terceiro descreve os procedimentos metodológicos; o quarto aborda a análise dos dados empíricos a partir das categorias inserção, permanência e carreira e encerramento da carreira; e o quinto apresenta as considerações finais da pesquisa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura está organizada a partir de três itens: o primeiro apresenta o subcampo da arbitragem em futebol a partir das teorizações de *habitus* e dos campos de Bourdieu; o segundo aborda o gênero como uma categoria analítica; e o terceiro revisa os estudos sobre as trajetórias das mulheres na arbitragem em diversas modalidades esportivas, inclusive o futebol.

2.1 O *Habitus* e a Teoria dos Campos

Neste estudo serão utilizados os conceitos desenvolvidos por Pierre Bourdieu: *habitus* e “campo simbólico”.

O *habitus* é definido como um “[...] sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 2011, p. 191).

Segundo Bourdieu, a proximidade entre os *habitus* predispõe uma aproximação: as pessoas inseridas em um determinado espaço estariam mais próximas devido a suas propriedades, suas disposições e seus gostos, e mais propensas a se aproximar, com maior facilidade de abordagem e mobilização (SILVA, 2014).

O *Habitus* obedece a uma necessidade do campo e satisfaz exigências inscritas, já que as atitudes decorrentes desse processo deixam as ações dos atores sociais inerentes a sua condição. Essa estrutura está inculcada em cada um de nós, proporcionando-nos um *habitus* que não necessariamente reflete aquilo que deveria representar. Assim, o *habitus* aparece como sendo simultaneamente um capital de técnicas, de referências e crenças (TELLES, 2008, p. 15).

Sobre os campos, Bourdieu, em seu texto intitulado “Algumas Propriedades dos Campos”, diz:

Os campos se apresentam à apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas) [...] Um campo, e também o campo científico, se define entre outras coisas através da definição dos objetos de disputas e dos interesses específicos que são irredutíveis aos objetos de disputas e aos interesses próprios de outros campos (não se poderia motivar um filósofo com questões próprias dos geógrafos) e que não são percebidos por quem não foi formado para entrar neste campo (cada categoria de interesses implica na indiferença em relação a outros interesses, a outros

investimentos, destinados assim a serem percebidos como absurdos, insensatos, ou nobres, desinteressados). (BOURDIEU, 1983, p. 89).

Cada campo específico tem suas regras e histórias próprias, dando-lhes uma autonomia relativa que permite que suas leis internas estejam afastadas do macrocosmo⁸. Para o funcionamento de um campo é necessária a existência de objetos de disputa e pessoas aptas a disputar esse jogo, com um *habitus* que permita o reconhecimento das leis do jogo e dos objetos de disputa.

A estrutura de um determinado campo é uma relação de força entre os agentes envolvidos na luta. Os indivíduos que, nessa relação de força, detêm o poder do capital específico⁹ tensionam com estratégias de conservação. No caso dos campos de produção dos bens culturais, essa conservação seria a ortodoxia, enquanto aqueles dotados de menos capital tensionam para uma estratégia de subversão (heresia) (BOURDIEU, 1989).

Nesta dissertação vamos trabalhar com o campo esportivo e o subcampo da arbitragem em futebol.

Para Bourdieu, “os que participam da luta cooperam para a reprodução do jogo contribuindo para produzir a crença no valor que está sendo disputado” (BOURDIEU, 1983, p. 91). Os (as) recém-chegados (as) – que em nosso estudo seriam as árbitras de futebol – pagam um direito de entrada que implica o reconhecimento do valor do jogo e o conhecimento (prática) dos princípios do jogo. No caso, elas são levadas a estratégias de subversão, sob pena de exclusão, o que faz com que a sua subversão permaneça dentro de limites.

Como estratégias de subversão, temos o exemplo de Léa Campos, que, ao tentar ser árbitra de futebol na década de 1960 no Brasil (fez o curso em 1967 na Federação Mineira de Futebol como a única mulher na turma), não conseguiu ser diplomada e ouviu do presidente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) na época, senhor João Havelange: “*Enquanto eu for presidente da CBD, nenhuma mulher joga ou apita futebol neste país*” (CAMPOS, 2015). As penas de exclusão impostas às árbitras parecem estar associadas a uma baixa tolerância de gênero, associando ignorância ao esporte mesmo que tenham formação. Com isso, observamos o tensionamento para a manutenção do *status quo*, em que os recém-chegados (as) e/ou desfavorecidos (as) têm o direito de se manifestarem, entretanto, devem fazê-lo de acordo com as regras impostas pelo jogo, o poder, sob risco de serem excluídos.

⁸ Estamos trabalhando a partir do ideário de Bourdieu, que coloca os campos como microcosmos. Para ele os campos são mundos como os outros, entretanto são dotados de leis internas que os regem (TELLES, 2008).

⁹ O capital específico é o “fundamento do poder ou da autoridade específica característica de um campo” (BOURDIEU, 1983, p. 90).

No futebol, esporte considerado de reserva masculina, que historicamente excluiu as mulheres, a primeira árbitra foi reconhecida apenas em 1971, e a criação da categoria FIFA para árbitras se deu apenas em 1995. Nesse contexto, dentro do subcampo da arbitragem em futebol, as mulheres são “recém-chegadas”, devido às inúmeras barreiras impostas para sua inserção, já que a formação de árbitros se iniciou em 1886 pela FA e o escudo FIFA para homens existe desde a década de 1950.

O “direito de entrada” pago pelas árbitras para se inserirem parece ser o de reconhecer que terão de provar sua competência a todo instante. Elas são, na maioria das vezes, escaladas em divisões do futebol brasileiro com pouca visibilidade na mídia e menor remuneração.

Conseguir fazer a leitura do que não está explícito é uma arte de sobrevivência. Em todos os campos irão acontecer lutas, disputas pelo poder, e as estratégias de manutenção do sistema dominante serão diretamente proporcionais à influência do agente social no campo em que domina (TELLES, 2008).

Nesse sentido, determinadas relações entre os agentes sociais de um campo exercem influência sobre as atitudes de todos os (as) envolvidos (as) no processo, determinando o que cada um pode ou não fazer. As posições que ocupam determinam e orientam as tomadas de decisão (TELLES, 2008).

Portanto, para que possa proceder a suas análises, o (a) pesquisador (a) deve saber qual a posição do agente social no campo investigado. Silvio Telles coloca que o distanciamento do (a) pesquisador (a) sob a égide de conferir imparcialidade à pesquisa pode afastá-lo de nuances que só estão tangíveis aos que interagem concretamente nas tensões de poder daquele campo (TELLES, 2008, p. 18-19). Para conseguir captar essas nuances, devemos categorizar o que pertence ao campo, o que não pertence e o que não tem relação com ele (BOURDIEU, 2004, p. 32 *apud* TELLES, 2008).

A partir do exposto, é fundamental conhecermos o campo da arbitragem e identificarmos as funções exercidas por mulheres e homens, a estruturação dos cursos de formação de árbitros (as), para quais partidas as árbitras estão sendo escaladas, a que categoria pertencem no quadro nacional, para podermos estabelecer as análises sobre sua situação nesse campo. Este estudo tem como intenção trazer esse debate e analisar essas informações, a fim de torná-las conhecidas por todos (as) que se interessarem por esse campo no esporte.

Na arbitragem, as mulheres hoje são instrutoras nos cursos de formação das federações, delegadas, assessoras e árbitras, mas a função que exercem é em sua maioria a de

árbitra assistente. As árbitras assistentes parecem ter maiores possibilidades de atuar nas principais divisões do futebol nacional.

No campo político, o Brasil, em 2000, apresentou suas plataformas de ação da Declaração de Beijing, a qual foi aprovada durante a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em setembro de 1995, na capital chinesa, Pequim. Entre as plataformas de ação, destacam-se o estabelecimento e a implementação de programas e políticas públicas que levem em consideração a situação de mulheres e homens, visando à promoção da igualdade, incluindo ações afirmativas que favoreçam o acesso a cargos públicos, de decisão, e a mandatos efetivos, bem como de oportunidades no mundo do trabalho (AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS, 2005).

Nesse sentido, podemos perceber que o século XXI aponta também para o crescimento da participação das mulheres na arbitragem brasileira. Por exemplo, em 2003 temos um marco: Sílvia Regina torna-se a primeira mulher a arbitrar uma partida masculina na Copa Sul-Americana de 2003, disputada entre as equipes paulistas Santos e São Caetano. Também no mesmo ano, Sílvia Regina e as assistentes Ana Paula Oliveira e Aline Lambert compuseram o primeiro trio de mulheres a atuar em uma partida do CB Série A masculino, entre Guarani e São Paulo. Outra evidência da ampliação dessa participação é o fato de Ana Paula Oliveira ter sido a primeira e única mulher, até hoje, a bandeirar uma partida da Copa Libertadores da América masculina no ano de 2005 (REIS; ARRUDA, 2011). Ela rompe com uma estrutura identificada com o masculino, que até então atuava na maior competição futebolística da América do Sul.

Sobre a trajetória das árbitras sul-americanas, a FIFA destacou em seu site a trajetória da árbitra uruguaia Cláudia Umpierrez (FIFA, 2016)¹⁰. Filha de um treinador de futebol, seu avô e sua tia foram árbitros de futebol e um tio foi jogador profissional. Hoje com trinta e três anos, ela é advogada. Cláudia jogava futebol e era atacante, mas sempre teve interesse pela arbitragem, ingressando no curso em 2002 na cidade de Montevideu. Inicialmente, seu pai não gostou da ideia: ele sabia da forma como árbitros são tratados e não gostaria de ver sua filha no campo de futebol. Contudo, ela conseguiu convencê-lo dizendo que poderia ganhar algum dinheiro para ajudar com os estudos.

É interessante destacar que, em entrevista concedida em 2016 ao site FIFA.com, a árbitra contou que chegou a pensar em desistir algumas vezes, em 2008, quando ela permaneceu na quarta divisão uruguaia por quatro anos, e sentiu que estava estagnada na carreira, pela forma como os instrutores de arbitragem a observavam. Mas a decisão de permanecer na arbitragem

¹⁰ Disponível em: <<http://www.fifa.com/womens-football/news/y=2016/m=3/news=umpierrez-uruguay-s-woman-in-the-middle-2770828.html>>.

foi acertada, pois tornou-se árbitra FIFA em 2010. Atuou em 2012 na Copa do Mundo FIFA sub-17 de futebol feminino. Em 2014, foi convocada para a Copa do Mundo FIFA sub-20 de futebol feminino, mas teve um bebê¹¹ em janeiro e foi reprovada no teste físico em junho. Cláudia chegou a pensar que sua oportunidade de atuar em uma Copa do Mundo FIFA de futebol feminino tinha acabado (FIFA, 2016).

A uruguaia seguiu treinando forte e foi convocada para a Copa do Mundo FIFA de futebol feminino Canadá 2015, onde apitou três partidas, inclusive Inglaterra e Canadá, pelas quartas-de-final da competição.

Cláudia Umpierrez tornou-se a primeira mulher a apitar uma partida de futebol profissional masculino no Uruguai. A partida entre Español e Tacuarembó foi disputada em 5 de março de 2016, válida pela segunda divisão do Campeonato Uruguaio (FIFA, 2016).

Outros exemplos podem ser evocados, como o da mexicana Virginia Tolvar, primeira mulher a apitar uma partida da primeira divisão mexicana em 2004. Fora do continente americano, temos a africana Gladys Lengwe, que apita partidas masculinas importantes na Zâmbia. Há uma expectativa de que a ucraniana Kateryna Monzul apite partidas em seu país (DAGA, 2016).

Mesmo entre avanços e recuos, no que tange à mulher na arbitragem no futebol, podemos ver o surgimento da Copa Libertadores da América de Futebol Feminino em 2009, o destaque das árbitras brasileiras na Copa América de Futebol Feminino 2014 e a presença da assistente Janette Arcanjo na Copa do Mundo FIFA 2015. Essas conquistas corroboram para a ampliação dos direitos das mulheres no esporte e encorajam meninas e mulheres no futebol e na arbitragem. Assim vai se ampliando o campo das mulheres e construindo o subcampo delas na arbitragem.

2.1.1 A construção da carreira na arbitragem em futebol

A carreira de árbitra de futebol no Brasil apresenta um perfil diferente de outras carreiras, com a chegada ao cargo ainda jovens, normalmente as (os) árbitras (os) exercem outra profissão junto com a da arbitragem.

Monteiro, Soares e Mourão (2015) pesquisaram sobre o perfil das árbitras CBF pertencentes ao quadro da entidade em julho de 2014. Comparativamente a outras carreiras,

¹¹ Cláudia é casado com um árbitro assistente FIFA.

poderíamos dizer que essas mulheres chegam jovens ao cargo, porém é preciso levar em conta que a carreira na arbitragem do futebol profissional se encerra no máximo aos 45 anos¹².

O perfil encontrado mostra que 42,1% delas possuem entre 32 e 37 anos; 40,78%, entre 22 e 31 anos; e apenas 17,12% têm entre 38 e 50 anos (n=76). A idade média encontrada foi 33 anos (MONTEIRO; SOARES; MOURÃO, 2015).

A arbitragem não é considerada uma profissão, logo árbitros (as) exercem outras profissões para complementar sua renda. Dentre as 76 árbitras que compuseram este levantamento, encontramos que 21 delas atuam como profissionais de EF, professoras e empresárias. Entretanto, cerca de 30% delas (23/76) possuem profissões de nível técnico, como auxiliares e assistentes administrativos, mostrando que essas mulheres ocupam cargos intermediários nas organizações (MONTEIRO; SOARES; MOURÃO, 2015).

O estudo de Santos, Jahnecka e Rigo (2011) investigou a carreira dos árbitros de futebol no Rio Grande do Sul e entrevistou o presidente da Comissão de Arbitragem da Federação Gaúcha de Futebol, além de analisar documentos da federação, como súmulas, *ranking* dos árbitros e manuais dos cursos de formação.

Os autores destacam que o Rio Grande do Sul sempre foi celeiro formador de grandes árbitros, possuindo até o ano de 2009 quatro árbitros no quadro da FIFA. Sobre a organização da arbitragem no estado, sabe-se que a arbitragem gaúcha foi pioneira na busca de inovações para o campo da arbitragem, sendo responsável, por exemplo, pela criação de um ranking de árbitros em 2004, divididos em categorias A, B e C. A digitação da súmula pelo árbitro e sua disponibilização *online* no site da federação gaúcha foi outra contribuição para a arbitragem brasileira em 2006. Esse sistema de *ranking* e a súmula *online* foram posteriormente adotados por outras federações, como a mineira e a paulista. O relatório que a CBF utilizou para a observação e avaliação dos árbitros seguiu o modelo utilizado pela Federação Gaúcha de Futebol (SANTOS; JAHNECKA; RIGO, 2011).

As federações têm autonomia para elaborar sua metodologia de trabalho, por outro lado os autores apontam que uma falta de padronização dos procedimentos utilizados nos estados pode gerar uma formação diferenciada para os árbitros de estados diferentes (SANTOS; JAHNECKA; RIGO, 2011).

Para ingressar no quadro gaúcho, o (a) candidato (a) deve participar do curso de formação de árbitros oferecido pela Federação Gaúcha de Futebol, que é realizado anualmente, desde 2006 (SANTOS; JAHNECKA; RIGO, 2011). Há algumas exigências para o ingresso no

¹² http://www.lancenet.com.br/minuto/Arbitragem-brazuca-passo-rumo-profissionalizacao_0_701930011.html

curso, como ter a altura mínima de 1,70m para homens e 1,60m para mulheres, ter até 30 anos, apresentar exames clínico, oftalmológico e eletrocardiograma de esforço. Em 2010, foram ofertadas 65 vagas. Caso haja um número maior de candidatos (as) do que o de vagas, os (as) aspirantes ao curso se submetem a uma avaliação teórica e de testes físicos para ingressar.

A avaliação física consiste em três provas de corrida: correr 2000m (homens) e 1600m (mulheres), em até 12min; correr 200m em até 40s (homens) e 50s (mulheres), correr 50m em no máximo 12s (homens) e em 15s (mulheres) (SANTOS; JAHNECKA; RIGO, 2011, p. 5).

Os (as) aprovados (as) passam posteriormente por uma prova com questões objetivas sobre as regras do futebol, na qual devem obter pelo menos 50% dos pontos. A carga horária foi de 126 horas/aula, com duração de seis meses.

As aulas teóricas versam sobre as regras do futebol, técnicas de arbitragem, legislação e código desportivo, medicina esportiva, preparação física e avaliações, expressão oral e escrita. Nas aulas práticas, os (as) alunos (as) atuam em competições amadoras de Porto Alegre. Durante o curso, os (as) alunos (as) são submetidos (as) a três provas teóricas que versam sobre as regras do jogo, devendo obter, ao final destas avaliações, média igual ou maior que 70% dos pontos. Ao final do curso, os (as) alunos (as) passam por um teste físico de caráter eliminatório, com índices diferenciados para homens e mulheres:

Árbitro: prova 1- deverá correr em até 12 minutos, no mínimo 2.700 m; prova 2- deverá correr 200 m no limite máximo de 32 segundos; prova 3- deverá correr 200 m no limite máximo de 32 segundos; prova 4- deverá correr 50 m no limite máximo de 7,5 segundos; prova 5- deverá correr 50 m no limite máximo de 7,5 segundos. Árbitra: prova 1- deverá correr em até 12 minutos, no mínimo 2.400 m; prova 2- deverá correr 200 m no limite máximo de 40 segundos; prova 3- deverá correr 200 m no limite máximo de 40 segundos; prova 4- deverá correr 50 m no limite máximo de 9 segundos; prova 5- deverá correr 50 m no limite máximo de 9 segundos (MANUAL DE INSTRUÇÕES DO CURSO DE ÁRBITROS-FGF, 2010 *apud* SANTOS; JAHNECKA; RIGO, 2011).

Por fim, os (as) aprovados (as) estão habilitados (as) a integrar o quadro de arbitragem da FGF. Ao ingressar na federação, os árbitros (as) recebem a classificação C no *ranking* da FGF. Para ascender à letra B, o primeiro pré-requisito é que o (a) árbitro (a) esteja cursando ensino superior. Para chegar à letra A, o (a) árbitro (a) deve ter concluído o ensino superior. Esse *ranking* é atualizado anualmente e os (as) árbitros (as) têm seus jogos observados por um (a) integrante da comissão de arbitragem da federação, que avalia de suas atuações. Os

árbitros que atingem o nível A passam por uma pré-temporada antes do início do Campeonato Gaúcho de futebol masculino da Primeira Divisão, quando assistem a palestras técnicas de arbitragem, passam por treinamentos físicos e testes físicos e teóricos. Durante a disputa do campeonato, acontecem reuniões a cada duas semanas, em que as arbitragens da rodada são analisadas. Segundo os autores, esses procedimentos auxiliam os árbitros, diminuindo a probabilidade de cometerem erros. Quando estão na categoria A, podem ser indicados para compor o quadro da CBF e, posteriormente, o da FIFA (SANTOS; JAHNECKA; RIGO, 2011).

O Curso da Federação Paulista de Futebol em 2011 tinha duração de 12 meses com 130 horas/aula, que eram divididas em aulas práticas e teóricas. As disciplinas do curso eram: História do Futebol; Legislação e Código Desportivo; Processo Decisório; Ética, Cultura e Clima; Português; Relatórios e Súmulas; Clínica de Arbitragem; Aptidão Física e Nutrição; Simulados Físicos; Atividades Práticas; Estrutura da Federação para os Aprovados; Flexibilidade Curricular. O (a) aluno (a) passa por duas avaliações teóricas, um teste físico nos padrões da FIFA e, caso seja aprovado (a), poderá realizar o Estágio Supervisionado, uma das etapas a serem cumpridas para se obter o diploma de árbitro de futebol (STAHLBERG, 2011).

O ingresso no quadro da CBF é realizado através das indicações de cada federação estadual. Cada estado tem um número de vagas e, para que um (a) árbitro (a) entre no quadro da CBF, é necessário que haja vaga para seu estado (p.e.: se o Rio Grande do Sul tem cinco vagas e já possui cinco árbitros CBF e nenhum deles deixar o quadro¹³, um novo não poderá ingressar até que exista uma vaga).

Uma outra exigência para que o (a) árbitro (a) possa ingressar na CBF é ter no máximo 33 anos de idade e possuir experiência de pelo menos dois anos na divisão principal do seu campeonato estadual masculino (SANTOS; JAHNECKA; RIGO, 2011).

Para ingressar no quadro da FIFA, o (a) árbitro (a) deve ser indicado (a) pela Comissão Nacional de Arbitragem, possuir idade entre 25 e 35 anos e falar inglês e espanhol. Cada país filiado à FIFA tem direito a 28 vagas para arbitragem, sendo 8 delas para mulheres e 20 para homens (SANTOS; JAHNECKA; RIGO, 2011). Um fato importante é que, em 60 das 209 (28,7%) federações associadas à entidade, não há árbitras (DAGA, 2016).

Como podemos observar nos dados acima, há uma desigualdade de gênero para o ingresso no quadro da FIFA no Brasil, uma vez que as mulheres representam 28,57% (8/28) do quadro internacional.

¹³ Os (as) árbitros (as) podem deixar o quadro quando completam 45 anos de idade, deficiência técnica e reprovação nos testes teóricos e/ou físicos. Quando alguém deixa o quadro há a abertura de uma nova vaga.

2.1.2 Alguns apontamentos sobre a profissionalização dos (as) árbitros (as)

A arbitragem foi regulamentada em 2013, contudo ainda não goza dos direitos de uma profissão.

É importante destacar que a lei nº 9.615/98¹⁴ dispõe que o desporto brasileiro contempla práticas formais e não formais. As práticas formais são regidas por normas nacionais e internacionais de cada modalidade, que foram aceitas por suas instituições nacionais de administração do desporto. Já as não formais têm como características a ludicidade e a liberdade dos (as) seus (suas) praticantes. A lei reza que o desporto de rendimento pode ter níveis de organização profissional, não profissional, semiprofissional ou amadora (OLIVEIRA; POLIDORO; SIMÕES, 2003).

Essa lei possui lacunas que permitiram a instauração de uma situação pela qual as jogadoras de futebol passam: a assinatura de um contrato formal de curta duração com os clubes (geralmente três meses, o tempo de uma competição), muitas vezes sem o recolhimento de FGTS e INSS e o pagamento de férias e 13º salário. Os clubes interrompem os projetos do futebol de mulheres tão logo o campeonato termina, e uma nova equipe será contratada somente para a próxima competição (OLIVEIRA; POLIDORO; SIMÕES, 2003).

Aqui podemos observar que os direitos válidos para os (as) trabalhadores (as) de outros setores ainda não fazem parte da vida das jogadoras de futebol, nem dos (as) árbitros (as), como veremos a seguir.

A profissão de árbitro (a) de futebol foi regulamentada em 2013, pela lei nº 12.867/2013, que diz:

Art. 1º- A profissão de árbitro de futebol é reconhecida e regulada por esta Lei, sem prejuízo das disposições não colidentes contidas na legislação vigente. Art. 2º- O árbitro de futebol exercerá atribuições relacionadas às atividades esportivas disciplinadas pela Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, destacando-se aquelas inerentes ao árbitro de partidas de futebol e as de seus auxiliares. [...] Art. 4º- É facultado aos árbitros de futebol organizar-se em associações profissionais e sindicatos. Art. 5º- É facultado aos árbitros de futebol prestar serviços às entidades de administração, às ligas e às entidades de prática da modalidade desportiva futebol. (BRASIL, 2013).

A regulamentação trouxe alguns direitos para os (as) árbitros (as), como a possibilidade de se organizarem em sindicatos ou associações profissionais, o que pode favorecer a categoria na conquista de alguns direitos, como o registro em carteira profissional,

¹⁴ A lei 9.615/98 é popularmente conhecida como Lei Pelé.

o recolhimento de FGTS e INSS, o pagamento de férias e 13º salário, o que ainda não é uma realidade no Brasil.

Assim, podemos perceber que a arbitragem não acompanhou o processo de profissionalização pelo qual passou o futebol. Mesmo com a regulamentação da profissão em 2013 e a atuação dos (as) árbitros (as) em partidas de futebol profissional, eles (as) exercem também outras atividades profissionais¹⁵.

Os (As) árbitros (as) recebem uma remuneração por partida, que é a mesma para ambos os sexos, mas que varia de acordo com a categoria do (a) árbitro (a) e do campeonato.

A autora Ineildes Santos aborda a questão da remuneração de homens e mulheres para atuarem na arbitragem, apresentando os valores pagos aos (às) árbitros (as) pela CBF em 2010. Segundo ela, não há diferenciação de taxa para homens e mulheres: as taxas são de acordo com a categoria do (a) árbitro (a) e a competição. No Campeonato Brasileiro Série A, um (a) árbitro (a) FIFA recebe, por partida, R\$ 3.000,00; um (a) aspirante FIFA, R\$ 2.200,00; e um (a) árbitro (a) CBF, R\$ 2.000,00. Para atuar no Campeonato Brasileiro Série B, as taxas são, respectivamente, R\$ 2.700,00, R\$ 1.700,00 e R\$ 1.500,00. A taxa do (a) árbitro (a) assistente é 50% da taxa do (a) árbitro (a) central e a do (a) quarto (a) árbitro (a) corresponde a 25% da taxa do (a) árbitro (a). A autora constatou que os árbitros atuam, em média, em três partidas por mês (SANTOS, 2013).

A autora relata que, na competição de mulheres em que atuou, a taxa para a árbitra central era de R\$ 350,00. As árbitras também atuaram, em média, em três partidas por mês. Os cálculos estimam um rendimento mensal de R\$ 6.000,00 para o árbitro, mas esse valor cai para R\$ 1.050,00 quando se trata de árbitras (SANTOS, 2013).

Observamos que essas são algumas das evidências acerca das desigualdades de gênero enfrentadas pelas mulheres nesse campo no Brasil. No próximo item discutiremos o gênero como uma categoria analítica e sobre como ela pode nos ajudar a analisar as trajetórias de árbitras no futebol brasileiro.

¹⁵ O tempo de dedicação à arbitragem exigido das mulheres as deixa com uma alta demanda de horas de trabalho, passando muito tempo afastadas de suas casas e famílias, com viagens para os jogos, treinamentos físicos, cursos de reciclagem e aprimoramento nas federações.

2.2 O gênero como uma categoria analítica

Este subcapítulo dedica-se ao debate sobre a categoria gênero. A partir dos estudos apresentados, buscaremos estabelecer as relações entre o gênero e as trajetórias de árbitras de futebol no Brasil.

Destarte, iniciaremos essa discussão a partir dos escritos da historiadora norte-americana Joan Scott (1995). Alguns questionamentos elaborados por Scott nos ajudam a refletir sobre as trajetórias das mulheres em diversos campos sociais: “Por que (e desde quando) as mulheres são invisíveis como sujeitos históricos, ainda que saibamos que elas participaram de grandes e pequenos eventos da história humana? O gênero legitimou a emergência de carreiras profissionais?” (SCOTT, 1995, p. 93).

A invisibilidade das mulheres se evidencia em diversos campos. No esportivo, em especial no subcampo da arbitragem em futebol, vemos a dificuldade em encontrar registros e precisar quando as mulheres começaram a atuar como árbitras de futebol. Isso porque essas histórias oficiais do futebol são contadas tendo o homem como referência.

Por isso, o termo “história das mulheres” assume uma posição política quando afirma que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o termo “gênero” inclui as mulheres, sem nomeá-las, parecendo, assim, não constituir uma ameaça. Esse uso do termo “gênero” objetivou legitimar academicamente os estudos feministas, na década de 1980. Entretanto, além de um substituto para o termo “mulheres”, assume um sentido de que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Em vez disso, o termo “gênero” denota uma maneira de indicar os construtos culturais, uma criação social de ideias sobre os papéis que seriam adequados aos homens e às mulheres (SCOTT, 1995).

A preocupação teórica com o gênero como uma categoria analítica surge no final do século XX. Entretanto, o gênero como uma forma de falar sobre sistemas de relações sociais ou sexuais não havia aparecido (SCOTT, 1995). Nesse sentido, o conceito de gênero proposto por Joan Scott nos ajuda a pensar nas formulações acerca dessas construções hierárquicas da relação entre masculino e feminino, bem como das relações de poder: “(1) O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas relações percebidas entre os sexos e (2) uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p.86).

A autora divide esse conceito em duas partes. A primeira refere-se aos símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas; conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas

possibilidades metafóricas; concepção de política, bem como uma referência às instituições e organizações que visam explodir essa noção de fixidez, descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência intemporal na representação binária de gênero e identidade subjetiva (SCOTT, 1995). Já na segunda parte, é desenvolvida a teorização de gênero, o qual é conceituado como uma forma primária de dar significado às relações de poder. Scott argumenta que “seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual o poder é articulado” (SCOTT, 1995, p. 88).

Nesse sentido, a maneira como vivemos o gênero e a sexualidade é aprendida na cultura, por meio de discursos que são exaustivamente reproduzidos pela mídia, pela igreja, pela família e escola, pela ciência, pelos esportes, pelas leis e através dos discursos dos movimentos sociais e dos múltiplos dispositivos tecnológicos (LOURO, 2008).

As construções de gênero e sexualidade acontecem ao longo de toda a vida, continuamente, de maneira dialética, sem fim. Essas construções se dão através de inúmeras aprendizagens e práticas, em diversas situações, empreendidas de modo explícito ou dissimulado por um conjunto de instâncias sociais e culturais. É um processo sempre em construção. “A família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo. Por muito tempo, suas orientações e ensinamentos pareceram absolutos, quase soberanos” (LOURO, 2008, p.18).

Considerando a cultura como um campo de resistência e contestação que pode produzir masculinidades e feminilidades múltiplas, as noções essencialistas e trans-históricas de homem e mulher no singular são simplistas e contestadas.

Dagmar Meyer (2004) destaca que, em virtude de o gênero abarcar a pluralidade de masculinidades e feminilidades, é importante observar que isso se dá pela articulação de gênero com outras ‘marcas’ sociais, tais como raça, etnia, classe, sexualidade, geração, nacionalidade e religião. É importante sublinhar que cada uma dessas articulações produz modificações nas formas pelas quais feminilidades e masculinidades (plurais) podem ser vividas e experienciadas, por diversos grupos, dentro dos mesmos grupos ou pelos mesmos indivíduos, ao mesmo tempo ou em diferentes momentos de sua vida.

As instituições sociais, os símbolos, as normas, os conhecimentos, as leis, as doutrinas e as políticas de uma sociedade se constituem e são atravessadas por representações e pressupostos de feminino e de masculino, ao mesmo tempo em que implicam sua produção, manutenção ou ressignificação (MEYER, 2004, p. 16).

Mesmo sendo um campo de estudos ainda recente, Dagmar Meyer (2004) chamou a atenção para o grande número de estudos, grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, políticas

e práticas que utilizaram o conceito de gênero como ferramenta teórico-metodológica e política, inclusive na área da saúde, apontando evidências que mostram uma trajetória de reconhecimento, incorporação e legitimação crescentes dessa teorização (MEYER, 2004).

A Educação Física, como um campo de investigação das ciências sociais e humanas e da saúde, vem desde os anos 1980 apropriando-se dos debates de gênero e incorporando suas contribuições aos estudos relacionados às práticas corporais e esportivas. Nos anos 1980 e 1990, o campo privilegiou estudos sobre patriarcado, estereótipos e papéis sexuais, principalmente no contexto da Educação Física Escolar. Vale destacar que nesse tempo ainda havia uma confusão entre os termos “gênero” e “sexo”. Mesmo assim, os estudos sobre mulheres e feminismos na Educação Física assumiram um caráter político, na medida em que colocaram em suspeição a fragilidade das mulheres, dando visibilidade ao fato de que elas sempre estiveram presentes nas atividades físico-desportivas (GOELLNER, 2013).

Ao verificar a importância de trabalhos que rompem com binarismos, normas e desconstruam o determinismo biológico no futebol, lançamos mão do ensaio de Priscila Dornelles (2014) sobre as normas de gênero e o futebol profissional, no qual ela abordou o exemplo de uma árbitra catarinense: a assistente de arbitragem Fernanda Colombo, que cometeu um erro durante uma partida do Campeonato Brasileiro (CB) Série A 2014, disputada entre Atlético e Cruzeiro, em que ela assinalou um impedimento inexistente contra a equipe celeste. Após a partida, um dirigente afirmou “Ela não tem preparo” e ainda sugeriu que ela posasse para uma revista masculina: “Se ela é bonitinha, que vá posar na *Playboy*; no futebol tem que ser boa de serviço” (DORNELLES, 2014). Dornelles (2014) destaca aqui o exemplo de uma masculinidade autorizada, em que o dirigente celeste manifesta publicamente seus instintos sexuais. Essa manifestação posiciona o corpo da mulher como objeto de desejo sexual do homem.

Esses motivos destacam e reforçam a importância dos estudos de gênero no âmbito esportivo e das práticas corporais, especialmente sobre as trajetórias de mulheres na arbitragem do futebol brasileiro.

2.3 Revisando os estudos e construindo o campo das mulheres na arbitragem em futebol

Com o interesse de explorar as produções sobre a arbitragem de mulheres, investigamos estudos em diversas modalidades esportivas, sobretudo aqueles que discutem acerca das árbitras no futebol, que é a nossa temática.

Encontramos um conjunto de pesquisas relativamente recentes que versam sobre as trajetórias de árbitras nos esportes de combate (SOUZA, 2010), handebol (RIGHETO, 2004), futsal (NASCIMENTO; NUNES, 2014) e no futebol (SANTOS, 2013; SANTOS; MESSEDER, 2016; MONTEIRO; SOARES; MOURÃO, 2015; MONTEIRO; MOURÃO, 2016).

Silva, Rodriguez-Añez e Frometa (2002) realizaram uma revisão de literatura cujo objetivo era revelar a origem do árbitro, as dificuldades do trabalho na arbitragem e as pressões e intervenções que ocorrem nessa atividade. O surgimento das regras do futebol (1863) e sua separação em relação ao rugby mostram que as características do futebol, como desporto moderno, permanecem até os dias atuais. Nesse período, as dúvidas em relação à marcação de infrações eram dirimidas pelo bom senso dos jogadores; assim, quando algum dos jogadores acreditava ter ocorrido uma falta, gritava “Para!”, e todos paravam (SILVA; RODRIGUEZ-AÑEZ; FRÓMETA, 2002).

Em 1868, surgiu a figura do árbitro, que, ainda sem utilizar o apito, gritava quando marcavam alguma infração. Em 1878, ele começa a utilizar o apito e, no ano de 1886, adquire maior poder de decisão, pois começa a atuar dentro do campo, acompanhando de perto o jogo. Anteriormente, os árbitros só tinham o poder de intervir quando solicitados pelos capitães das equipes, entretanto, em 1891, passam a contar com dois assistentes, conhecidos como fiscais de linha (atuais bandeirinhas).

Antes da partida se iniciar, era selecionada uma pessoa correta, com prestígio, influência na cidade ou ex-jogadores para apitar, já que a função poderia ser exercida por qualquer pessoa. Aquele que se habilitasse a apitar o certame não recebia nada pelo seu trabalho (SILVA; RODRIGUEZ-AÑEZ; FRÓMETA, 2002). No Brasil, o árbitro aparece junto com o próprio futebol, que foi trazido da Inglaterra por Charles Miller em 1894. Silva, Rodriguez-Añez e Frómeta (2002) trazem os escritos de Almeida (199?), mostrando que, inicialmente, a arbitragem possuía um cunho amadorístico, assim como os jogadores.

Esse estudo corrobora com a nossa pesquisa na medida em que revela a participação de uma mulher como árbitra em jogos amadores. A partir dos escritos de Walter Wanderley (*apud* LIMA, 1982), a pesquisa revela que “[...] certo dia em Mossoró, uma mulher, Dona Celina Guimarães Viana, apitou um jogo em uma praça. Corria vestida com uma saia, suou e fez miséria, inclusive marcando um pênalti para cada equipe (SILVA, RODRIGUEZ-AÑEZ; FROMETA, 2002, p. 42)”. É importante destacar que os autores que discutiam a origem do árbitro sinalizaram certa dificuldade em precisar quando as mulheres começaram a atuar como árbitras. E essa dificuldade parece se estender a outras modalidades.

O estudo de Souza (2010), que realizou um mapeamento do número de árbitras brasileiras em esportes de combate olímpicos (Lutas, Esgrima, Judô, Boxe e Taekwondo) verificou que há um número reduzido delas atuando em nível nacional e internacional. O estudo encontrou no Judô 27 árbitras/juízas nacionais e 3 árbitras/juízas internacionais; na Esgrima, 10 nacionais e 1 internacional; no Boxe, 6 nacionais e 1 internacional; nas Lutas, 3 nacionais e nenhuma internacional; e no Taekwondo, 2 nacionais e nenhuma internacional.

A autora reproduz a entrevista com um dirigente das lutas que relata o início da atuação das mulheres na arbitragem, apenas após a inserção da modalidade nos Jogos Olímpicos de 2004 (SOUZA, 2010).

Embora a pesquisa realizada por Souza (2010) não tenha encontrado qualquer tipo de discriminação em relação à participação das mulheres como árbitras nas modalidades de combate investigadas, levantou a hipótese de falta de interesse e estímulo às mulheres para se inserirem nesse campo.

A autora relatou ainda a escassez de informações nas federações das modalidades investigadas, sugerindo uma maior transparência e divulgação dos dados pelos órgãos competentes, assim como dos cursos de arbitragem, com vistas a possibilitar que as mulheres que não atuam como atletas de lutas passassem a atuar como árbitras e gestoras (SOUZA, 2010).

Jaeger *et al.* (2010) estudaram a trajetória de mulheres no esporte em Portugal. As autoras entrevistaram 21 mulheres, entre elas uma árbitra de hóquei sobre patins. A pesquisa revela que muitas ex-atletas exerciam funções de treinadoras e arbitravam jogos. No estudo, a sociedade portuguesa foi considerada tradicional pelas entrevistadas, o que se evidenciou pelo relato de uma árbitra de hóquei, que ouviu piadas preconceituosas, “brincadeiras” durante suas atuações, mas que não deixa isso tirar sua motivação para arbitrar. Ela afirma que, mesmo que a assistência tente eliminar as mulheres no desporto, não conseguiram tirá-la. No que diz respeito à arbitragem, as entrevistadas sugeriram promover o aperfeiçoamento profissional das mulheres por meio de cursos de arbitragem e incentivo da participação das mulheres como árbitras em diversas modalidades esportivas, e que a mídia amplie a visibilidade das mulheres em diferentes cargos e modalidades esportivas.

Carla Righeto (2004), ex-atleta de handebol, escreve sobre sua experiência como árbitra de handebol internacional. A autora conta que realizou um curso de arbitragem em 1986, após ver duas árbitras paulistas atuando em seus jogos. Segundo ela, a Federação Paulista de Handebol havia aberto espaço para as mulheres, após o trabalho de duas árbitras pioneiras, Silvana Maria Silva e Maria Isolina Fazzani. De acordo com a autora, Silvana, que havia se

formado árbitra em 1982, ao tentar realizar um curso para se tornar árbitra nacional na Confederação Brasileira de Handebol (CBHb) ainda na década de 1980, mesmo obtendo notas melhores que os homens, teve sua aprovação pela confederação recusada; entretanto, continuou inscrevendo-se nos cursos, até que, em 1992, a CBHb viu-se obrigada a aprovar a primeira árbitra nacional de handebol (RIGHETO, 2004).

No handebol, as árbitras devem realizar os mesmos testes físicos que os homens. As equipes de arbitragem na CBHb são definidas a partir de duplas mistas, e Carla Righeto e Silvana Maria Silva foram a primeira dupla de mulheres no quadro da CBHb. Em 1996, elas se tornaram também a primeira dupla de árbitras da Federação Internacional de Handebol e, no ano de 1999, atuaram na China, no Mundial Júnior de Handebol Feminino, que teve oito mulheres entre os trinta e dois árbitros participantes daquela competição. Por fim, a autora conclui seu relato mostrando que ela e Silvana foram a primeira dupla de mulheres a apitar partidas em um Mundial Júnior Masculino de Handebol em 2001 (RIGHETO, 2004).

Neste sentido observamos que a história se repete, como aconteceu com Léa Campos em 1967. Léa decidiu fazer um curso de arbitragem em futebol, com a justificativa de que “*não podia continuar aquela história de todo sábado ir presa por causa do futebol*¹⁶. [...] *Estavam abertas as inscrições, e eu fiz a inscrição. Eu era a única mulher do grupo, não tinha outra*” (CAMPOS, 2015). Vale destacar, porém, que, antes de ingressar em um curso de formação de árbitros de futebol, Léa já havia apitado jogos de futsal do irmão e jogos do jardim de infância a convite de sua irmã (CAMPOS, 2015).

O curso da Federação Mineira de Futebol teve duração de oito meses e contemplava uma parte teórica e outra física.

A gente tinha que fazer Educação Física duas vezes por semana. E, além de fazer Educação Física duas vezes por semana com os árbitros, eu acordava às cinco horas da manhã para fazer Educação Física. Eu queria ter uma condição física que não deixasse margem, dúvida da minha capacidade (CAMPOS, 2015).

Léa Campos declarou também que sempre teve o apoio de seus colegas árbitros e do professor da federação durante a realização do curso.

Lá [no curso de arbitragem] não encontrei resistência, todos os meus colegas me apoiaram. O nosso professor, que era um capitão da polícia, me deu a

¹⁶ Vale destacar que Léa Campos viveu em um período de interdições, já que, pelo decreto lei 3199/41 (1941-1979), as mulheres estavam proibidas por lei de praticarem desportos inadequados à sua natureza como o futebol, futebol de salão e futebol de praia (MOURÃO, 1998).

maior força, me deu o maior apoio. Os árbitros que estavam fazendo o curso, disseram: Nós vamos te ajudar! É uma honra ter você aqui (CAMPOS, 2015).

Essa postura corrobora com os estudos de Mourão (1998; 2000), que revelaram, desde as primeiras décadas do século XX, o apoio de homens e intelectuais à inserção das mulheres brasileiras nas atividades físico-desportivas (MONTEIRO; MOURÃO, 2016).

Entretanto, no momento de encerramento do curso e recebimento dos diplomas, o nome de Léa Campos não constava na lista de formandos, porque a Confederação Brasileira de Desportos (CBD) não o permitiu. Em solidariedade e apoio a Léa, o diretor de arbitragem da Federação Mineira de Futebol não compareceu à cerimônia de entrega dos diplomas.

Um dos motivos apresentados pelo senhor João Havelange, presidente da CBD na época, para não diplomar a árbitra foi que *“a constituição óssea da mulher é inferior à do homem”* (CAMPOS, 2015). Léa, então, recorreu à medicina legal. O médico se recusou a fazer o exame e emitiu um laudo constatando que a constituição óssea de Léa Campos era igual à de um homem. Então, quando ela entregou o laudo a Havelange, ele disse: *“E quando você estiver naqueles seus dias [tensão pré-menstrual], como é que você vai apitar futebol?”* (CAMPOS, 2015). Léa prontamente respondeu: *“Pois é, o senhor é campeão de natação e deve ter várias colegas que nadam; alguma delas deixa de nadar por isso?”* (CAMPOS, 2015).

Esses relatos refletem a posição de João Havelange, ancorada na biologia dos corpos e na ideia de que as diferenças corporais justificam desigualdades, *“atribuem funções sociais e determinam papéis a serem desempenhados por um ou outro sexo”* (GOELLNER, 2007, p. 17).

Posteriormente, segundo Léa, o presidente da CBD foi mais enfático e demonstrou sua prepotência, ao dizer: *“Enquanto eu for presidente da CBD, nenhuma mulher joga ou apita futebol neste país, porque eu não quero”* (CAMPOS, 2015). Léa, então, decidiu procurar Emílio Garrastazu Médici, Presidente da República em 1971, o qual lhe entregou uma carta endereçada a João Havelange, ordenando que ele a reconhecesse como árbitra de futebol. Só assim ela foi diplomada.

O estudo de Nascimento e Nunes (2014) investigou a trajetória de mulheres na arbitragem do futsal. Foram entrevistadas duas árbitras brasileiras, uma do quadro da Confederação Brasileira de Futsal (CBFS) e outra pertencente ao quadro da FIFA. As árbitras possuíam nove e treze anos de experiência na arbitragem da modalidade.

Sobre a participação das brasileiras na arbitragem em futsal, os autores destacam o protagonismo de Manoelita Valinho Rodrigues, uma das primeiras mulheres a realizar um curso

de arbitragem na modalidade (1980) na Federação Paulista de Futsal (FPFS). Ela atuou pela FPFS até 2011 (NASCIMENTO; NUNES, 2014).

Na década de 1980, as mulheres só podiam exercer as funções de anotadora e cronometrista no futsal; não lhes era permitido apitar, elas só conseguiram apitar partidas oficiais em 1997. Em 2000, Inês dos Santos, diretora do departamento feminino da CBFS, sugeriu ao diretor de árbitros da época, o senhor Paraguassu Fisch Figueiredo, a criação de um quadro de árbitras nacional, com o objetivo de expandir a arbitragem de mulheres em futsal. No ano seguinte (2001), a CBFS abriu inscrição para as indicações ao quadro nacional (as árbitras deveriam ser indicadas por suas federações estaduais).

O quadro de árbitras da CBFS só foi concretizado em 2002, quando Rita de Cássia Lima (SP) atuou na eliminatória da Taça Brasil, em partida realizada em Valinhos. Maria Jacqueline de Oliveira Cammarota (DF) apitou na fase final dessa competição, atuando na final do campeonato ao lado do árbitro Adilson Mattos (NASCIMENTO; NUNES, 2014).

A presença das mulheres como árbitras no Brasil foi consolidada na 1ª Taça Brasil de Clubes Feminina sub-20, competição arbitrada apenas por mulheres, no ano de 2003.

O quadro de árbitras internacionais da FIFA surgiu apenas em 2007, quando quatro brasileiras foram indicadas pela CBFS: Renata Neves Leite, Giselle Torri, Katiucia Meneguzzi e Alane Lucena (DINIZ, 2011). A árbitra Renata Leite atuou em 2012 na Copa do Mundo FIFA de Futsal disputada na Tailândia, e foi eleita a segunda melhor árbitra do mundo pela AGLA Futsal Awards, concorrendo com mais nove árbitros homens. Essa é a maior premiação do futsal mundial concedida pela FIFA e organizada pelo site Futsal Planet.

As árbitras entrevistadas pelos autores destacam os preconceitos e as pressões sofridas: “[...] quanto mais importante o jogo, maior é a cobrança em cima da mulher. A mulher não pode errar (Gabriela *apud* NASCIMENTO, NUNES, 2014)”. O teste físico para o árbitro de futsal, assim como no futebol de campo, aparece como uma barreira para as árbitras entrevistadas, como vemos na fala de Luana:

O teste físico é o mesmo e nós não temos a mesma capacidade física e muscular do homem. Enquanto os meninos trabalham na linha do último homem no futsal eu trabalho dois passos após a linha, porque se o jogador vira e sai no contra-ataque, eu vou conseguir acompanhar ele porque eu saí a dois passos à frente. Quando ele chegar para bater na bola, eu vou estar na mesma linha que ele. Então, eu vou observar tudo. São maneiras que você procura de se defender e de se adaptar (Luana *apud* NASCIMENTO; NUNES, 2014).

Ao analisar o excerto acima, os autores fazem a seguinte afirmação:

Nessa vertente, as tecnologias de subjetivação presentes nas relações de poder inseridas na arbitragem, ou seja, o modo como a mulher árbitra aprende a ver-se, julgar-se, governar-se e discursar sobre si, têm formado, de fato, sujeitos obedientes às normas. (NASCIMENTO; NUNES, 2014, p. 212).

Os autores fazem uma ponderação afirmando que, para que alguém fosse reconhecido como bom árbitro, bastaria que fizesse uma aplicação das regras do jogo. Entretanto, as narrativas revelaram que, para as mulheres, isso não é o suficiente: elas têm que passar por maiores dificuldades que os homens para terem reconhecimento.

Verificaram também que as árbitras aceitam as imposições do treinamento físico, ao mesmo tempo em que criam estratégias de sobrevivência no campo (NASCIMENTO; NUNES, 2014).

O estudo de Ineildes Santos (2013), um relato de experiência, aborda as relações de gênero na arbitragem em futebol profissional do Brasil. Fundamentada em suas experiências e de outras árbitras, a autora narra o caminho da luta percorrido para que as mulheres pudessem participar de maneira efetiva desse campo de trabalho. Ela destaca que a inserção das mulheres na arbitragem tem ocorrido lentamente no Brasil. Como uma evidência, destaca que a primeira vez em que uma árbitra comandou uma partida no Campeonato Baiano foi em 2007 (SANTOS, 2013).

A autora utiliza dados da CBF de 2012, mostrando que o quadro nacional de árbitros da CBF era composto por 84,3% de homens e 15,6% de mulheres. Ela apresenta os critérios para o ingresso de árbitros e árbitras na CBF, destacando a aprovação em provas teóricas, testes físicos, idade (homens até 30 anos e mulheres até 32), experiências em partidas de futebol profissional masculino estadual. Os índices dos testes físicos são diferentes para homens e mulheres. São duas provas físicas, uma de resistência e outra de velocidade, com índices diferentes para a função de árbitro e de assistente. Ineildes Calheiro dos Santos relatou que, entre 2007 e 2010, muitas árbitras foram aprovadas no teste feminino, havendo a formação de um quadro nacional de mulheres árbitras, denominado “RENAF¹⁷ Feminina” (SANTOS, 2013). Em 2007, foi criada a Copa do Brasil de Futebol Feminino, em que algumas dessas árbitras atuaram.

Para apitar em uma partida masculina, a árbitra deverá ser indicada por sua federação estadual para compor a “RENAF Masculina”, atingir o índice masculino no teste físico e pertencer à “RENAF Feminina” há pelo menos uma temporada (SANTOS, 2013). A

¹⁷ Relação Nacional dos Árbitros de Futebol da CBF.

autora lança mão de uma entrevista de Ana Paula Oliveira ao globo.com para descrever as dificuldades em relação aos testes físicos masculinos, que exigiam muitas horas de treinamento e as escalas em jogos de menor expressão.

Ineildes faz uma relação entre o ingresso da mulher brasileira na arbitragem (década de 1960) e o crescimento das mulheres no mercado de trabalho no Brasil (década de 1970). Segundo ela, em ambos os campos, métodos institucionalizados impedem a inserção efetiva das mulheres (SANTOS, 2013). O caráter amador da arbitragem em futebol no Brasil é trazido pela autora. Em análise da Copa do Brasil de 2013, das escalas de arbitragem até as quartas-de-final da competição, 52,8% eram homens e 47,1%, mulheres. Do total de mulheres que compunham o quadro da CBF, a autora estimou que entre 32,3 a 36,5% delas não atuaram nos jogos da Copa do Brasil (SANTOS, 2013).

Lílian Kirsch (2014) investigou as aspirações e expectativas de um grupo de mulheres participantes de um curso de arbitragem em futebol exclusivo para mulheres¹⁸ promovido pela Federação Gaúcha de Futebol.

O curso, que aconteceu em agosto de 2014 na ESEF/UFRGS e do qual participaram 30 mulheres, dividido em uma parte teórica (40 horas) e uma parte prática (20 horas), realizada durante os jogos do Campeonato Gaúcho de Futebol Feminino. Foi um marco, o primeiro curso de arbitragem em futebol somente para mulheres de que se tem notícia no RS. Após o curso, as que foram aprovadas estavam aptas a participar de campeonatos e torneios (KIRSCH, 2014).

O estudo de Kirsch (2014) aplicou um questionário a 14 mulheres que participaram do curso de arbitragem. A autora escreveu sobre a relação da participante com o futebol, com a arbitragem e sobre ser mulher no futebol. Das 14 participantes do estudo, onze (11/14) praticam futebol, sete (7/14) torcem por seus times e sete (7/14) frequentavam os estádios. Em relação à arbitragem, oito (8/14) nunca arbitraram e seis (6/14) já arbitraram torneios de futebol amadores ou são árbitras de outras modalidades, como o futebol sete e o futsal. Para a autora, isso demonstra uma inserção das mulheres na arbitragem. Elas iniciam arbitrando jogos amadores para ganharem experiência e espaço e, através de cursos, tornarem-se árbitras credenciadas para apitarem jogos profissionais (KIRSCH, 2014).

As motivações das participantes deste estudo para a inserção na arbitragem não têm caráter financeiro; apenas uma entrevistada apresentou este como o principal motivo. O que as

¹⁸ Em 2014 houve um acontecimento marcante no RS, a realização de um curso de arbitragem em futebol de campo direcionado para mulheres a partir de uma parceria entre o Centro de Memória do Esporte (ESEF/UFRGS), a Fundação de Esporte e Lazer (FUNDERGS), a Associação Gaúcha de Futebol Feminino e a Secretaria de Política para Mulheres com apoio da Federação Gaúcha de Futebol (FGF) e Sindicato dos Árbitros de Futebol do Rio Grande do Sul.

motiva é o gosto pelo futebol (10/14), o fato de já estarem no meio do futebol, o interesse pelo aprimoramento na área e adquirir novos conhecimentos (3/14) e a possibilidade de conhecer melhor as regras do futebol (1/14) (KIRSCH, 2014).

Na função de árbitra, por ser a figura que comanda e lidera a partida, a mulher enfrenta dificuldades para se afirmar. Isso porque há uma desigualdade de poder entre os gêneros nesses cargos, como também nos de técnicas e gestoras esportivas, ancorada em uma ideia de que qualidades como liderança, comando e força são consideradas masculinas. Ou seja, há uma hierarquia baseada no gênero, na qual a mulher acaba por ocupar cargos intermediários. Essa afirmação é balizada pelo baixo número de árbitras encontradas no quadro da CBF (KIRSCH, 2014).

O fato de a mulher se arrumar e ser vista como “mulherzinha” nos aponta uma tendência de denegrir a imagem da mulher e menosprezar a aparência feminina num cargo considerado masculino (árbitro). A mulher não pode expor sua beleza e feminilidade (KIRSCH, 2014).

O número de árbitras na CBF e na FIFA é muito menor se comparado ao número de árbitros, e a maioria delas é assistente. No meio da arbitragem, além do discurso de que a mulher não tem comando, o erro é excludente, o que geralmente não ocorre com homens. A árbitra sofre preconceito quanto a sua atuação, imagem e ascensão nessa posição (KIRSCH, 2014).

Realizamos um levantamento de dados sobre as características de árbitros (as) no futebol profissional do Brasil com foco na arbitragem de mulheres durante o mês de julho de 2014 (MONTEIRO; SOARES; MOURÃO, 2015). O perfil das árbitras foi traçado a partir dos dados selecionados – nome, nascimento, profissão, categoria (CBF-1, CBF-2, ESP-1, ESP-2, ASP-FIFA, FIFA¹⁹), ano de formação no curso de oficiais de arbitragem, cargo (se é árbitra, assistente, delegada ou assessora²⁰) e federação em que atuam – que estavam disponíveis no site da CBF²¹. Foram incluídos na pesquisa todos (as) os (as) árbitros (as) que estavam

¹⁹ Os árbitros que atuam nas federações estaduais são exclusivos de campeonatos estaduais. Por sua vez, os árbitros do quadro da CBF podem atuar tanto em partidas de campeonatos estaduais quanto de competições nacionais (como o CB Série A, B, C, D, Copa do Brasil e competições nacionais das categorias de base). Aqueles que detêm o escudo FIFA estão habilitados a atuar em partidas internacionais, nacionais e estaduais. Quando chegam ao quadro da CBF os árbitros são divididos em categorias, segundo uma hierarquia da entidade: CBF-1, CBF-2, ESP-1, ESP-2, ASP-FIFA e FIFA.

²⁰ As delegadas têm a função de auxiliar os trios de arbitragem na verificação das condições do estádio, organização das equipes e vestiários para a realização das partidas. Elas enviam um relatório à CBF no dia seguinte ao jogo informando se ocorreu tudo normalmente ou se houve anormalidades. As assessoras são indicadas pelas federações estaduais e devem ser ex-árbitras com conhecimento das regras de futebol.

²¹ Relação de árbitros da CBF. Disponível em: <<http://www.cbf.com.br/arbitragem/relacao-de-arbitro/#.VXwYPPIVhHw>>.

cadastrados (as) no site, mesmo aqueles (as) que não tinham informações completas. Uma limitação desse levantamento encontra-se no fato de o site da CBF não possuir em seus cadastros os registros completos de todos (as) árbitros (as) analisados (as). Foram encontrados 480 árbitros (as), sendo 76 mulheres (15,48%) e 404 homens (84,52%), na relação de árbitros da CBF. Dentre as 76 mulheres contabilizadas, 74 estavam em atividade (13 árbitras²² e 61 assistentes) e 2 eram ex-árbitras, que ocupavam cargos de assessora e delegada.

No Brasil, encontramos 194 árbitros (as) (181 homens e 13 mulheres) e 284 assistentes (223 homens e 61 mulheres), popularmente conhecidos como “bandeirinhas”, somando um total de 478 oficiais de arbitragem pertencentes ao quadro da CBF. Desse total, 404 homens e 74 mulheres encontravam-se em atuação no ano de 2014. Logo, a representatividade de mulheres na arbitragem nacional foi de 15,48% (74/478), enquanto 21,47% (61/284) dos assistentes eram mulheres e apenas 6,7% (13/194) eram árbitras. O mapeamento desses (as) árbitros (as) também foi realizado de acordo com as cinco regiões geográficas do Brasil – Norte (N), Nordeste (NE), Centro-Oeste (CO), Sul (S) e Sudeste (SE).

A região N apresentou 60 oficiais de arbitragem (51 homens e 9 mulheres); a NE contemplou 141 (121 homens e 20 mulheres); a CO possuía 64 (60 homens e 4 mulheres); a SE tinha 129 (110 homens e 19 mulheres); e a S, 71 (62 homens e 9 mulheres). O NE apresentou o maior contingente de árbitras CBF, representando 27,02% delas (20/74), entretanto sua representatividade na região foi de apenas 14,18% (20/141).

A representatividade de árbitras por regiões revelou índices muito próximos: no NE, 14,18% (20/141); no N, 15% (9/60); no SE, 14,72% (19/129); no S, 12,67% (9/62). No CO, encontrou-se o menor índice: 6,25% (4/64).

Podemos observar que o número de homens atuando na arbitragem do futebol profissional é muito superior ao de mulheres. Nas regiões NE e SE, o número de árbitros encontrado foi aproximadamente 6 vezes maior do que o de árbitras (121:20 e 110:19, respectivamente), enquanto na região N foi cerca de 5 vezes maior (51:9).

Em relação ao cargo, assistentes e árbitros, encontramos, na região N, 23 árbitros (nenhuma árbitra) e 37 assistentes (sendo 9 mulheres); na NE, 54 árbitros (sendo 3 árbitras) e 87 assistentes (sendo 17 mulheres); a CO, por sua vez, tinha 27 árbitros, nenhuma árbitra, e 37 assistentes (sendo 4 mulheres); na SE, contabilizamos 55 árbitros (sendo 4 árbitras) e 74 assistentes (sendo 15 mulheres); e na S, encontramos 29 árbitros (nenhuma mulher) e 42 assistentes (sendo 9 mulheres).

²² Não consta a federação em que atuam 6 dessas 13 árbitras.

Essas evidências caracterizam uma reprodução de cenário: a arbitragem parece replicar o que se vê nos estudos sobre mulheres em cargos de gestão, ou seja, elas estão em minoria e sua maior representatividade se dá em cargos intermediários, que é o caso da função de assistente, em que estavam 80,2% delas (61/76).

Em dados de 2016, a jornalista Bianca Daga, da ESPN Brasil, mostra que, dos 214 árbitros (as) da CBF, 93% são homens (199) e apenas 7% são mulheres (15).

A partir desse apontamento, podemos refletir sobre a posição hierárquica e as relações de poder que estas determinam, já que, na atuação dos (as) assistentes de arbitragem, as marcações efetuadas em uma partida estão sujeitas ao julgamento do árbitro, ou seja, se o (a) assistente sinalizar com a bandeira uma infração e o árbitro não apitar, nada será marcado.

Encontramos uma sub-representatividade das mulheres na arbitragem nacional, logo a proporção delimita as experiências femininas nesse campo, quando encontramos apenas 15,48% de árbitras no quadro da CBF. A chegada das mulheres a determinados cargos no esporte – por exemplo, gestoras esportivas, árbitras, técnicas esportivas – tem sido tensionada na atualidade, mas ainda assim fica evidente o poder exercido pelo cargo historicamente ocupado pelos homens (MONTEIRO; SOARES; MOURÃO, 2015).

A contratação de homens e mulheres segue como nos mostra Kilty (2006): por similitude, isto é, homens tendem a contratar homens e mulheres tendem a contratar mulheres. A autora relata o impacto do gênero do diretor de esportes na proporção de técnicas contratadas em seu estudo na América do Norte. Ela mostra que o número de técnicas é maior quando a diretora de esportes é mulher, se comparada à situação em que o diretor de esportes é um homem. A autora destaca também que, nas escolas, quando os diretores de esportes de atletismo são homens, a proporção de técnicos esportivos é de 5 homens:1 mulher, o que cria maiores dificuldades para técnicas serem contratadas. Os números que encontramos na arbitragem nacional são próximos aos apresentados pela autora (51 homens e 9 mulheres na região N; 121 homens e 20 mulheres na região NE; 110 homens e 19 mulheres no SE), confirmando a dificuldade das árbitras e assistentes de se inserirem em cargos cujos diretores são em sua maioria homens (KILTY, 2006). Esse levantamento evidenciou uma sub-representação das árbitras brasileiras (15,48%) em relação aos homens (84,52%), de acordo com o site da CBF (MONTEIRO; SOARES; MOURÃO, 2015).

Em levantamento realizado pela ESPN Brasil, verificou-se que a última partida apitada por uma mulher nas quatro primeiras divisões do Campeonato Brasileiro de futebol masculino ocorreu em 2005, quando Sílvia Regina apitou Paysandu e Fortaleza pela Série A. Desde então, as mulheres atuaram apenas como assistentes (bandeirinhas) nesses jogos. Em

2009, atuaram nas Séries A, B, C e D cinco árbitras assistentes e nenhuma árbitra central; em 2010, sete assistentes e nenhuma árbitra; em 2011, também sete assistentes e nenhuma árbitra; em 2012, doze assistentes e nenhuma árbitra; em 2013, dezoito assistentes e nenhuma árbitra; em 2014, dezessete assistentes e nenhuma árbitra; e, em 2015 e 2016, doze assistentes e nenhuma árbitra (DAGA, 2016). Entretanto, em 2016 acontece um marco importante, pois uma mulher volta a apitar uma partida da Série D: a pernambucana Débora Correia apitou Murici-AL e Campinense-PB no dia 12 de junho.

A pesquisa de Lara Stahlberg (2011) objetivou compreender como se dá a inserção da mulher no futebol em diversos campos, como torcedoras, jogadoras, psicólogas, árbitras e jornalistas esportivas. Para a autora, as árbitras parecem ter conseguido uma inserção no universo do futebol mais bem-sucedida do que jogadoras, técnicas, torcedoras, psicólogas e gestoras (STAHLBERG, 2011). Para ela, o espaço conquistado por árbitras e bandeirinhas na elite do futebol brasileiro não parece se repetir em outros países.

A autora dedica um capítulo de sua dissertação às árbitras de futebol. Ela fala da Escola de Arbitragem da Federação Paulista de Futebol, chamada Flávio Iazzetti, e apresenta uma tabela com o número de alunos (as) inscritos (as) para o curso de arbitragem na FPF: em 2007/2008, 136 candidatos se inscreveram, sendo 129 homens e 7 mulheres. Destes, 75 homens e 2 mulheres foram aprovados para a prova prática, totalizando 77 candidatos aprovados. Em 2008/2009, inscreveram-se 134 homens e 12 mulheres, somando 146 candidatos. Destes, 74 foram aprovados, sendo 73 homens e 1 mulher (STAHLBERG, 2011).

A FPF possui um *ranking* dos (as) árbitros (as) e assistentes, divididos nas categorias ouro, prata e bronze. Os (as) árbitros (as), após dois anos de estágio, ingressavam na categoria bronze e conforme fossem suas atuações iam subindo para a categoria seguinte. Stahlberg apresenta dados do quadro da FPF de 2009, que contava com 259 árbitros (3 mulheres e 256 homens) e 169 assistentes (17 mulheres e 152 homens). Das 17 mulheres assistentes, 3 pertenciam a categoria ouro, 8 eram prata e 6, bronze. Dentre as três árbitras, uma pertencia à categoria prata e duas à bronze. Em 2011, o sistema de *ranking* da federação se modifica, substituindo ouro, prata e bronze por números (Categoria 5, 4, 3, 2 e 1). Em 2011, a federação contou com 17 mulheres assistentes, cinco na categoria 1, seis na categoria 2, duas na categoria 3, três na categoria 4 e uma na categoria 5. O número de árbitras nesse ano (2011) foram quatro, nenhuma delas na categoria 1. A autora destaca a resistência das federações, confederações e da FIFA em escalar árbitras para partidas de futebol masculino: elas são escaladas principalmente em partidas de futebol de mulheres. Segundo ela, é possível vermos que as assistentes encontram menor resistência que as árbitras centrais (STAHLBERG, 2011). Nesse

capítulo dedicado às árbitras, a autora faz um estudo de caso da árbitra Ana Paula Oliveira, mostrando como os erros da mulher são supervalorizados e menos tolerados que os dos homens, acarretando punições das comissões de arbitragem.

Os estudos revisados apontam para uma semelhança entre as interdições vividas pelas árbitras de futebol e as de handebol, futsal e lutas. Nesse sentido, podemos verificar que, para permanecer no campo, é preciso resistir, subverter a ordem e criar estratégias de sobrevivência. Os aspectos discursivos para essas interdições são baseados na biologia dos corpos, em que foram criadas estratégias para que as mulheres não se tornassem árbitras nacionais em suas respectivas modalidades.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa é de abordagem qualitativa e segue os princípios da história de vida ou trajetórias. Os estudos biográficos e/ou estudos baseados na reconstrução fiel das experiências dos sujeitos e de suas interpretações do mundo em que vivem permitem o enriquecimento do conhecimento sobre as sociedades, um olhar mais apurado sobre os processos históricos e sociais nos quais esses indivíduos estão inseridos (BECKER, 1993).

As abordagens que assumem explicitamente o uso de materiais biográficos são denominadas “histórias de vida ou trajetórias”. Para Bourdieu, a trajetória é definida como um “[...] sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 2011, p. 191).

A definição do campo a ser investigado é muito importante para que se possa identificar as trajetórias dos grupos e dos agentes sociais. Assim, as trajetórias aparecem como um sistema dos traços pertinentes de uma biografia ou de um grupo de biografias. Devemos situar claramente os agentes sociais e a posição que ocupam em seu grupo social, buscando narrar e descrever a construção da trajetória dos grupos (MONTAGNER, 2007).

3.1 Instrumentos e Procedimentos

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), sob o parecer nº 43035515.5.0000.5147 (Anexo I).

Após definirmos que investigaríamos a trajetória de árbitras, elegemos a entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados empíricos. Segundo Costa e Costa (2012), a entrevista semiestruturada é realizada a partir de um roteiro de perguntas estruturadas abertas. Ela pode também ser realizada pessoalmente, por telefone ou via internet, por exemplo, chamada de vídeo no Facebook ou Skype (COSTA; COSTA, 2012). O ambiente da entrevista deve ser tranquilo e proporcionar bem-estar e segurança ao entrevistado.

Elaboramos um roteiro de entrevista (Apêndice A) com a orientadora deste trabalho para responder aos objetivos propostos pela pesquisa, que foi construído em conjunto com doutores em Educação Física e professores do Grupo de Estudos em Gênero, Educação Física, Saúde e Sociedade (GEFSS-UFJF/CNPq). O roteiro foi dividido em quatro blocos: o primeiro abordou a inserção das árbitras no futebol profissional; o segundo versou sobre sua permanência

na arbitragem; o terceiro tratou da carreira; e o quarto teve como foco a aposentadoria na arbitragem²³.

As entrevistas foram gravadas em áudio, com o gravador *Olympus VN- 6200 PC*. Antes da realização das entrevistas, foi solicitado às entrevistadas o preenchimento de um cabeçalho localizado no roteiro de entrevistas, com informações relativas a seu perfil, e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ao final de cada entrevista presencial, solicitamos que se tirasse uma fotografia com as participantes do estudo para registro do momento e agradecemos, a cada uma delas, a disponibilidade em participar do estudo, viabilizando esta pesquisa. Das entrevistas realizadas, cinco foram feitas por telefone, quatro pessoalmente e duas por chamada de vídeo no Facebook.

A escolha pela utilização de redes sociais se deu em função de as árbitras possuírem altas demandas de horas de trabalho, conciliando viagens, treinamentos e jogos, trabalho fora da arbitragem, árbitras residindo fora do país, de modo que a entrevista *online* evitaria tempo de deslocamento que poderia até inviabilizar a participação na pesquisa.

A vantagem da utilização de mídias digitais se deve ao fato de as entrevistas presenciais deixarem mais evidente que os discursos coletados serão utilizados para fins acadêmicos, ao passo que, nas mídias digitais, um contato privado com o (a) colaborador (a) permite um acesso mais rápido à intimidade do (a) participante (MISKOLCI, 2011). Como desvantagens desse procedimento, destaca-se que, quando o (a) colaborador (a) não conhece pessoalmente o pesquisador, as conversações podem ser dificultadas; o agendamento de uma entrevista online pode parecer menos formal que a presencial e gerar menor comprometimento na transmissão das informações pelos (as) colaboradores (as).

A aproximação das árbitras se deu através de envio de mensagem pessoal nas redes sociais, explicando os objetivos da pesquisa e convidando-as a participarem do estudo. Após a resposta positiva das colaboradoras, foram enviadas novas mensagens consultando-as sobre o melhor dia e horário para a realização da entrevista. É interessante destacar que, neste estudo, observou-se alto comprometimento das colaboradoras e grande interesse em participar do estudo. Todos os agendamentos feitos com as colaboradoras pela rede social foram realizados, sem necessidade de remarcação.

Após a coleta de dados empíricos, realizada no período de abril a maio de 2015, procedeu-se à transcrição das entrevistas, na íntegra, respeitando todas as formas discursivas

²³ As árbitras que ainda estavam em atuação responderam aos blocos I, II e III, e as que se aposentaram responderam aos quatro blocos de perguntas.

apresentadas pelas participantes. Entretanto, houve a necessidade de uma adequação linguística e a passagem de alguns termos da norma coloquial para a norma culta da língua portuguesa.

3.2. Participantes do Estudo²⁴

Foram selecionadas árbitras que atuam ou tivessem atuado no futebol profissional por pelo menos 2 anos, em quaisquer níveis e federações. As árbitras que atendiam a esse critério foram contatadas pelo pesquisador através de rede social, e, ao final das negociações, chegou-se a um total de dez árbitras que se disponibilizaram a participar da pesquisa. Podemos dizer que as árbitras selecionadas são pioneiras, de destaque no cenário nacional e internacional.

A apresentação das árbitras segue a ordem de seu ano de formação na arbitragem em futebol:

Sílvia Regina de Oliveira, 51 anos, solteira e sem filhos. Graduada em Educação Física, formou-se árbitra em 1980, em Mauá. Posteriormente, seguiu para a Federação Paulista de Futebol. Foi árbitra central, integrou o quadro da FIFA por 7 anos. Apitou diversas partidas pelo Campeonato Paulista e em 2003 integrou o primeiro trio de arbitragem de mulheres a comandar uma partida do Campeonato Brasileiro Série A ao lado de Ana Paula Oliveira. No mesmo ano, tornou-se a primeira mulher a apitar uma partida da Copa Sul-Americana masculina. Participou das Olimpíadas de Atenas em 2004 e, após encerrar a carreira, em 2008, foi a primeira mulher a ocupar o cargo de Instrutora FIFA, atuando na preparação e treinamento de árbitros (as) da entidade. Foi homenageada na Inauguração da Exposição “Visibilidade para o Futebol Feminino” no Museu do Futebol em São Paulo em 2015. O primeiro contato se deu no dia 19 de maio, quando agendamos a entrevista em São Paulo para o dia 21 de maio de 2015, às 15 horas. Devido ao pouco tempo disponível para a realização da entrevista, ficou combinado com a entrevistada que aplicaríamos um roteiro simplificado²⁵. A entrevista transcorreu normalmente, durando aproximadamente 15 minutos e sem interrupções.

²⁴ Devido à representatividade das entrevistadas para a arbitragem nacional, foi a elas solicitada a autorização da publicação de seus nomes e utilização de imagens para a pesquisa. Elas concordaram e assinaram essa autorização no TCLE.

²⁵ Este roteiro simplificado seguirá em Apêndice B. Para as entrevistadas Sílvia Regina e Ana Paula foi aplicado um roteiro simplificado (que contemplou os quatro blocos de questões), devido ao pouco tempo disponível para a realização das entrevistas e ao fato de possuímos material disponível (entrevistas na TV, artigos em jornais, revistas, blogs) que contemplam amplamente suas trajetórias. Logo, optamos por privilegiar questões que ainda não haviam sido elucidadas por essas fontes disponíveis.



FIGURA 1: Sílvia Regina atuando como árbitra.
Fonte: Refnews - Arbitragem de futebol em foco²⁶.

Cláudia de Vasconcellos Guedes, 53 anos. Formada em Educação Física, trabalha como policial civil. Formou-se árbitra em 1983, a partir de um curso de formação realizado na UERJ, considerado o primeiro curso do mundo voltado exclusivamente para as mulheres. Atuou como assistente e árbitra central. Atuou na I Copa do Mundo de Futebol Feminino FIFA, em 1991, na China, sendo a primeira mulher a apitar uma partida de uma competição organizada pela FIFA, quando, nessa copa, dirigiu a disputa pelo 3º lugar entre Alemanha e Suécia. Foi a única árbitra sul-americana que atuou nas Olimpíadas de Atlanta em 1996, ano em que o futebol feminino foi inserido nos Jogos Olímpicos. Ingressou para o quadro da FIFA em 1995, ano em que foi criado o quadro internacional feminino pela entidade, permanecendo até o ano 2000. O contato foi realizado através de e-mail, e a entrevista foi agendada para o dia 09 de maio de 2015, às 10 horas. A entrevista foi realizada por telefone, durou cerca de 75 minutos e transcorreu normalmente, sem interrupções. Essa entrevista está disponível no Apêndice C.

²⁶ Disponível em: <https://refnews.files.wordpress.com/2012/02/silvia_regina.jpg>. Acesso em: 20 jul. 2015.



FIGURA 2: Cláudia Guedes (ao centro) em atuação na Copa do Mundo FIFA em 1991.
Fonte: Museu do Futebol²⁷.

Cássia Alves Dias, 47 anos, solteira e sem filhos. Possui 2º grau completo e atua como instrutora de trânsito. Foi árbitra central formada na Federação Mineira e atuou entre 1996 e 2008, chegando ao quadro da CBF em 1998. Atuou em partidas de segunda e terceira divisões dos Campeonatos Mineiro e Brasileiro. Os contatos foram efetuados por telefone, assim como a entrevista, agendada para o dia 05 de maio de 2015, às 20 horas. A entrevista durou cerca de 50 minutos e transcorreu dentro da normalidade sem nenhuma interrupção.



FIGURA 3: Cássia atuando pela Série C do Campeonato Brasileiro 2006.
Fonte: Site Jogos Perdidos²⁸.

²⁷Disponível em: <<https://www.facebook.com/museudofutebol/photos/pb.108307002585147.-2207520000.1437510990./833020746780432/?type=3&theater>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

²⁸ Disponível em: <<http://jogosperdidos2.blogspot.com.br/2006/08/serie-c-no-decio-vitta.html>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

Ana Paula da Silva Oliveira, 37 anos, solteira e sem filhos. Formou-se em Comunicação Social – Jornalismo. Exerce a função de jornalista e tornou-se árbitra em 1998 pela Federação Paulista de Futebol. Integrou o primeiro trio de arbitragem de mulheres a comandar uma partida do Campeonato Brasileiro Série A masculino, em 2003, ao lado de Sílvia Regina. Atuou nas finais do Campeonato Paulista de 2003, 2004, 2007 e na final da Copa do Brasil em 2006. Bandeirou as Olimpíadas de Atenas em 2004 e, no ano seguinte, foi a primeira e única mulher, até os dias de hoje, a bandeirar uma partida da Copa Libertadores Masculina. O contato foi feito por telefone com a assessoria de imprensa, que solicitou o envio de e-mail para agendamento da entrevista. Enviamos o e-mail, e a assessoria respondeu agendando a entrevista, a ser realizada por telefone, para o dia 12 de maio, às 15 horas. Devido ao tempo disponível de 20 minutos acordado com a assessoria para essa entrevista, foi aplicado um roteiro simplificado (o mesmo aplicado à Sílvia). A entrevista foi realizada por telefone, durou aproximadamente 23 minutos e transcorreu tranquila e sem interrupções.



FIGURA 4: Ana Paula Oliveira bandeirando.
Fonte: Torcedores.com²⁹.

Janette Mara Arcanjo, 34 anos, solteira e sem filhos. É graduada em Letras e atua como árbitra desde 2000. Iniciou em Ipatinga e, em 2001, seguiu para a Federação Mineira. É assistente FIFA desde 2012, tendo atuado nos Campeonatos Brasileiro e Mineiro. Em 2014, esteve na Copa América Feminina disputada no Equador. Em 2015, foi convocada para a Algarve Cup³⁰ e para a Copa do Mundo FIFA de Futebol Feminino, realizada no Canadá, bandeirando a partida entre China e Holanda. No mesmo ano, atuou também na final do Campeonato Mineiro Módulo I, entre Atlético e Caldense. Recebeu a medalha 25 de Outubro

²⁹ Disponível em: <<http://torcedores.com/content/uploads/2014/09/0313-615x350.jpg>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

³⁰ Torneio de futebol feminino promovido pela Federação Portuguesa de Futebol em Algarve.

da Associação Nacional dos Árbitros de Futebol (ANAF), em 2013, e foi homenageada na Câmara Municipal de Belo Horizonte, em 2015, durante uma solenidade que homenageou todos os árbitros (as) FIFA mineiros (as). Os contatos foram realizados a partir de conversas em rede social, e o agendamento da entrevista foi feito para 29 de abril de 2015 às 15 horas. A entrevista de Janette foi feita por telefone, durou cerca de 40 minutos e transcorreu sem interrupções.



FIGURA 5: Janette na Copa do Mundo FIFA de Futebol Feminino 2015 no Canadá.
Fonte: Centro de Memória do Esporte/UFRGS³¹

Regildenia de Holanda Moura, 41 anos, solteira e sem filhos. Graduada em Gestão Desportiva e Lazer. Formou-se árbitra em 2000, em São Bernardo do Campo, e no ano de 2004 fez o curso da Federação Paulista. Atua como árbitra central e participou dos mais importantes torneios femininos, como: Campeonato Brasileiro, Campeonato Paulista, Copa do Brasil, Taça Libertadores, Torneio Internacional de Futebol Feminino Cidade de São Paulo, Sul-Americanos sub-17 e sub-20 e Copa América, em 2014, no Equador. Em competições masculinas, atua no Campeonato Paulista Série A2, A3 e Segunda Divisão. Foi homenageada na Inauguração da Exposição “Visibilidade para o Futebol Feminino” no Museu do Futebol em São Paulo em 2015. O primeiro contato se deu no dia 19 de maio e, por intermédio de Renata Ruel, agendamos uma entrevista na sede do SAFESP, em São Paulo, no dia 20 de maio de 2015, às 16 horas. A entrevista transcorreu de maneira tranquila e durou cerca de 30 minutos, sem interrupções.

³¹Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=770262376415659&set=a.206655112776391.42650.100002957125456&type=1&theater>>. Acesso em: 20 jul. 2015.



FIGURA 6: Regildenia na Copa do Brasil sub-20 em 2012.
Fonte: Blog Árbitra Grazielle Crizol³².

Tatiane Sacilotti dos Santos Camargo, 29 anos, solteira e sem filhos. É graduada em Educação Física. Atua desde 2003 como assistente no futebol paulista, atingindo posteriormente o quadro da CBF; atualmente é Aspirante FIFA. Atuou nas finais do Campeonato Paulista série A1 nos anos de 2011 e 2014, sendo eleita, em 2011, a 3ª melhor árbitra assistente do Campeonato e, em 2014, a melhor assistente do Paulistão. Atuou em todas as divisões do Campeonato Brasileiro e da Copa do Brasil. O contato com ela nas redes sociais foi tranquilo e agendamos a entrevista para o dia 22 de abril de 2015, que foi realizada por telefone às 15 horas. Durou cerca de 50 minutos e transcorreu naturalmente, sem interrupções.



FIGURA 7: Tatiane Sacilotti na final do Campeonato Paulista de 2011.
Fonte: Blog Árbitra Grazielle Crizol³³. Foto: Wagner Carmo/Gazetapress.

³² Disponível em: <<http://arbitragrazi.blogspot.com.br/search?q=+regildenia&submit=Buscar>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

³³ Disponível em: <<http://arbitragrazi.blogspot.com.br/search?q=+sacilotti&submit=Buscar>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

Graziele Maria Crizol, 35 anos, solteira e sem filhos. É graduada em Educação Física e Pós-graduada em Arbitragem Desportiva. É detentora de um blog na internet “Árbitra Grazielle Crizol”, onde escreve sobre arbitragem³⁴. Atuou por mais de dez anos na arbitragem paulista, chegando ao quadro CBF Feminino. Bandeirou as finais da Copa do Brasil de Futebol Feminino e Campeonato Paulista Feminino em 2009. Atualmente, vive em Los Angeles e atua na *Women Soccer Premier League*³⁵. Em virtude disso, a entrevista foi realizada via Chamada de vídeo no Facebook, após contatos pela rede social e agendamento para o dia 16 de abril de 2015, às 17 horas. A entrevista durou aproximadamente 90 minutos e transcorreu normalmente, sem interrupções.



FIGURA 8: Grazielle Crizol

Fonte: Fan Page “Grazielle Crizol Eu sou DBAF” no Facebook³⁶.

Francielli da Costa Bento, 32 anos, solteira e sem filhos. É estudante de Educação Física. Formou-se árbitra em 2005, na liga de futebol de Uberaba, e foi para a Federação Mineira. Atuou como árbitra central na semifinal do Campeonato Brasileiro sub-20 entre Grêmio e Internacional em 2009 e em campeonatos femininos, como o Brasileiro e a Copa do Brasil. Representando Minas Gerais, atingiu a categoria FIFA, de 2011 a 2012. Por conta de uma lesão, deixou o futebol em 2013 e, no final de 2014, recebeu um convite da Federação

³⁴ Blog da Árbitra Grazielle Crizol. Disponível em: <<http://arbitragrazi.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

³⁵ Liga de futebol feminino norte-americana.

³⁶ Foto de Dorival Zucatto. Disponível em:<

<https://www.facebook.com/331894993500826/photos/pb.331894993500826.-2207520000.1437512840./734746723215649/?type=3&theater>.

Acesso em: 20 jul. 2015.

Mineira para reintegrar o quadro da federação em 2015. Atualmente, ocupa o quadro da Federação Mineira de Futebol. Foi homenageada na Câmara Municipal de Belo Horizonte em 2015, durante solenidade que homenageou todos os árbitros (as) FIFA mineiros (as). O contato foi realizado por rede social. A entrevista, agendada para 09 de maio de 2015, foi realizada por telefone e durou cerca de 50 minutos, transcorrendo normalmente, sem interrupções.



FIGURA 9: Francielli em atuação pela Federação Mineira de Futebol.
Fonte: Acervo pessoal de Francielli da Costa Bento.

Renata Ruel Xavier de Brito, 36 anos, solteira e sem filhos. Graduada em Administração e Pedagogia, e Pós-graduada em Finanças. Formou-se árbitra em 2005 pela Federação Paulista de Futebol. Atua como árbitra assistente e integra o quadro da CBF, pertencendo a categoria CBF-1. Atuou no Campeonato Paulista Série A1, Brasileiro Feminino, Copa do Brasil Feminino, Copa do Brasil sub-17 e Copa do Brasil sub-20. Ela é Diretora Social do Sindicato dos Árbitros de Futebol do Estado de São Paulo (SAFESP). Foi homenageada na Inauguração da Exposição “Visibilidade para o Futebol Feminino” no Museu do Futebol em São Paulo, que prestou homenagem às árbitras, jogadoras e jornalistas brasileiras no ano de 2015. Os contatos foram realizados através de rede social e a entrevista, agendada na sede do SAFESP em São Paulo para o dia 20 de maio de 2015, às 15 horas, transcorreu de maneira tranquila e durou cerca de 30 minutos, sem interrupções.



FIGURA 10: Renata Ruel em atuação no Campeonato Paulista 2015.
Fonte: Acervo pessoal de Renata Ruel³⁷.

3.3. Tratamento dos dados

Os dados empíricos foram analisados à luz da análise de conteúdo, definida por Bardin (2011) como

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (p. 48).

É importante destacar que estamos utilizando uma abordagem qualitativa da análise de conteúdo. Inicialmente, realizamos uma leitura flutuante das entrevistas transcritas. Em seguida, elaboramos um quadro de análise para cada pergunta do roteiro de entrevistas; na horizontal, ficavam as categorias de respostas e, na vertical, o nome das colaboradoras do estudo. As respostas dadas pelas participantes do estudo foram agrupadas em temas, os quais foram categorizados posteriormente (BARDIN, 2011). Para Bardin (2011, p.147), “as categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupando esse efetuado em razão das características comuns destes elementos”.

³⁷ Acervo pessoal de Renata Ruel. Foto tirada por Cesar Greco/Fotoarena.

A partir dessa categorização, buscamos estabelecer relações entre as falas das árbitras e os fatos, a partir do confronto entre os discursos das participantes e fontes bibliográficas. Então, realizamos a análise dos dados empíricos considerando três categorias: inserção (Bloco I), permanência e carreira (Blocos II e III) e aposentadoria (Bloco IV).

4 MULHERES DE PRETO: TRAJETÓRIAS NA ARBITRAGEM DO FUTEBOL PROFISSIONAL

Neste capítulo apresentaremos os resultados encontrados no estudo a partir dos dados empíricos coletados. Os resultados serão apresentados seguindo a ordenação temática da entrevista semiestruturada: inserção no futebol profissional; permanência e carreira; e “aposentadoria”.

QUADRO 1: Perfil das árbitras entrevistadas.

Informante	Idade	Estado civil	Escolaridade	Profissão	Tempo dedicado à arbitragem	Ano de formação	Maior categ. atingida	Categ. atual
Sílvia Regina	51 anos	Divorciada	Curso Superior completo	Professora de Ed. Física	27 anos	1980	FIFA	Ex-árbitra
Cláudia	53 anos	Solteira	Curso Superior completo	Policial civil	18 anos	1983	FIFA	Ex-árbitra
Cássia	47 anos	Solteira	2º grau completo	Instrutora de trânsito	13 anos	1996	CBF	Ex-árbitra
Ana Paula	36 anos	Solteira	Curso Superior completo	Jornalista	13 anos	1998	FIFA	Ex-árbitra
Janette	34 anos	Solteira	Curso Superior completo	Professora de Língua Portuguesa	15 anos	2000	FIFA	FIFA
Regildenia	41 anos	Divorciada	Curso Superior completo	Gestora esportiva	11 anos	2000	FIFA	FIFA
Tatiane	29 anos	Solteira	Curso Superior completo	Professora de Ed. Física	12 anos	2003	ASP-FIFA	ASP-FIFA
Graziele	35 anos	Solteira	Pós-graduada	Professora de Ed. Física	10 anos	2004	CBF	Ex-árbitra
Francielli	32 anos	Solteira	Curso Superior (em andamento)	Estudante de Educação Física	11 anos	2005	FIFA	FMF
Renata	36 anos	Solteira	Pós-graduada	Administradora	10 anos	2005	CBF	CBF

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

A média de idade das árbitras é 39 anos; a mais velha tem 53 anos e a mais nova, 29; oito são solteiras; duas, divorciadas; e nenhuma possui filhos. Os achados do estudo de Monteiro, Soares e Mourão (2015), que pesquisaram as 76 árbitras cadastradas no site da CBF em 2014, revelaram uma média de idade de 33 anos, o que muito se assemelha a esta pesquisa.

É importante destacar que um dos fatores que podem contribuir para esse fato é a idade máxima para a atuação do (a) árbitro (a) de futebol no Brasil, que é 45 anos.

Observou-se também a alta escolaridade das participantes do estudo: oito têm curso superior completo, uma ainda é graduanda, duas têm pós-graduação e apenas uma delas tem segundo grau completo.

Quatro das árbitras entrevistadas (4/10) têm formação em Educação Física, e uma está cursando. Sobre a atuação no campo profissional, três delas são professoras de EF e uma é gestora esportiva. As outras árbitras têm formação em Letras, Jornalismo, Administração e Direito.

Esse perfil de formação das árbitras encontrado corrobora com os do estudo de Klippel (2013), que encontrou no quadro de árbitros da Federação de Futebol do Espírito Santo 30,76% dos (as) árbitros (as) formados (as) em Educação Física ou com o curso em andamento, assim como da pesquisa de Monteiro, Soares e Mourão (2015), que encontrou, nos registros do site da CBF em 2014, entre as 76 árbitras, 21 (27,63%) com formação em Educação Física.

A formação em Educação Física é uma motivação para a inserção na arbitragem? Das dez árbitras que entrevistamos, quatro (4/10) são professoras de Educação Física e uma (1/10) é estudante de Educação Física. Três delas (3/5) ingressaram na arbitragem antes da Educação Física, uma (1/5) obteve a formação de árbitra durante o curso, acreditando que isso poderia auxiliá-la a ingressar na carreira de técnica de futebol, e uma ingressou (1/5) após o curso, buscando uma função dentro do futebol que lhe trouxesse estabilidade financeira. Podemos dizer que existe uma identificação entre a árbitra e o esporte, que algumas vezes pode levá-las a buscar formação em Educação Física.

Quanto ao estado civil, como já mencionamos anteriormente, todas se encontravam solteiras (duas divorciadas) e não possuíam filhos. Esse tem sido o cenário do que se vê nos estudos sobre as mulheres na gestão esportiva e na função de técnicas esportivas, já que essas são carreiras que têm uma alta demanda de horas de trabalho e muitas horas fora de casa, principalmente devido a treinamentos, competições e viagens (GOMES, 2008; FERREIRA *et al.*, 2013; KILTY, 2006).

As participantes da pesquisa apresentam uma experiência significativa no campo da arbitragem no futebol. Todas têm pelo menos 10 anos de dedicação à arbitragem e três delas têm entre 15 e 27 anos de experiência, o que as coloca como informantes de grande representatividade na arbitragem nacional.

Em relação à maior categoria que atingiram na arbitragem, seis delas (6/10) chegaram ao quadro da FIFA, uma foi Aspirante FIFA (1/10) e três (3/10) chegaram ao quadro

da CBF. Com esse perfil, podemos dizer que esse trabalho é de caráter nacional, com árbitras de diferentes lugares, experiências e gerações diversas.

Após essa descrição do perfil das árbitras entrevistadas, seguiremos com a análise do primeiro bloco de questões da entrevista, que retratam como ocorreu a inserção das árbitras no futebol profissional. Na sequência, prosseguiremos analisando os blocos II e III (Permanência e Carreira) e, por fim, traremos o bloco final de questões, sobre a “aposentadoria”.

4.1 Inserção na arbitragem: as experiências esportivas, a família e a mulher referência como vias de acesso

Para a análise dos blocos temáticos, as árbitras foram divididas em dois grupos, de acordo com o ano de formação na arbitragem, porque entendemos que as pioneiras vivenciaram um período de interdições e resistências mais severas e contribuíram para dar visibilidade e oportunidades para que novas árbitras chegassem aos gramados na década de 2000. Então, o Grupo 1 (G1) é composto pelas árbitras que se formaram nas décadas de 1980 e 1990: Sílvia Regina, Cláudia, Cássia e Ana Paula; e o Grupo 2 (G2) é integrado pelas que se formaram nos anos 2000: Janette, Regildenia, Tatiane, Graziele, Francielli e Renata.

Uma das vias de acesso para a arbitragem compreende as experiências com atividades físicas e esportivas diversas na infância, como futebol, voleibol, futsal, handebol e ginástica artística (9/10). É interessante destacar que duas árbitras tiveram experiências no futebol a partir de vivência com os pais. Uma delas frequentava o estádio junto com o pai, que era torcedor de um clube tradicional de São Paulo; e a outra era filha de um árbitro de futebol, que a levava para o campo quando apitava partidas amadoras.

A fala de Cássia traz sua experiência no futebol, como jogadora: *“Eu joguei futebol na época de 1983 a 1986, no Atlético Mineiro. A minha experiência na área esportiva vem como atleta, e depois também eu fui técnica de futebol de salão.”* (Cássia Dias, 47 anos).

Já Tatiane disserta sobre sua paixão pelo futebol desde a infância: *“Nunca joguei futebol para competir. Foi mais em escola mesmo, na rua de casa. Eu era praticamente a única menina que jogava bola com os meninos, mas isso é desde a minha infância. A minha paixão pelo futebol é desde a infância”* (Tatiane Sacilotti, 29 anos).

Entre as experiências no esporte vividas pelas árbitras, as narrativas de Graziele mostram sua trajetória como ginasta na infância: *“[...] quando pequena, com 6, 7 anos, eu já comecei a ginástica artística, chamada na época de ginástica olímpica. Então eu sempre fiz*

ginástica na escola, treinei em clubes também e virei ginasta na época” (Graziele Crizol, 35 anos).

Sobre o que as levou à arbitragem em futebol, as árbitras do G1 elencaram o gosto pelo futebol (2/4), a oportunidade (2/4) e a família (1/4). Já para o G2, os motivos foram a família (3/6), o gosto pelo futebol (2/6) e uma mulher referência (2/6), ou seja, o fato de terem uma mulher árbitra como referência.

A fala de Cláudia Guedes mostra como o gosto pelo futebol e a vontade de atuar como técnica a ajudaram a decidir pela arbitragem como passaporte para o ingresso no mundo do futebol:

“Eu queria ser técnica, eu estava estudando para isso na faculdade e aí surgiu esse curso de formação de árbitras [...]aí eu me inscrevi. Achei que era um caminho para que chegasse ao mundo do futebol. Começasse a ser inserida no mundo do futebol e ajudasse na minha formação para técnica” (Cláudia Guedes, 53 anos).

No excerto acima, vemos como a mulher pensa em se inserir no campo do futebol, uma vez que é difícil para ela chegar ao cargo de técnica, preparadora física, gestora. Podemos dizer que as mulheres parecem ter maiores possibilidades na arbitragem do que nos cargos diretivos e de treinadoras no futebol e, quando desejam exercer esses cargos, parecem ver a arbitragem como a porta de entrada no mundo do futebol.

A família apareceu como via de acesso importante para o G2, uma vez que os homens da família, pais e irmãos, atuando como árbitros e/ou gostando de futebol, favoreceram o início de suas experiências na arbitragem.

A fala de Regildenia traz suas experiências esportivas na família e revela como essa cultura familiar, através do irmão ex-jogador e árbitro, a aproximou do futebol desde a infância:

“A arbitragem entrou na minha vida pela forma como fui criada em minha casa. Porque eu sou de uma família de 6 irmãos, onde tem 4 mulheres e 2 homens. Eu sou a caçula e depois de homem é um homem, e a minha mãe sempre falou assim: ‘São muitos filhos, eu não quero ninguém brincando na rua, nem quero ninguém da rua brincando aqui! Então brinquem entre vocês!’ . Como os dois caçulas éramos o Eraldo e eu, meu irmão e ele é apaixonado por futebol, por esporte. Então restava eu para brincar com ele, ele não ia brincar de boneca comigo, eu tinha que brincar das brincadeiras de menino com ele. Jogar bola, peão, bolinha de gude. E aí nasceu a minha vontade de conhecer mais o esporte, ele sempre jogava bola, eu ia vê-lo jogar bola, e depois ele machucou o joelho e não podia jogar mais. Ele fez o curso de árbitro e foi arbitrar partidas de futebol e eu sempre ia vê-lo apitando jogos de futebol. E os amigos dele sempre falavam: ‘Poxa, mais você entende bastante de futebol, de regras, de arbitragem. Por que você não faz o curso

também? ' Aí nasceu a vontade de fazer o curso" (Regildenia Moura, 41 anos).

A família aparece como um agente socializador na infância, na transmissão de valores, comportamentos e normas; e a adolescência se caracteriza por uma maior autonomia do indivíduo que pode marcar uma “separação dos pares”, através de outras escolhas (SEABRA *et al.*, 2008). Renata também corrobora com esse discurso: *“O que me levou foi a minha família, a maioria da família são homens, não é? E são todos apaixonados por futebol. E essa paixão deles pelo futebol fez eu me apaixonar também. E aí eu queria estar no meio, eu queria estar dentro do futebol e me identifiquei para atuar como árbitra para poder participar desse mundo maravilhoso que é o futebol”* (Renata Ruel, 36 anos).

As falas de Regildenia e Renata mostram que os homens da família rompem com o sexismo, quando as apresentam ao mundo do futebol, que é de reserva masculina. Os estudos em áreas esportivas também interditadas as mulheres que corroboram com este comportamento, como podemos ver no trabalho de Souza e Mourão (2011), onde as autoras mostraram que os pais e irmãos foram responsáveis pelas primeiras experiências das meninas no judô. O estudo de Marcelo Tavares (2015), com jogadoras de vôlei, que já é um esporte consentido para a prática das mulheres, mostra o apoio das famílias às carreiras das atletas da seleção brasileira da década de 1980. Em contrapartida, a pesquisa de Nascimento e Nunes (2014) com árbitras de futsal, suas duas entrevistadas tiveram experiências jogando bola com os meninos (brincadeira considerada masculina) e acabaram sofrendo cerceamentos de suas famílias. O que podemos verificar é que não há um consenso na literatura.

Podemos observar que ainda é possível encontrarmos uma vinculação da brincadeira com o gênero, em que a boneca aparece como brincadeira para as meninas, e o jogar bola, peão, bolinha de gude, seriam para os meninos (WENETZ, 2012).

As evidências do nosso estudo vão indicando que o futebol ainda se manifesta como um campo estruturante de uma hierarquia de gênero, na medida em que quando a mulher entra, é estranho, duvida-se, de sua competência, colocam barreiras para interditá-las e inclusive suspeita-se da sua sexualidade.

Entretanto foi possível observar que a maioria das famílias de nossas entrevistadas tiveram um papel importante para sua educação, permitindo inclusive que o esporte fosse parte de suas vidas.

Os discursos de Tatiane e Grazielle mostram como a mulher referência (o fato de ver outras mulheres apitando) a fez descobrir a arbitragem e a possibilidade de atuar na área:

“Amor à primeira vista (risos). Eu me encantei quando eu descobri a arbitragem feminina, que foi em 2003, com a Sílvia Regina, a Aline e a Ana Paula Oliveira. E, quando eu vi, decidi naquele dia que eu iria me tornar árbitra” (Tatiane Sacilotti, 29 anos).

“[...]E eu avistei uma árbitra apitando, que era a Sílvia, ela estava lá nesse jogo. Então eu achei bacana, o primeiro contato que eu tive vem da Sílvia Regina, não é? Que é a grande pioneira para mim, é a grande pioneira, representante nossa da arbitragem paulista. Então eu conversei com ela nesse dia, perguntei o que precisava para ser árbitra e ela me deu todas as dicas, meu deu as datas, me deu o local e eu fui atrás para saber, não é? Eu acho uma coisa legal e fui tentar, mas eu não tinha tido nenhum contato com a arbitragem (Graziele Crizol, 35 anos)”.

Podemos observar a importância da mulher árbitra atuando no campo do futebol/esporte como formador do novo *habitus*, da mulher exercendo uma função de tomada de decisão, ocupando uma posição de comando dentro de um campo de futebol, subvertendo o ideário masculino da arbitragem.

O *habitus* mantém com o mundo social que o produz uma autêntica cumplicidade ontológica, origem de um conhecimento sem consciência, de uma intencionalidade sem intenção e de um domínio prático das regularidades do mundo que permite antecipar seu futuro, sem menos precisar colocar a questão nesses termos (BOURDIEU, 2004, p. 24).

A visibilidade conferida à participação das mulheres no esporte contribui também para o desenvolvimento da atividade – no caso, a arbitragem – assim como para a emancipação das mulheres (GOELLNER; SILVA; BOTELHO-GOMES, 2013). As referências dos autores apontam para um certo empoderamento da mulher pela mulher dentro do subcampo da arbitragem no campo do esporte. Assim podemos perceber como é fundamental que as mulheres tenham outras mulheres como referência em campos onde elas estão sub-representadas.

4.1.1 Inserção na arbitragem: os cursos de formação e as principais barreiras enfrentadas

As árbitras entrevistadas têm como característica o ingresso na arbitragem entre as décadas de 1980 e 2000: seis delas (6/10) iniciaram nos anos 2000; duas (2/10), na década 1990; e duas (2/10), nos anos 1980. Os locais em que começaram a apitar foram as ligas amadoras, o sindicato de árbitros e as federações estaduais. Das entrevistadas, seis iniciaram sua trajetória no estado de São Paulo (2 do G1 e 4 do G2), três em Minas Gerais (1 do G1 e 2 do G2) e uma no Rio de Janeiro (1 do G1).

O curso de Cláudia, no Rio de Janeiro, em 1983 teve uma duração de quatro meses:

“[...] era a primeira vez no mundo em que se fazia um curso só para a formação de árbitras de futebol. [...] Esse curso teve a duração de mais ou menos 4 meses, se não me falha a memória, ou mais, eu não consigo mais lembrar. Eu não sei se foram quatro ou seis meses. E esse curso foi realizado na UERJ, a gente assistia às aulas à noite e tinha também aulas de Educação Física. E o curso, ele consistia de matérias de legislação desportiva, regras de futebol, preenchimento de súmulas e relatórios e da Educação Física, como eu disse” (Cláudia Guedes, 53 anos).

Cássia, que fez o curso em Minas Gerais em 1996, destaca a predominância de conteúdos teóricos:

“Na época, o curso era teórico. Eram 2 vezes na semana. Tinha um livro básico com as regras e com exercícios. A gente estudava, o Juarez ensinava para a gente as regras, a gente estudava, fazia os exercícios até terminar as regras, todas elas. Aí, quando terminou, houve uma prova que você tinha que ter mais de 80%, se eu não me engano, para ser aprovado. Nessa época, era só assim o curso, era mais teórico mesmo, não tinha muitos módulos, assim, atividade física, não tinha muito essas coisas que tem hoje não. Era só isso mesmo, era estudo, uma parte teórica e a prova mesmo” (Cássia Dias, 47 anos).

Janette fala sobre o início de sua trajetória no interior de Minas Gerais em 2000: *“Eu iniciei em Ipatinga [liga amadora], fiquei lá um ano e, em 2001, eu vim para Belo Horizonte, na Federação [mineira]” (Janette Arcanjo, 34 anos).*

O início de Renata foi no Sindicato dos Árbitros de Futebol do Estado de São Paulo (SAFESP): *“Eu fiz o curso da Federação [paulista] em 2004, e em 2004 eu comecei a atuar pelo Sindicato dos Árbitros de Futebol do Estado de São Paulo em partidas como 4ª árbitra” (Renata Ruel, 36 anos).*

O ingresso em uma federação sem passar pelo futebol amador também é uma possibilidade, como relata Grazielle, que iniciou em 2004: *“[...] um pouquinho diferente das outras árbitras que apitaram e bandeiraram em jogos amadores, eu não, eu entrei direto na federação” (Grazielle Crizol, 35 anos).*

Os cursos de arbitragem em futebol nas décadas de 1980 e 1990, segundo os relatos das entrevistadas, pelas federações não tinham teste físico, como vemos na fala de Cássia. O tempo de duração variava: conforme o relato de Cláudia, seu curso na UERJ durou cerca de quatro meses; já nos anos 2000, o curso de Tatiane na FPF teve duração de dez meses. Havia ainda os cursos cancelados por federações, que eram realizados em ligas de futebol municipais

amadoras filiadas às suas respectivas federações estaduais, como foi o curso de Janette, com duração de um final de semana.

No que se refere ao processo de formação para atuação na arbitragem, a grande maioria (9/10) realizou cursos em federações estaduais, três (3/10) fizeram curso em Sindicato de Árbitros/Associação de árbitros e quatro (4/10), em ligas amadoras.

O tempo de duração desses cursos varia muito, conforme podemos ver nos relatos de Tatiane: “[...] *esse processo pela federação (ele) se deu durante 10 meses; em 2004 o curso demorava 10 meses e hoje, se eu não me engano, são 2 anos de curso*” (Tatiane Sacilotti, 29 anos).

A autonomia dada às federações, para regularem seus cursos, pode gerar formações um pouco diferenciadas para os (as) árbitros (as), mas, elas parecem seguir um padrão. Um exemplo disso é o curso da FPF, que em 2011 tinha duração de 12 meses com 130 h/aula, com aulas práticas e teóricas. Os (as) aspirantes ao curso eram submetidos (as) a duas avaliações teóricas e um teste físico, para só então ingressarem no estágio, que é a atuação nas categorias de base (STAHLBERG, 2011). Por sua vez, o curso da FGF em 2010 tinha duração de 6 meses com 126 h/aula, com três provas teóricas e um teste físico (SANTOS; JAHNECKA; RIGO, 2011). Em seu último edital (2015)³⁸, a FPF abriu 140 vagas para árbitros (as) de futebol, divididos (as) em 2 turmas. Os requisitos para o ingresso foram a conclusão do ensino médio, a aprovação na avaliação teórica e psicológica da entidade, exames médicos (eletrocardiograma e oftalmológico). Durante o curso – que é de 18 meses, com 4 h/aula por semana – há um simulado de avaliação física e uma avaliação física final (FEDERAÇÃO PAULISTA DE FUTEBOL, 2015).

Em outras modalidades como as lutas olímpicas, a capacitação e a seleção dos (as) árbitros (as) é realizada a partir de cursos com duração entre 30 e 60 horas, em que os (as) candidatos (as) realizam provas e estágios ao final do curso. Após a aprovação os (as) candidatos (as) são escalados (as) para atuarem em competições de pequeno porte e, conforme ganham experiência, passam a torneios de grande porte, nacionais e internacionais. As federações promovem atualizações com os (as) árbitros (as), os (as) quais, para que possam mudar de nível, são submetidos (as) a novas provas (SOUZA, 2010).

No Judô e no Taekwondo, há dois pré-requisitos para se candidatar à arbitragem: graduação com faixa preta e filiação na federação correspondente. Na Esgrima, Lutas e Boxe, o (a) atleta necessita apenas ser filiado (a) à federação da modalidade e ter conhecimentos

³⁸ Disponível em: <<http://www.fpf.org.br/arquivos/201506/1161840120.pdf>>.

básicos sobre ela. Gabriela Souza pontua que os cursos de arbitragem são mais procurados por atletas e ex-atletas (SOUZA, 2010). Esse cenário é diferente do encontrado em nosso estudo na arbitragem em futebol, em que não são atletas e ex-atletas que procuram os cursos de formação, mas sim mulheres que tiveram a família como uma via de acesso, a partir de um familiar árbitro e/ou apreciador de futebol.

Quando foram indagadas sobre como era vista a mulher na arbitragem, quando iniciaram sua atuação, as árbitras do G1 foram responsáveis pelas rupturas e sofreram maior preconceito. A fala de Silvia Regina evidencia que elas eram tidas como atrações: *“Na década de 1980, era como se fosse um ET caindo no campo de jogo. Era uma curiosidade para todos, todos ficavam abismados de ver, surpresos e curiosos para saberem se era a mesma coisa que um homem apitando”* (Sílvia Regina, 51 anos).

Cláudia, que também arbitrou na década de 1980, corrobora com o relato de Sílvia, ao afirmar que as árbitras eram atrações em que apitavam; entretanto, ela relutava em aceitar esse rótulo:

“[...] Em alguns lugares, a gente chegava como se fossemos atrações, e eu debatia muito sobre isso e brigava muito sobre isso, porque desde o início eu queria uma seriedade muito grande para a gente. Eu costumava dizer que árbitra de futebol não era atração, atração era macaco de jardim zoológico, macaco de circo. Nós não éramos atrações, nós éramos profissionais ” (Cláudia Guedes, 53 anos).

Ana Paula Oliveira aponta que era uma novidade, entretanto ela ressalta também que já haviam outras árbitras atuando no final da década de 1990:

“Era uma novidade. No início da minha trajetória, já existiam outras árbitras. Depois, a gente vê que a história da mulher na arbitragem começou – se eu não estou equivocada – em 1970, inclusive com uma mineira [Léa Campos]. E, de lá para cá, foi quando eu surgi; em 1997, fui ganhando espaço aos poucos” (Ana Paula, 36 anos).

Por outro lado, a maioria das árbitras do G2 (5/6) relatou que já havia mulheres atuando com alguma visibilidade, o que não causava mais estranhamento. Apenas duas delas (2/6) disseram que havia preconceito e duas (2/6) apontaram que eram a atração nos jogos em que apitavam. É interessante observar que as árbitras mais novas fazem menção a uma visibilidade maior no campo de futebol sem grandes estranhamentos.

Renata, que iniciou em 2005, evidencia que já havia mulheres atuando com alguma visibilidade, mas ainda se percebiam preconceitos:

“Olha, eu acho que nós já tínhamos algumas mulheres que já tinham quebrado grandes barreiras. Temos aí pioneiras que quebraram esta barreira da mulher no futebol, mas quando eu iniciei ainda sentia bastante preconceito, muito mais do que hoje” (Renata Ruel, 36 anos).

A maneira como a mulher era vista na arbitragem em futebol, a partir dos relatos das entrevistadas, aponta para uma caricaturização da mulher na figura de árbitra, a um um consenso preconceituoso sobre a ausência de competência em relação a elas para exercer tal função, e uma naturalização da expertise do homem. Embora, segundo as colaboradoras, já se pudessem ver algumas árbitras atuando com certa visibilidade nos gramados brasileiros.

O preconceito narrado em relação à atuação de mulheres na arbitragem parece emergir de uma diferenciação dos trabalhos atribuídos aos homens e mulheres de acordo com Bourdieu (1999). O autor pontua que aqueles atribuídos aos homens são considerados como profissões qualificadas, enquanto os atribuídos às mulheres não são reconhecidos: é como se não houvesse qualificação alguma para o desempenho da função.

O autor aborda ainda o exemplo das digitadoras, cuja entrada nas profissões gráficas gerou inúmeras resistências por parte dos homens, que se sentiram ameaçados em sua mitologia profissional do trabalho altamente qualificado. Assim, as mulheres não eram reconhecidas quando tinham a mesma profissão que seus colegas homens, ainda que realizassem o mesmo trabalho: “Façam elas o que fizerem, as digitadoras serão datilógrafas e, portanto, sem qualificação alguma. Façam eles o que fizerem, os revisores serão profissionais do livro e, portanto, muito qualificados” (BOURDIEU, 1999, p.76).

Goellner (2005) corrobora com esta posição na medida em que aponta que as mulheres sempre estiveram presentes no futebol, como torcedoras, jogadoras e árbitras, contudo essas presenças foram por vezes ocultadas, silenciadas, invisibilizadas e, portanto, desvalorizadas.

Pelos relatos de nossas informantes, observamos que embora a maioria das entrevistadas não tenham citado explicitamente o preconceito em seus relatos, para os dias atuais, observamos que muitas situações descritas por elas envolviam o preconceito a discriminação e as interdições às árbitras. Contudo parece que esse cenário, mesmo que de forma lenta, vem mudando desde os anos 1980, dando maior visibilidade, oportunidades e empoderamento das mulheres no futebol.

A maioria das árbitras enfrentou algum tipo de dificuldade no início de sua atuação. Das oito (8/10) que relataram ter passado por isso, cinco (5/8) iniciaram sua atuação nos anos 2000, duas (2/8) em 1990 e uma (1/8) na década de 1980. As décadas de 1980 e 1990, por

marcarem a invisibilidade da arbitragem de mulheres, foram consideradas um período de interdições, em que as mulheres não eram escaladas e as árbitras centrais eram escaladas como assistentes e sofriam preconceito.

As dificuldades mais citadas pelo G1 foram o preconceito (2/4), a resistência das federações (2/4) e as interdições nas escalas (1/4). A fala de Cláudia exemplifica as duas últimas:

Então, a quantidade [de árbitras] era pequena, éramos pioneiras, estávamos tentando mostrar que poderíamos atuar tão bem quanto homens, só que, em um país muito machista como é o nosso, hoje menos, mas ainda continua machista, então a dificuldade foi muito grande. Porque eles queriam que a gente só apitasse futebol feminino, só que algumas de nós tínhamos [potencial] para atuar no masculino também. E foi o que aconteceu. Então, eu tive muitos problemas, principalmente com a federação do Rio, para que eu pudesse exercer o meu trabalho, eu brigava muito. A imprensa sempre me deu muito apoio, a imprensa sempre enalteceu meu nome, sempre pedia para que eu fosse escalada nos jogos, principalmente depois que eu passei para o futebol profissional, mas havia uma resistência muito grande por parte da federação (Cláudia Guedes, 53 anos).

Cássia aponta para as interdições nas escalas, já que, apesar de ser árbitra central, era escalada como assistente (bandeirinha): “[...] não era escalada em jogos da federação como árbitra central, era sempre como bandeira” (Cássia Dias, 47 anos).

Vale destacar que, embora o cenário esteja melhorando, as árbitras do G2 enfrentaram e ainda enfrentam resistência das federações e interdições nas escalas, principalmente as árbitras centrais, conforme evidencia a fala de Regildenia:

“Olha, a arbitragem feminina – e, ainda no meu caso, que eu sou árbitra central – ainda tem um pouco de resistência sim. Mas eu acho que a resistência está mais por parte dos dirigentes, em ter a coragem de apostar, de escalar uma árbitra. As árbitras assistentes já têm mais oportunidades, você percebe pelo número de árbitras centrais e árbitras assistentes” (Regildenia Moura, 41 anos).

Essas práticas das federações em relação às escalas de árbitras centrais, como bandeirinhas, demonstram as interdições impostas às mulheres, uma vez que as marcações de um (a) assistente estão sujeitas ao crivo do árbitro, porque, se o (a) assistente assinalar uma infração e o árbitro não apitar, nada será marcado. Portanto, as federações não conferiam autoridade à mulher na arbitragem, “[...] na qual a norma é heterossexual e masculina, o que acaba por construir um estatuto de verdade no qual a virilidade e a força são os atributos

necessários para o exercício e o controle da arbitragem” (NASCIMENTO; NUNES, 2014, p. 214).

Uma vez que as federações são geridas por homens, as escalas parecem reificar um preconceito pelo esporte considerado de reserva masculina. Com isso, a chegada das mulheres a determinados cargos – por exemplo, diretoras, gestoras esportivas, técnicas esportivas e árbitras – parece estar condicionada à presença da tutoria. Um tutor é aquele que faz as indicações, convites e/ou facilita o acesso ao cargo, fato que está intimamente ligado ao tamanho da rede de contatos dessas mulheres (GOMES *et al.*, 2012). A teoria do teto de vidro foi utilizada por Ferreira (2012) em sua investigação com as treinadoras, e a arbitragem parece reproduzir o cenário encontrado por ela.

A teoria do teto de vidro surge a partir da expressão “*glass ceiling*”, criada em 1985 pelo *Wall Street Journal*, e tem sido amplamente utilizada em estudos organizacionais e de gênero. Ela aponta que as mulheres, ocupando as posições hierarquicamente inferiores às dos homens, observam através de um teto de vidro tudo que ocorre nos cargos mais altos, mas não conseguem chegar lá, porque existe uma barreira “invisível”, formada por estratégias discursivas. Uma destas refere-se à incapacidade das mulheres para o comando esportivo e na arbitragem, agravada pelo corporativismo masculino, já que, ocupando as posições de comando do esporte, os homens tendem a contratar outros homens para a maioria dos cargos no cenário esportivo (ROCHA, 2006 *apud* FERREIRA, 2012).

As dificuldades enfrentadas pelas árbitras do G2 foram os testes físicos (2/6), a adaptação aos treinos (1/6) e a capacidade de conciliar as demandas da arbitragem com a vida profissional e social (1/6). Assim elas narram dificuldades nas suas trajetórias na arbitragem:

“A primeira dificuldade que eu tive realmente foi o medo. [...] A segunda dificuldade que eu tive, que eu acho que tive por toda a minha carreira e foi a segunda e a maior de todas, foi o teste físico. O físico para mim apesar de eu ter sido atleta, o teste físico para mim, o da federação era muito forte. Então, eu, especificamente, não sei as outras árbitras, mas eu tinha que treinar todos os dias porque se eu não treinasse todos os dias eu não conseguia chegar ao final do ano e passar ou no meio do ano e passar no teste ” (Graziele Crizol, 35 anos).

Tatiane também relata a dificuldade dos testes físicos:

“[...]tive que passar por esse processo da parte física, que foi um pouquinho doloroso no começo, não vou mentir que não é mais, porque ainda é, principalmente quando a gente tem que fazer o teste físico masculino, a exigência é bem maior, então, é esse processo sempre de lidar com a parte

física, que você nunca pode relaxar. Não existe isso “ah, eu fiz o teste e pronto, estou aprovada”, não, é contínuo esse treinamento” (Tatiane Sacilotti, 29 anos).

Cumprido destacar que a inserção das árbitras nas décadas de 1980 e 1990 é anterior às novas formulações de teste físico, o teste físico era o teste de *Cooper*, que não exigia um treinamento tão extenuante para aprovação. Entretanto, no ano de 2001, a FIFA estabeleceu uma nova sequência de provas anaeróbias, uma de velocidade e outra de resistência, trazendo os índices masculinos e femininos:

Prova I- Velocidade: Masculino AC- 40m/6,4 s/6 repetições/recuperação 1,5 s; Masculino AA- 40m/6,2 s/6 repetições/recuperação 1,5 s; Feminino AC- 40m/6,8 s/6 repetições/recuperação 1,5 s; Feminino AA- 40m/6,6 s/6 repetições/recuperação 1,5 s.

Prova II- Resistência: Masculino AC- 150m/30 s/20-24 repetições/recuperação 40 s; Masculino AA- 150m/30 s/20-24 repetições/recuperação 45 s; Feminino AC- 150 m/35 s/ 20-24 repetições/recuperação 45 s; Feminino AA- 150 m/35 s/ 20-24 repetições/ recuperação 50 s. (SANTOS, 2013, p. 4).

Então, em janeiro de 2006, a FIFA estabeleceu, através da circular nº 1013, um novo modelo de testes físicos para árbitros (as), que entrou em vigor a partir de 2007:

São realizadas duas provas físicas, separadas por sexo: a de velocidade: 6 tiros de 40m e a de resistência: 20 a 24 tiros de 150m. Intercalados com igual número de caminhadas de 50 m. Na primeira prova os árbitros (as) devem correr em um tempo diferente por sexo e por função: (AC/AA) homens AC – 6.4s e AA – 6.2s / mulheres AC – 6.8s e AA 6.6s. Ambos descansam 90 segundos. Na segunda prova: Os Homens AC/AA – executa em 30s cada tiro, cuja recuperação é respectivamente 40s e 45s. Entre as Mulheres AC/AA o tempo é maior, 35s cuja recuperação é respectivamente 45s e 50s. (SANTOS; MESSEDER, 2016, p. 506).

Portanto, as árbitras centrais e assistentes, para atuarem em competições masculinas, têm que atingir o índice masculino: “A árbitra e a árbitra assistente, para atuar em competições masculinas deverão alcançar os índices estabelecidos, respectivamente para o quadro masculino (FIFA, 2007) ”³⁹.

Os testes físicos para árbitros (as) sofreram novas alterações em março de 2016, que começam a valer a partir de 2017. O teste 1 consiste em 6 tiros de 40 m (FIFA- 6s para homens e 6,2s para mulheres; CBF- 6,2s para homens e 6,6s para mulheres) com descanso de

³⁹ Circular nº 1104 da FIFA, 15 de agosto de 2007.

60s entre um e outro. Já o teste 2 é composto por 40 séries de corrida de 75m (FIFA- 15s para homens e 18s para mulheres; CBF- 15s para homens e 18s para mulheres) com 25 m de caminhada entre uma e outra (FIFA- 18s para homens e 20s para mulheres; CBF- 20s para homens e 22s para mulheres) (DAGA, 2016).

Quanto às dificuldades relatadas pelas árbitras entrevistadas nos testes físicos, percebe-se que elas têm de superar barreiras diariamente para se manterem no quadro, com treinamentos exaustivos para conseguirem o índice masculino. Ineildes Santos e Suely Messeder (2016) trazem que, no ano de 2008, apenas uma mulher (uma assistente e nenhuma árbitra central) foi aprovada no teste masculino. Elas destacam também o alto número de reprovações quando as mulheres realizam testes masculinos.

Após a inserção das árbitras a partir de experiências esportivas variadas e da família no G1, como via de acesso para essas mulheres se tornarem árbitras, para G2 a mulher referência foi fundamental. As dificuldades vivenciadas pelo G1 foram maior preconceito e resistência, enquanto que para o G2, foram os testes físicos, que mudaram sua configuração em 2001, exigindo maior tempo de dedicação aos treinamentos para aprovação.

O subcampo da arbitragem tem uma configuração e quando as mulheres entram elas se submetem às suas regras e não vai desestabilizá-lo.

4.2 Permanência e carreira: possibilidades de ascensão e a chegada ao futebol profissional

Após a análise sobre a inserção das árbitras no futebol profissional, passamos para os blocos II (Permanência) e III (Carreira). Quanto às funções que exerciam, no G1 uma (1/4) era somente árbitra assistente e três (3/4) eram árbitras centrais. Das árbitras centrais, duas (2/3) atuaram como árbitras centrais e assistentes, porque nas federações eram escaladas como assistentes.

A fala de Cláudia mostra que sua atuação ocorreu majoritariamente como árbitra central, embora tenha atuado como assistente também:

“[...] Quando eu comecei, eu era árbitra amadora. Então, quando eu comecei como árbitra amadora, hoje existe o quadro de assistentes e de árbitros. Hoje, que eu digo, já há vários anos. Mas, quando eu iniciei a minha carreira, não era assim, você tanto bandeirava quanto apitava. E eu comecei bandeirando, mas, logo em seguida, já fui para o apito. Então, eu passei 99% da minha carreira apitando. Agora, quando eu fui para o futebol profissional, no Rio eu apitava, mas, quando era para trabalhar pela CBF, nos campeonatos profissionais, no Campeonato Brasileiro, aí eu era escalada bandeirando” (Cláudia Guedes, 53 anos).

No G2 temos duas (2/6) árbitras centrais e quatro (4/6) assistentes (bandeirinhas). Observamos que nenhuma delas atuava nas duas funções, já que, ao final do curso de arbitragem das federações, o (a) árbitro (a) deve optar por uma das duas funções, ou árbitro (a) central ou assistente.

Tatiane revela que sempre atuou como assistente:

“Eu sempre atuei como árbitra assistente. Quando eu me apaixonei pela arbitragem em si, eu achava que eu iria ser árbitra central, mas, eu comecei bandeirando. E por começar bandeirando, eu me identifiquei muito como árbitra assistente, então, eu não quis nem ir para o apito, eu fiquei como árbitra assistente e todo esse processo meu de carreira se dá como árbitra assistente” (Tatiane Sacilotti, 29 anos).

Os (as) árbitros (as) centrais e assistentes são divididos (as) em categorias, tanto na federação estadual em que atuam, quanto no quadro da CBF. O quadro abaixo apresenta a maior categoria que as árbitras entrevistadas alcançaram durante a carreira e em que categoria se encontravam no período de realização da pesquisa.

QUADRO 2: Categoria das árbitras entrevistadas.

Informante	Maior categoria que atingiu				Categoria em que se encontrava durante a pesquisa				
	CBF	ASP-FIFA	FIFA	Fed. Est	CBF	ASP-FIFA	FIFA	Fed. Est	Não atuante
Sílvia			X						x
Cláudia			X						x
Cássia	x								x
Ana Paula			X						x
Total	1/4	0	3/4	0	0	0	0	0	4/4
Janette			X				X		
Regildenia			X				X		
Tatiane		x				x			
Graziele	x								x
Francielli			X					x	
Renata	x				X				
Total	2/6	1/6	3/6	0	1/6	1/6	2/6	1/6	1/6

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Podemos observar que todas as participantes do estudo atingiram o quadro da CBF. Destas, seis (6/10) declararam que a maior categoria que atingiram foi a de árbitra FIFA, uma (1/10) chegou a Aspirante FIFA e três (3/10) ao quadro da CBF. Sobre a categoria em que se encontravam no momento de realização da pesquisa, duas (2/10) se encontravam no quadro da

FIFA, uma (1/10) estava no quadro da CBF, uma (1/10) era Aspirante FIFA, uma (1/10) em federação estadual e cinco (5/10) já encerraram suas carreiras na arbitragem.

Sobre o período em que atuaram, elaboramos um quadro que apresenta quantos anos cada árbitra atuou e o período em que apitaram.

QUADRO 3: Período e tempo de atuação das árbitras.

Informante	De 10 a 15 anos	De 16 a 20 anos	Mais de 20 anos	Obs. (período)
Sílvia			x	1980-2008
Cláudia		X		1983-2000
Cássia	X			1996-2008
Ana Paula	X			1997-2010
Total	2/4	1/4	1/4	
Janette		X		2000-2015
Regildenia		X		2000-2015
Tatiane	X			2003-2015
Graziele	X			2004-2013
Francielli	X			2005-2015
Renata	X			2006-2015
Total	4/6	2/6	0	

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

O quadro acima nos permite verificar que todas as árbitras possuem uma experiência significativa na arbitragem, já que todas as participantes do estudo têm pelo menos 10 anos de dedicação à arbitragem; três (3/10), entre 16 e 20 anos; e uma (1/10), mais de 20 anos. O discurso abaixo nos permite observar a experiência das participantes na arbitragem em futebol: *“Foram 17 anos e meio. Eu entrei em 1983 e terminei em 2000. Foram 17 anos e meio”* (Cláudia Guedes 53 anos).

Os motivos para permanecerem na carreira apontados pelas entrevistadas do G1 foram o gosto pela arbitragem (4/4), a satisfação pessoal (3/10) e o gosto pelo futebol (1/4). Já para as árbitras do G2, foram o gosto pela arbitragem (5/6), o gosto pelo futebol (2/6), a satisfação pessoal (1/6) e o aspecto financeiro (1/6).

A permanência na carreira pelo gosto pela arbitragem e pela satisfação pessoal pode ser percebida na fala de Cláudia: *“Eu posso te dizer tranquilamente que eu me realizei profissionalmente apitando futebol. Para mim, a melhor realização da minha vida foi apitar futebol. Se eu tivesse que fazer tudo de novo, se eu tivesse essa chance, eu faria tudo de novo”* (Cláudia Guedes, 53 anos).

Graziele também corrobora com esse discurso do gosto pela arbitragem e satisfação pessoal: *“[...] o que me fez permanecer foi isto: fui fazendo algo que eu realmente vi que*

gostava, que eu ganhava muito bem, e que eu sempre estava feliz, estava sempre conhecendo pessoas, sempre fazendo o que eu estava almejando fazer” (Graziele Crizol, 35 anos).

Renata fala de seu gosto pela arbitragem:

“É o que me faz permanecer até hoje, o amor pela arbitragem, a paixão pelo que você faz. O friozinho na barriga cada vez em que você vê o nome na escala, cada vez que você ouve o hino nacional em um jogo. Cada vez que você vai treinar, estudar, se aprimorar para ir para o jogo, a paixão, o amor pela arbitragem é o que me faz permanecer até hoje” (Renata Ruel, 36 anos).

Regildenia também corrobora com o que disse Renata: *“Apesar de todas as barreiras que tive que enfrentar, apesar de todo o preconceito, de toda a dificuldade, o que me fez permanecer até hoje é a minha força de vontade, a minha determinação e amor ao que faço” (Regildenia Moura, 41 anos).*

Observamos uma resiliência das árbitras, onde elas atribuem um valor afetivo à carreira e enfrentam as adversidades para entrada e permanência no campo e superam esse modelo de autoritarismo das federações, que lhes impõe inúmeras dificuldades e interdições. A resiliência vem de estudos das décadas de 1970 e 1980 que pesquisadores ingleses e americanos desenvolviam sobre indivíduos que permaneciam saudáveis apesar de expostos a situações muito adversas. O termo utilizado inicialmente era invulnerabilidade e posteriormente foi substituído por resiliência (BRANDÃO; MAHFOUD; GIANORDOLI-NASCIMENTO, 2011). O modelo autoritário das federações desconsidera as trajetórias de árbitros (as), interdita as árbitras nas escalas, impõe testes físicos duros para árbitros (as), não permite reivindicações, existe uma espécie de “lei do silêncio” e quem a quebra está fadado a ser excluído (a) do sistema. As participantes do estudo, superam tudo isso pelo amor ao futebol e à arbitragem.

Sobre as principais dificuldades enfrentadas pelas árbitras entrevistadas o G1 apontou o preconceito (2/4), a falta de reconhecimento (1/4) e questões políticas (1/4). Ana Paula fala das dificuldades que enfrentou, destacando o preconceito sofrido pela mulher:

“Eu enfrentei todo tipo de dificuldade, as dificuldades iguais às dos homens. Que é normal em relação à estrutura, quando você sai do futebol amador e vai para o profissional, você precisa de adaptação. E por ser mulher o preconceito inicial, porque no começo você vivia o preconceito dentro do próprio grupo de trabalho, de colegas, porque não tinha mulher” (Ana Paula, 36 anos).

Cássia aborda a falta de reconhecimento da federação: *“A dificuldade foi falta de reconhecimento da direção da federação [...]” (Cássia Dias, 47 anos).*

Já para as árbitras do G2, as principais barreiras foram preconceito (2/6), conciliar trabalho e vida social (2/6), ausência em eventos da família (2/6), lesões (1/6) e manutenção na categoria (1/6). Regildenia fala de uma resistência em relação à árbitra central, já que as assistentes têm mais oportunidades na carreira do que as árbitras:

“Então, ainda tem uma resistência sim em relação à árbitra central, como eu já te falei antes, assistente acaba tendo um pouco mais de oportunidade, mas, árbitra, ainda tem uma resistência sim. E é essa a dificuldade que eu sinto, mais fora do campo de jogo, porque dentro do campo de jogo eu sinto que tanto os jogadores como comissões técnicas acabam respeitando mais a mim, que sou mulher, do que até aos homens (Regildenia Moura, 41 anos).

Esses achados nos permitem identificar que as mulheres optam por serem assistentes, por verificarem que essa é a via de permanência delas no campo. A partir de uma hierarquia de gênero instituída no campo, elas resistem atuando como assistentes. Essa é a maneira com que elas subvertem a ordem desse subcampo da arbitragem em futebol.

Janette fala das maiores dificuldades que enfrenta: *“É conciliar trabalho e vida social, esses são os maiores problemas. Com os treinos, as viagens, torneios, conciliar isso é o maior problema”* (Janette Arcanjo, 34 anos).

A participação da família aparece como importante para o ingresso e o prosseguimento na carreira de árbitra, tanto para as árbitras do G1 quanto do G2. A maioria das participantes da pesquisa (9/10) relatou ter recebido apoio e incentivo nesse processo. A família é o suporte para inserção e permanência na carreira de árbitras, como podemos observar nos discursos das colaboradoras desta pesquisa.

A participação da família foi fundamental na carreira de Tatiane: *“A minha família foi a base de tudo. Meus pais são separados, mas, a minha mãe, Antonieta, foi a minha base de aprovação. Porque quando eu disse para ela que eu queria fazer o curso de árbitra, que eu queria ser árbitra, o primeiro apoio que veio foi o da minha mãe”* (Tatiane Sacilotti, 29 anos).

Janette também menciona a importância do apoio de sua família:

“Ela [a família] sempre esteve presente. Primeiro porque saí do interior [Ipatinga] e vim para cá [Belo Horizonte] e, desde o início, eles sempre me acompanharam. E continuam acompanhando até hoje. Então, qualquer coisa que acontece eles são os primeiros a saberem, o que está se passando, tanto coisas boas quanto ruins. É o suporte” (Janette Arcanjo, 34 anos).

De acordo com as falas das árbitras, a permanência na carreira de árbitras parece repetir o que Ferreira e Moraes (2012) observaram na natação, quando investigaram a influência

da família na primeira fase de desenvolvimento de brasileiros medalhistas olímpicos na natação. Segundo os autores, a presença da família representou um suporte fundamental para o desenvolvimento da maioria dos nadadores analisados. O apoio que as famílias deram aos nadadores no início de suas carreiras pode ter determinado sua permanência na natação.

O estudo de Tavares (2015) com as jogadoras de vôlei da seleção brasileira da década de 1980 encontrou os pais ou a família como os principais incentivadores da carreira no voleibol. Souza e Mourão (2011) quando investigaram a inserção de mulheres na prática do judô junto a atletas de alto rendimento, encontraram que os pais favoreceram as experiências das filhas, e que sua inserção no esporte ocorreu principalmente por esta influência.

Em relação a participação das árbitras entrevistadas em competições nacionais e internacionais, podemos acompanhar nos quadros a seguir suas atuações:

QUADRO 4: Competições nacionais em que as árbitras entrevistadas atuaram.

Informante	Amador	Cat. Base masc.	Estadual masc.	Estadual fem.	Copa Br. masc.	Copa Br. fem.	Bras. masc.	Bras. fem.
Sílvia	x	x	X				x	
Cláudia	x	x	X				x	
Cássia	x	x	X				x	x
Ana Paula	x	x	X		X		x	
Total	4/4	4/4	4/4	0	1/4	0	4/4	1/4
Janette	x	x	X				x	x
Regildenia	x	x	X	x		x	x	x
Tatiane	x	x	X		X	x	x	x
Graziele				x				
Francielli	x	x	X			x		
Renata	x	x	X	x		x		x
Total	5/6	5/6	5/6	3/6	1/6	4/6	3/6	4/6

Fonte: Quadro elaborado pelo autor

Há que se destacar o protagonismo e o pioneirismo de algumas das entrevistadas do G1, como Sílvia Regina e Ana Paula Oliveira, que, ao lado de Aline Lambert, compuseram o primeiro trio de árbitras a atuar em uma partida do Campeonato Brasileiro Série A em 2003, atuando em 8 das 46 rodadas daquele campeonato (REIS; ARRUDA, 2011).

O quadro possibilita verificar a passagem das mulheres pelo futebol amador, tanto em G1 como em G2, que muitas vezes marca o início da carreira na arbitragem, conforme se constata na fala de uma Aspirante FIFA: “[...] o primeiro jogo da minha vida, que eu fiz, foi em uma cidade vizinha aqui, em um jogo amador, na cidade de Lorena [interior de São Paulo]”

(Tatiane Sacilotti, 29 anos). Ele é apontado como a verdadeira escola da arbitragem, um locus onde se superam adversidades e se aprende a apitar e bandeirar:

“Bom, eu falo que árbitro que não foi ao futebol amador, que não teve essa oportunidade de passar pelo futebol amador, não foi árbitro. Porque a verdadeira escola é ali. É ali que você aprende a apitar, a bandeirar um jogo de futebol. É ali que você encontra as maiores adversidades, risco e, ao mesmo tempo, você está sob uma pressão muito grande e a sua vida está em risco, e você tem que tomar a decisão. Então, é uma grande escola, você cria casca para o futebol profissional” (Janette Arcanjo, 34 anos).

Os jogos nas categorias de base fazem parte da carreira das árbitras, e as boas atuações são importantes para uma ascensão ao futebol profissional:

“Na nossa carreira, nós passamos por vários jogos nas categorias de base, com distâncias, viagens de 5, 8 horas. Então, se você não se empenhar, você também não vai chegar ao nível de um profissional. Se na base você já desistir na sua carreira, é óbvio que você nunca vai chegar no profissional, ao nível de profissional. Então, para chegar no nível de profissional você tem que passar por uma fase dolorosa” (Tatiane Sacilotti, 29 anos).

A atuação em partidas dos campeonatos estaduais masculinos está na trajetória das participantes do estudo, marcando muitas vezes o seu ingresso no futebol profissional: “[...] quando eu me tornei árbitra, quando eu fui escalada para o Campeonato Paulista Profissional, eu peguei a minha escala, sentei no sofá e falei: “Putz! Agora eu cheguei! Agora eu faço parte realmente do profissional, do maior esporte do mundo, que é o futebol!” (Graziele Crizol, 35 anos).

O estudo de Ineildes Santos e Suely Messeder (2016) traz alguns dados sobre as oportunidades oferecidas às árbitras da CBF no ano de 2007, quando poucas mulheres receberam escalas em competições masculinas (estaduais e nacionais) e a maioria atuava apenas em competições de futebol de mulheres, como a Copa do Brasil Feminina. As autoras apontaram como requisitos para se atingir o quadro da CBF: a experiência em partidas profissionais masculinas da primeira divisão e a indicação da federação estadual à qual estavam vinculadas (SANTOS; MESSEDER, 2016).

Em consultas ao site da CBF⁴⁰, é possível observar questões de gênero e raça ainda são um tabu para a confederação. Pois o quadro de árbitras da entidade mostra em relação a

⁴⁰ Disponível em: <<http://www.cbf.com.br/arbitragem/relacao-de-arbitros#.V8lr6ZgrLIU>>. Acesso em: 02 set. 2016.

gênero um número de mulheres pouco significativo quando comparado ao de homens e para raça um número bem reduzido de mulheres negras e pardas.

As disputas pelas escalas entre homens e mulheres é autoritária, pois os dirigentes indicam os nomes e os (as) árbitros (as) não questionam os métodos utilizados pelos mesmos pois existe uma “lei do silêncio” na arbitragem. Quem rompe com essa “lei” está sumariamente excluído. Os dirigentes e federações tentam justificar essas escolhas por um sistema de meritocracia, que coloca nas sombras as exclusões de árbitros (as).

QUADRO 5: Competições internacionais em que as árbitras entrevistadas atuaram.

Informante	Copa do Mundo fem.	Copa América fem.	Olimpíadas fem.	Sul-americana	Libertadores fem.	Libertadores masc.	T.Is.* Fem.	Amist. Sel.**
Silvia			X	X				
Cláudia	X		X				X	
Cássia								
Ana Paula			X	X		x		
Total	¼	0	¾	2/4	0	1/4	¼	0
Janette	X	X					X	
Regildenia		X			X		X	X
Tatiane								
Graziele							X	X
Francielli								
Renata							X	
Total	1/6	2/6		0	1/6	0	4/6	2/6

Fonte: Quadro elaborado pelo autor

*Torneios internacionais femininos

**Amistosos de seleções

Agora abordaremos as competições internacionais apitadas pelas entrevistadas. A árbitra Cláudia Guedes foi a primeira mulher a apitar uma partida de competição oficial organizada pela FIFA - a I Copa do Mundo FIFA de Futebol Feminino (1991), conforme relata:

“Quando nós fomos, não éramos ainda árbitras da FIFA. Esse campeonato mundial foi o primeiro campeonato mundial organizado pela FIFA em 1991, na China. E aí, eles queriam levar árbitras para testarem as árbitras, para saberem se realmente poderiam criar um quadro. Então, eles resolveram levar as 6 melhores árbitras do mundo. Para isso, eles fizeram uma pesquisa nas associações nacionais filiadas à FIFA em todo o mundo. E conseguiram pegar os 6 melhores currículos e, do Brasil, só eu quem fui” (Cláudia Guedes, 53 anos).

Inicialmente, as mulheres iriam para bandeirar apenas, como aponta Cláudia:

“[...] dessas 6 árbitras que a FIFA convocou, na verdade a gente só foi para bandeirar. A intenção da FIFA era que a gente fosse apenas para bandeirar os jogos. Até mesmo porque não nos conheciam. Não conheciam o nosso trabalho. Em toda competição da FIFA os árbitros chegam com uma semana de antecedência. E durante esse período, a gente faz treinamentos, faz teste físico, participa de reuniões para conhecimento do regulamento do campeonato, tudo isso. E nesse período, depois dos testes físicos, eles ficaram muito satisfeitos com o desempenho das árbitras. E depois do jogo de abertura, que foi China e Dinamarca, em que a mexicana [Maria Herrera Garcia] e eu bandeiramos, no dia seguinte a esse jogo, eu estava no hotel, no andar do meu quarto, no corredor, encontrei com o presidente da Comissão de Arbitragem da FIFA, que na época era o escocês David Will. E ele me disse que depois daquela atuação, a FIFA tinha resolvido inovar, eles iriam botar uma de nós para apitar a decisão de terceiro lugar. Eles resolveram que, uma de nós, pela primeira vez no mundo, ia apitar um jogo pela FIFA. E assim foi. Todas nós tivemos uma motivação a mais no campeonato. Além de estar nesse campeonato, que já era tudo para a gente, a gente ainda teve a motivação de estar concorrendo a ser escolhida para apitar a disputa de terceiro lugar. E aí, eu acabei sendo a escolhida. Eu apitei a disputa do terceiro lugar entre Alemanha e Suécia em 1991” (Cláudia Guedes, 53 anos).

Corroborando com a narrativa de Cláudia, o livro “*100 Years of Football: FIFA Centennial Book*” traz algumas informações sobre a chegada das mulheres na arbitragem de competições oficiais. Os autores relatam que, no primeiro Campeonato Europeu de Futebol para mulheres, não houve árbitras atuando. Segundo eles, isso se deveu em parte à dificuldade das mulheres em terem a experiência requerida para conduzir uma grande partida. Entretanto, esclarecem que isso ocorria em virtude de a arbitragem em futebol ser um mundo masculino e querer permanecer dessa maneira. Inicialmente, os homens tinham melhor treinamento e maior experiência que as mulheres, levando algumas mulheres a preferirem que árbitros apitassem. A federação norueguesa, em parceria com a FIFA, organizou um curso de arbitragem para mulheres em 1989, e seis árbitras foram selecionadas para a I Copa do Mundo FIFA de Futebol Feminino em 1991 na China. Em 1994 foi criado o quadro de oficiais de arbitragem FIFA para mulheres (EISENBERG *et al.*, 2004, p.192-193).

Cláudia Guedes também foi pioneira nas Olimpíadas e atuou em Atlanta em 1996, ano em que o futebol de mulheres foi inserido como modalidade olímpica e que teve as primeiras árbitras atuando nos jogos:

“[...] As Olimpíadas de Atlanta, primeira vez também a presença de mulheres nas Olimpíadas, árbitras nas Olimpíadas [...] Nas Olimpíadas já foi uma história diferente. Porque, depois desse mundial em 1991, antes das Olimpíadas de 1996, teve um outro mundial feminino em 1995, também aí já

com mais mulheres participando. Mas ainda misto, assim como em 1991, em 1995, ainda tinham homens participando. E em 1996 também foi misto, nós fomos para as Olimpíadas, mas os jogos, teve jogo só com mulheres trabalhando e teve jogo de mulheres com homens. No futebol feminino, não. Só mulheres, mas, no futebol masculino pela primeira vez tiveram bandeiras atuando nos jogos masculinos. Foi a primeira vez em que uma bandeira trabalhou em um jogo masculino em Olimpíadas, foi em 1996” (Cláudia Guedes, 53 anos).

As mulheres do G1 entrevistadas participaram de importantes competições internacionais, destacando-se a atuação no futebol de mulheres nas Olimpíadas, começando com Cláudia Guedes em Atlanta (1996) e, posteriormente, com Ana Paula Oliveira e Silvia Regina nos Jogos Olímpicos de Atenas em 2004. A assistente Ana Paula Oliveira atuou nas quartas de final do futebol feminino, partida em que os Estados Unidos venceram o Japão por 2 a 1⁴¹. Ana Paula foi a primeira e única mulher, até os dias atuais, a bandeirar partidas da Copa Libertadores da América em 2005. Silvia Regina estava pré-selecionada para apitar a final das Olimpíadas (2004), caso o Brasil não se classificasse⁴². Silvia também foi a primeira mulher a apitar uma partida da Copa Sul-Americana masculina em 2003 (REIS; ARRUDA, 2011).

O que pode ser observado, e é corroborado pelo estudo de Santos e Messeder (2016), é que as árbitras atuam em competições internacionais de futebol para mulheres, não atuando nos campeonatos masculinos (SANTOS; MESSEDER, 2016).

Um fato que merece destaque é que a única brasileira a atuar na Copa do Mundo FIFA Canadá 2015, Janette Arcanjo, foi retirada do quadro internacional pela CBF no ano de 2016. Cotada para atuar nas Olimpíadas Rio 2016, ainda com 34 anos e podendo atuar até aos 45 anos, sua exclusão pelos dirigentes foi feita sem maiores justificativas. Esse sistema de seleção da CBF, desconsidera as trajetórias de árbitros (as) bem como suas experiências, excluindo-os (as) de forma arbitrária de seus quadros.

Quando se solicitou que identificassem as ligas e federações pelas quais atuaram, verificou-se que todas (10) o fizeram pela CBF; seis (6/10), pela FIFA; cinco (5/10), pelo Sindicato dos árbitros do Estado de São Paulo (SAFESP); quatro (4/10) passaram por ligas amadoras; e todas apitaram por federações estaduais: seis por SP, três por MG e uma pelo RJ (que depois transferiu-se para PE).

Nessas ligas e federações, as árbitras desenvolvem contato com outros (as) árbitros (as), dirigentes de arbitragem, federações e clubes. Quanto aos aspectos relevantes para a consolidação de suas carreiras, as árbitras entrevistadas do G1 apontaram os dirigentes de

⁴¹ Disponível em: <<http://www.anapauloliveira.com.br/perfil>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

⁴² Disponível em: <<http://futebofeminino.museudofutebol.org.br/teste/?p=1483>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

arbitragem e/ou de federações (4/4), o apoio de outras árbitras (1/4), o apoio de árbitros (1/4) e a família (1/4).

O relato de Silvia Regina exemplifica muito bem essa questão:

“As pessoas que me designaram [foram relevantes para a consolidação da minha carreira]. Armando Marques, que foi a pessoa que mais me deu jogos, que mais me deu oportunidades nos grandes jogos. E aquelas que me apoiaram no início da carreira, como os dirigentes da Federação Paulista de Futebol. E aí, são muitos e se eu citar um eu poderia me esquecer de outros. Mas eu digo assim, os dirigentes da Federação Paulista de Futebol que começaram a me escalar no futebol profissional. E depois, na sequência, o senhor Armando Marques, com certeza, a maior figura de representatividade para mim” (Silvia Regina, 51 anos).

Aqui é possível verificar a importância do tutor, que é aquele que faz o convite e/ou facilita o acesso ao cargo. A ausência de tutores pode dificultar o acesso a um determinado posto (KILTY, 2006; FERREIRA *et al.*, 2013), conforme se verificou na arbitragem do futebol brasileiro, no caso das árbitras deste estudo.

Por outro lado, podemos observar divergências de pensamento quanto aos dirigentes, quando Cláudia relata os empecilhos que Armando Marques pôs à sua transferência da federação carioca para a pernambucana:

“Politicamente falando, também por conta dessa minha mudança para cá, eu tive um problema muito sério com o ex-diretor de arbitragem, o Armando Marques, que não concordou com isso. Apesar de um homem já ter feito isso, um homem já ter mudado de federação, eu era o 2º árbitro no país a mudar de federação. O homem mudou e ele não fez nada, quando eu mudei ele passou a me perseguir, a não concordar com isso (Claudia Guedes, 53 anos)”.

Em contrapartida, para G2, foram apontados como relevantes para a consolidação de sua carreira: os dirigentes de arbitragem e/ou de federações (4/6), o apoio de outras árbitras (3/6), o apoio de árbitros (1/4), a família (1/4) e os dirigentes de clubes (1/10).

A fala de Grazielle revela o apoio de outras árbitras e de um dirigente de clube:

“Uma das pessoas que me deu todo o apoio na época foi o Sérgio do Prado. O Sérgio do Prado, hoje eu não sei em que clube ele está, mas hoje ele é manager, dirigente também de clubes profissionais. Esteve no Palmeiras, esteve na época em que o conheci no Santo André. E como ele também estava no Santo André, ele também me deu as dicas, ele tinha sido árbitro. Me deu o primeiro livro de regras. A Silvia Regina, que me deu todas as dicas; a Aline Lambert, e durante a minha carreira eu tive uma superamiga, a Tatiane

Sacilloti. A Tatiane Sacilloti, a qual considero hoje a melhor árbitra assistente do Brasil, ela é Aspirante FIFA[...]” (Graziele Crizol, 35 anos).

A respeito dos fatores que contribuíram para a consolidação da carreira, as árbitras do G1 apontaram: boas atuações (2/4), preparação física (1/4), preparação técnica (1/4), persistência (1/4) e a capacidade em superar dificuldades (1/4). A fala de Cássia evidencia suas boas atuações e as oportunidades:

“Eu acho que as boas arbitragens que eu fiz. Igual eu te falei, a partir desse jogo aí [jogo em que o árbitro machucou e ela apitou a partida], ele [o diretor de arbitragem] já começou a me dar mais oportunidades como árbitra central. Foi dessa época aí que já começou a ter chance, a CBF também já começou a me escalar nos jogos da série B, série C, aí que começou tudo a dar uma andada nessa época” (Cássia Dias, 47 anos).

De forma aproximada, as árbitras do G2 elencaram os fatores: preparação física (3/6), persistência (3/6), preparação técnica (3/6), capacidade em superar dificuldades (2/6), aptidão para a arbitragem (1/6), boas atuações (1/6) e oportunidade (1/6). Uma das falas que traz a preparação física e as boas atuações de forma muito clara é a de Janette:

“Eu acho que foi a dedicação física. Eu acho que foi isso que me manteve, essa exigência do treino do índice masculino para os testes. O fato de poder falar duas línguas, que era exigido, que sempre foi pedido. E os próprios jogos em si, graças a Deus, tive uma atuação que na opinião deles [dirigentes de arbitragem] foi satisfatória e que favoreceu essa consolidação” (Janette Arcanjo, 34 anos).

Quando perguntadas se tiveram algum (a) árbitro (a) como referência para a sua atuação, três (3/4) das árbitras do G1 revelaram que tiveram árbitros como referência e apenas uma (1/4) teve árbitras e árbitros. A fala de Sílvia Regina demonstra que o árbitro Roberto Nunes Morgado foi uma referência para ela:

“Eu adorava ver o Roberto Nunes Morgado⁴³ trabalhando. Ele é um árbitro do século passado também, da década de 1970, 1980, quando eu iniciei minha carreira. E eu já adorava ver os homens de preto (risos), já ia aos jogos com os meus 12, 13 anos de idade, porque meu pai me levava às partidas de futebol. E já admirava aquelas pessoas que estavam ali dentro comandando o espetáculo. E uma recordação muito forte que eu tenho é do Roberto Nunes Morgado” (Sílvia Regina, 51 anos).

⁴³ Ex-árbitro de futebol paulista, que integrou o quadro da CBF.

Em contrapartida, no G2, três (3/6) tiveram árbitros e árbitras como referência, duas (2/6) se inspiraram somente em árbitras e uma (1/6) teve apenas árbitros. A fala da árbitra Regildenia Moura (41 anos) evidencia a importância de árbitras pioneiras, como Léa Campos e Silvia Regina:

“Eu acho que para as mulheres, a Sílvia Regina foi um ícone, pelo menos para a minha geração. Eu sei que temos a Léa Campos, que foi a primeira árbitra a apitar um jogo de futebol, mas foi na década de 1970, 1980. Mas, para mim, a Sílvia Regina como mulher, foi ela que realmente abriu todas as portas, quebrou todas as barreiras e deixou um caminho mais ameno para a gente. E homem árbitro, meu ídolo, para mim, o melhor árbitro do Brasil e do Mundo, hoje ele parou, mas para mim vai ser sempre uma referência, o Wilson Luis Seneme” (Regildenia Moura, 41 anos).

A árbitra Grazielle Crizol (35 anos) também pensa sob esse prisma: *“A minha primeira referência foi a Sílvia Regina, e após a Sílvia Regina, as duas assistentes, a Tatiane Sacilloti, que durante a minha carreira foi o meu maior incentivo [...]”*.

Encerrando o segundo bloco temático, elas foram questionadas sobre como foi conciliar as demandas da arbitragem com a vida pessoal. Nesse tópico, duas (2/4) das participantes no G1 afirmaram ter dificuldades em conciliar essas demandas com a vida pessoal, uma (1/4) apontou a ausência em eventos de família, e ainda dificuldade em conciliar com a vida profissional (1/4) e dificuldade em conciliar com os estudos (1/4).

“Não foi fácil, mas assim, não foi fácil, mas eu brinco que como eu fui escoteira, eu fui desbravadora da igreja Adventista por 6 anos, então, eu acho que conciliar não foi tão difícil assim na questão de disciplina, de encarar[...] mesmo com naquela ocasião a arbitragem era considerada amadora, hoje a gente já tem a regulamentação da profissão, reconhecida. Eu encarava como profissional, por mais amador que nós fossemos. E eu trazia isso para a minha vida, para o meu dia a dia. Então, assim, conversava com a família, até porque datas importantes como aniversário, dia das mães, me perdoassem pela minha ausência e a parte mais difícil é com relacionamento, namorado, você conciliar (risos). Porque você viaja muito, você fica muito ausente quando você está no auge da sua carreira, você fica muito tempo fora [...]” (Ana Paula, 36 anos).

Para o G2, foi apontada a dificuldade em conciliar essas demandas da arbitragem (4/6), a ausência em eventos da família (4/6), o tempo para relacionamento afetivo (2/6), pouco tempo para o lazer (2/6), pouco tempo para encontrar os amigos (2/6) e dificuldade em conciliar com a vida profissional (2/6).

A fala de Graziele evidencia essas dificuldades de conciliação da vida de árbitra com a vida pessoal, apontando a ausência em eventos de família, o pouco tempo para relacionamento afetivo e o pouco tempo para os (as) amigos (as):

“[...] tinha namorado meu, na época, que não entendia. Então, a vida pessoal você tenta programar, mas não dá, nem tudo dá porque depende do outro, da opinião do outro. Como dizer para o meu pai “Olha pai, nessa festa de aniversário sua eu não vou estar presente”? Falar para a sua sobrinha “Olha, não vou no seu batizado, porque eu tenho jogo! ”. Aí, a pessoa fala “Não, mas você prefere ir no batizado ou ir ao jogo? ”. E não é uma questão de escolha, é uma questão de você ser profissional, porque para você ser profissional, você tem que cumprir com aquilo que você está fazendo, aquilo que você prometeu, que você se propôs a fazer” (Graziele Crizol, 35 anos).

Na fala de Tatiane, é possível identificar, de maneira bem clara, as dificuldades de conciliação da vida de árbitra com a vida pessoal:

“[...] é bem difícil, você tem que abrir mão de muitas coisas. Tem que abrir mão de estar com a sua família, tem que abrir mão das suas vontades próprias. Porque é difícil você querer fazer alguma coisa, mas, você, na verdade, não pode contar com aquilo porque provavelmente no final de semana você vai ser escalado. Então, eu não posso fazer outros planos para o meu final de semana. Então, eu posso até fazer um plano para o meu final de semana, que eu quero fazer tal coisa, só que eu só vou fazer aquela tal coisa se eu não estiver escalada. É até engraçado, o meu aniversário, a minha comemoração de aniversário é sempre assim. Olha, que dia vai ser a festa então? Não sei. Vai ser este final de semana, pode ser que seja no sábado, pode ser que seja domingo, eu tenho que esperar sair a escala para ver quando que vai poder fazer a festa” (Tatiane Sacilotti, 29 anos).

As falas de Tatiane e Graziele demonstram uma alta demanda de horas de trabalho, com viagens para os jogos, “reciclagens”, treinamentos físicos e técnicos. Corroborando com o que encontramos, Kilty (2006) encontrou, ao investigar as barreiras enfrentadas pelas técnicas esportivas na América do Norte, que a alta demanda de horas de trabalho é uma barreira significativa correlacionada ao desejo de ser técnica esportiva. Essa demanda interfere no tempo pessoal e no tempo dedicado à família. Esse cenário se repete no caso de nossa pesquisa e se mostra crítico em relação ao papel da mulher na arbitragem e na vida familiar.

Sobre o item “carreira”, as árbitras inicialmente foram questionadas sobre qual (is) episódio (s) marcou (aram) a sua carreira na arbitragem. Para G1, a estreia no futebol profissional foi citada por duas delas (2/4), seguida por apitar nos Jogos Olímpicos (3/4), convocação para apitar a Copa do Mundo de futebol feminino (3/4) e os erros de arbitragem (1/4).

A fala de Silvia Regina exemplifica como a estreia no futebol profissional é um momento marcante na carreira das árbitras:

“A minha primeira partida de futebol profissional, eu tenho muito gosto de dizer, foi muito marcante para mim porque quase 20 anos depois eu consegui fazer uma partida de futebol profissional, foi Jabaquara e Comercial de Registro, no campo Espanha em Santos, campo do Jabaquara” (Silvia Regina, 51 anos).

Os erros de arbitragem também são episódios que marcam as trajetórias dessas mulheres:

“Sem dúvida os meus erros também me marcaram, eu tive uma falha em um jogo, São Paulo e Santos, que eu reconheci publicamente. O jogo Botafogo e Figueirense é um jogo que eu vou carregar para o resto da vida, que foi um jogo importantíssimo e com um grau de dificuldade altíssimo e que tive 2 lances extremamente difíceis e discutíveis” (Ana Paula, 36 anos).

Ana Paula destaca que foi afastada pela comissão de arbitragem da CBF⁴⁴ após a partida entre Botafogo e Figueirense, válida pela Copa do Brasil masculina em 2007. O dirigente do Botafogo após a partida disse: “A gente está aqui com 3 a 1, num jogo que poderia ter sido 5 ou 6 e uma mulher mudou o jogo. Brincou, foi embora, vai dormir, tirou R\$ 2,5 milhões do Botafogo e deixou o nosso elenco nesse estado” (Carlos Augusto Montenegro)⁴⁵. Esses erros culminaram com o afastamento de Ana Paula pela Comissão de arbitragem da CBF. Alguns anos depois, em entrevista ao Programa Tudo Azul da TV Bandeirantes (2013), ela comentou os erros de arbitragem da referida partida: “Toda carreira, seja de um jogador, seja de um árbitro, vai ter seu pico máximo e vai ter um declínio. Isso é natural [...] a única coisa que lamento é que foram lances difíceis (Ana Paula, 36 anos na época da entrevista)”. Ela se mostrou decepcionada com o fato de alguns árbitros terem cometido erros graves e não receberem nenhuma punição (PROGRAMA TUDO AZUL, 2013). Ou seja, o erro ocorrerá independentemente de ser homem ou mulher; o que muda é que os erros das árbitras são mais destacados e punidos mais severamente que os dos homens.

Já para o G2, os episódios marcantes foram a estreia no futebol profissional (4/6), apitar clássico de futebol masculino (2/6), apitar final de campeonato masculino (2/6), convocação para apitar a Copa do Mundo de futebol feminino (1/6) e violência verbal sofrida

⁴⁴ Disponível em: <<http://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas/2007/05/24/ult59u121476.jhtm>>.

⁴⁵ Matéria da ESPN Brasil, 2007. Disponível em: <http://espn.uol.com.br/video/339849_em-2007-botafogo-foi-eliminada-da-copa-do-brasil-pelo-figueirense-em-jogo-polemico-relembre>. Acesso em: 31 ago. 2016.

no futebol amador (1/6). Tatiane relata sua experiência em uma final de campeonato paulista masculino, um clássico entre Santos e Corinthians:

“Olha, eu acho que um grande episódio que marcou a minha carreira, assim, em mim, foi em 2011. Quando foi meu primeiro ano na série A1 do paulista, que era um grande sonho meu, chegar na série A1 do paulista e naquele ano eu fiz trio com o Luís Flávio [Luís Flávio de Oliveira]. Porque nós trabalhamos como trio fixo na série A1 do paulista, eu, Luís Flávio e o Davi Botelho, então, foi o meu primeiro ano e nós fizemos um belo campeonato. E o Luís Flávio foi selecionado para fazer a final do campeonato paulista daquele ano de 2011. A minha comissão de arbitragem poderia optar se poderiam permanecer comigo na final ou poderiam colocar outros assistentes. E eles permaneceram com os assistentes, então, eu e o Botelho fomos com o Luís para a final do campeonato” (Tatiane Sacilotti, 29 anos).

A violência verbal, embora menos citada, merece destaque neste campo, já que as árbitras atuam também em partidas de futebol amador, conforme o relato de Regildenia:

“Um fato assim que eu sempre falo que para mim marcou negativamente, pelo tipo de competição que eu estava apitando. Era um campeonato amador, da OAB, a Ordem dos Advogados do Brasil. Onde um jogador, no caso, um advogado, me xingou de forma assim absurda. Eu achei absurda porque eu já tinha apitado outros campeonatos amadores, tipo Copa Kaiser, que é várzea, e nunca fui tão desrespeitada como eu fui desrespeitada no Campeonato Amador” (Regildenia Moura, 41 anos).

A violência contra árbitros (as) no futebol amador ocorre de forma verbal (xingamentos), tentativas de intimidação e agressões físicas (MONTEIRO *et al.*, 2014; MONTEIRO; SILVA; SOARES, 2014).

Quando arguidas sobre o que a arbitragem trouxe de positivo a suas vidas, os itens mais citados foram amigos, realização pessoal, disciplina e viagens. Outros aspectos positivos citados foram autonomia, autocontrole, independência financeira, participação política, reconhecimento e maturidade.

A fala de Janette mostra as amizades conquistadas na arbitragem e a independência financeira: “[...] a ampliação do círculo de amigas, ela me proporcionou independência em todos os sentidos, pessoal e financeira, é isso” (Janette Arcanjo, 34 anos).

O significado de ser árbitra de futebol profissional no Brasil representa, para as entrevistadas, conquista de espaço profissional (5/10), realização pessoal (4/10), ser uma das mulheres na arbitragem (3/10), realização de um sonho (2/10), responsabilidade (2/10), empoderamento (2/10) e felicidade (1/10).

Os significados encontrados assemelham-se ao que Marcelo Tavares (2015) encontrou com as jogadoras de voleibol da seleção brasileira dos anos 1980, quando, sobre o significado de ser jogadora da seleção, apareceram nos discursos das atletas palavras como orgulho, honra, privilégio e sonho (TAVARES, 2015, p.100).

A fala de Francielli demonstra o espaço conquistado nos gramados através de muito suor e lágrimas e a realização pessoal em ser árbitra:

“Olha, para mim significa muito. Muitas das vezes as pessoas não têm consciência, do peso que é você ter uma responsabilidade como essa, sabe? Para mim, não na questão como que eu posso te dizer, de orgulho da minha parte, mas uma questão assim de respeito, de hierarquia, uma questão assim, eu me sinto, sabe? Como se fosse assim selecionada. Ser árbitra profissional e no estágio que eu sou, por ser mulher, é uma coisa muito grandiosa. Para mim, eu não tenho palavras para dizer, eu me sinto bem com isso. Foram coisas que eu conquistei. Foi o posicionamento que conquistei durante esses anos todos e eu dou muito valor a isso porque foi debaixo de muito suor, de muitas lágrimas, de muitas lesões, de muitas dores. Então, para mim, hoje ser reconhecida e ser respeitada por esse trabalho que eu faço na arbitragem, para mim, não tem preço. Eu sou muito feliz por isso, graças a Deus tenho um orgulho muito grande de ser a árbitra que sou” (Francielli Bento, 32 anos).

Quando perguntadas se atingiram seus objetivos na arbitragem do futebol profissional, duas (2/4) árbitras do G1 afirmaram que sim e duas (2/4) disseram que não. Os motivos declarados das que alegaram que não atingiram seus objetivos foram a falta de apoio para maior crescimento na época em que atuou (1/4) e a interdição devido à sua participação política na época (1/4).

O relato de Cláudia elucida bem essas questões:

“Não [atingi os meus objetivos] no futebol profissional masculino. Mas, paguei o preço por conta da própria discriminação e também pelas minhas opções de me deixar vencer, eu iria amargar essa situação de não aproveitamento. E também na própria arbitragem feminina em relação ao cenário nacional, eu sempre estava liderando as árbitras no sentido de sermos respeitadas, de não deixar que fizessem covardias, como faziam, tipo mandar a gente viajar de ônibus para uma competição, entendeu? De futebol feminino, aí eu estava sempre botando a minha cara na frente, brigando com a CBF, com a direção da CBF, para que fosse colocado um avião para a gente, para que a gente pudesse viajar de avião, as hospedagens da gente, se não tivessem de acordo, se não fossem hospedagens decentes, eu brigava também para que trocassem o lugar e era terrível, era terrível” (Cláudia Guedes, 53 anos).

Por outro lado, dentre as árbitras da G2, três (3/6) alegaram terem atingido seus objetivos no futebol profissional e três (3/6) disseram que não. Os motivos apresentados para não terem alcançado seus objetivos foram o fato de ainda querer apitar partidas importantes de futebol masculino (2/6) e o preconceito contra a mulher no futebol masculino (1/6).

O relato de Tatiane traz o discurso de uma árbitra que atingiu seus objetivos no futebol:

“Sem dúvida eu falo que atingi. Eu tinha o sonho de ser FIFA e ainda tenho, mas estou satisfeita de ser Aspirante FIFA como eu já tinha dito a você. É muito, muito difícil chegar a esse nível, eu ainda tenho mais um passo que eu quero ser FIFA, mas, se hoje eu terminasse a minha carreira, eu iria terminar completa. Eu ia me sentir completa por ter chegado aonde muitas pessoas não vão conseguir chegar [...]” (Tatiane Sacilloti, 29 anos).

As mudanças nos testes físicos parecem funcionar para manter uma hierarquia de gênero no subcampo da arbitragem, na medida em que esses testes e o treinamento exaustivo buscam excluir as mulheres.

4.2.1 A percepção sobre olhar da mídia sobre as árbitras no futebol brasileiro

As árbitras percebem os olhares dos outros (jogadores, torcedores, comissões técnicas e comentaristas) sobre a mulher em campo no futebol brasileiro como preconceituoso. Observamos, através das entrevistas, que os torcedores fazem comentários heterossexistas⁴⁶ (4/10). Entretanto, algumas árbitras percebem esse olhar da mídia como natural (3/10), respeitoso (2/10) e positivo por parte de jogadores, torcedores e imprensa (2/10). Esse olhar midiático é também percebido como indiferente (1/10), negativo por parte de dirigentes (1/10), atribuindo maior peso ao erro da mulher (1/10) e expondo demasiadamente os corpos das mulheres (1/10).

Graziele afirma que vê o olhar sobre o corpo da mulher no futebol como natural, mas traz os comentários heterossexistas e preconceituosos proferidos pelos torcedores e a superexposição do corpo da mulher pela mídia:

“Normal. Porque assim, é a mesma coisa, em qualquer esporte que você vê uma mulher indo para lá e indo para cá, as pessoas falam, comentam. No futebol chamam de gostosa, chamam de gorda, chamam de magra, chamam

⁴⁶ Heterossexismo, segundo Morin (1997) é um sistema ideológico que estigmatiza comportamentos e identidades não heterossexuais. O heterossexista seria aquele (a) que é preconceituoso (a) contra toda sexualidade diferente da heterossexual.

de feia, chama de bonita, depende do que você marcar, te elogiam ou te... [criticam]. Então, normal. Nunca foi uma coisa assim que eu..., as pessoas me perguntam muito: 'Ah, por que a Ana Paula saiu na Playboy foi ruim, foi mal?' Para mim não mudou nada, eu estava ali trabalhando e sempre falaram, quando eu entro, quando eu saio as pessoas falam. Mas eu já sabia que por tamanha exposição, isso iria acontecer. E se eu engordasse eles iam falar 'Putz! Deu uma engordadinha, hein?' , eu sabia. Então, eu sabia que a profissão te expõe muito a essa visibilidade do corpo, e que o corpo é o seu instrumento de trabalho, e se você vai mal ou erra, eles vão falar que você teve algum problema aí, que você engordou, você está assim, você está assado. Mas eu nunca liguei para isso, sinceramente. Eu sabia que quando falassem, ou quando saía alguma coisa escrita, em algum local, elogiando ou falando mal, eu sabia que era por conta de ser mulher e pela exposição demasiada que a mídia, que a imprensa faz em cima da mulher na arbitragem. Eu sabia que era por causa disso” (Grazielle Crizol, 35 anos).

Boschilia, Meurer e Capraro (2005) estudaram a arbitragem de mulheres no futebol masculino como uma possibilidade de inserção da mulher no esporte moderno. Os autores apontam que as mulheres estão deixando a posição de espectadoras e passando a exercer funções específicas no futebol como jogadoras, técnicas e arbitrando jogos de futebol masculinos. O discurso jornalístico promove a validação masculina a partir de duas formas: a primeira, ridicularizando da figura feminina na função de árbitra, conferindo-lhe um atributo de objeto do espetáculo, e a segunda, colocando em suspeição as capacidades das mulheres para a arbitragem, cargo historicamente exercido por homens (BOSCHILIA; MEURER; CAPRARO, 2005).

Aquilo que é coberto pela mídia nos esportes é ancorado em valores dos grupos sociais dominantes que disseminam a prática esportiva, especialmente o futebol, como masculina, valorizando atributos estéticos das mulheres e colocando em suspeição suas capacidades para arbitrar ou jogar.

Um exemplo dessa ridicularização, que confere à árbitra um aspecto de objeto, é a matéria do Diário Catarinense no dia 01 de novembro de 2003: “A beleza no futebol: um trio feminino vai abrilhantar o jogo Atlético-MG X Criciúma, hoje, no Independência. É bom, afinal, veremos uma plasticidade diferente do habitual, onde a lisura das pernas femininas se misturará as cabeludas e musculosas coxas” (DIÁRIO CATARINENSE, 2003 *apud* BOSCHILIA; MEURER; CAPRARO, 2005). O mesmo jornal, após elogiar a escalação das árbitras para Atlético x Criciúma em uma matéria, publicou uma reportagem após a partida dizendo “Esperar o quê? ”, contestando a atuação das árbitras, questionando sua capacidade para atuar (BOSCHILIA; MEURER; CAPRARO, 2005).

Segundo os autores, a mulher, ao exercer a função de árbitra, parece experimentar um poder que não lhe pertence, mas que lhe é dado apenas para suprir uma lacuna no espetáculo esportivo, para abrilhantar, embelezar o futebol feito pelos e para os homens. O futebol, desporto de reserva masculina, tende a excluir as mulheres, e, quando as inclui, tenta lhes atribuir um caráter de objeto, adereço ao espetáculo esportivo (BOSCHILIA; MERUER; CAPRARO; 2005).

Para as árbitras do G1, não há um consenso sobre o tratamento da mídia em relação à árbitra de futebol, uma vez que duas (2/4) o percebem como atribuindo maior visibilidade ao erro das mulheres e duas (2/4) o veem sem discriminação.

A fala da assistente Ana Paula Oliveira evidencia que a mídia atribui maior visibilidade ao erro da mulher:

“Comparado ao período em que eu trabalhei, eu acho que hoje evoluiu muito. A mulher hoje ela é considerada mais um membro da equipe de arbitragem, não é mais nada novo, deixou de ser novidade. Qual é o agravante? Que assim o acerto você não fez mais que a obrigação, o grande diferencial que eu acho que ainda precisa ser revisto, mas como eu digo evoluímos muito, mas é que ainda o equívoco da mulher, ele tem um peso superior ao que o do profissional masculino. Eu entendo que isso tem que acabar. Eu acho que se hoje já entende que a mulher não é novidade e que equívoco da mulher não pode ser encarado como algo catastrófico, sabe? Tem que ser entendido também como um equívoco, assim como o equívoco masculino. E tem que ser compatível de acordo com o grau de dificuldade desse equívoco. Porque, como a gente fala, existem falhas aceitáveis, que são em lances ajustáveis, que são aqueles lances justos, difíceis e existem lances inaceitáveis, independentemente do gênero” (Ana Paula, 36 anos).

Para as árbitras do G2, também não há consenso, já que elas o percebem como atribuindo maior visibilidade ao erro das mulheres (3/6), sem discriminação (2/6), supervalorizando uma diferença entre homens e mulheres (2/6), erotizando e valorizando do corpo da mulher em detrimento da competência (2/6), preconceituoso (1/6); e uma delas percebe despreparo nos comentaristas (1/6). O relato de Tatiane nos permite observar que, para algumas árbitras, não há discriminação:

“Eu acho que agora vejo de uma forma positiva. Antes eu acho que eles viam a mulher como algum ponto de interrogação, com alguma dúvida “Ah, mas é mulher não sei como vai ser hoje”. Eu acho que a gente conquistou um grande espaço na arbitragem feminina, por representar as mulheres ali no campo. Eu acho que hoje a imprensa vê de uma forma bem, bem diferente. Então não vejo discriminação da parte da imprensa mais neste sentido” (Tatiane Sacilotti, 29 anos).

Duas árbitras entrevistadas do G1 percebem diferenças na maneira como os erros de arbitragem cometidos por homens e mulheres são retratados (2/4), enquanto duas (2/4) não percebem diferenças. Enquanto duas apontaram maior repercussão nos erros cometidos por mulheres (2/4), uma (1/4) disse que já houve diferenciação em décadas anteriores, mas que hoje não as percebe mais.

Já as árbitras do G2 percebem diferenças no tratamento dos erros pela mídia (4/6), dizendo que há maior repercussão do erro da mulher (4/6), duas (2/6) não percebem essas diferenças e uma disse (1/6) que já houve em décadas anteriores, mas que hoje não.

A fala de Regildenia denota a diferença atribuída aos erros de homens e mulheres, dando maior visibilidade ao erro das árbitras:

“[...]infelizmente, ainda tem um pouco de diferença em relação a homem e à mulher. Se o erro é de um homem, tanto assistente como árbitro central, já não tem o mesmo peso quanto para as mulheres. Mas, eu acho que isso é até pelo número de mulheres, como são menos mulheres atuando no futebol, então, quando acontece um erro, a visibilidade é muito maior. Já que o número de homens é muito maior, então [acaba] sendo que ‘Ah, é natural, o árbitro tem direito a errar!’, mas, se for com a árbitra feminina, a visibilidade é muito maior. Então, acaba tendo um pouco mais de preconceito. Mas, eu acho que essa análise tem que ser feita do profissional, independente de homem ou de mulher” (Regildenia Moura, 41 anos).

Entretanto, o discurso de Janette Arcanjo mostra um posicionamento segundo o qual já houve diferenciação em décadas anteriores, diferentemente da atualidade:

“Na verdade, antes eu até pensava que poderia ter um peso maior em cima da mulher, mas, hoje, não vejo isso não. O erro por si só, para mim e acho que ele pega da mesma maneira tanto para o homem como para mulher. Então, o massacre quando há erro, é o mesmo para ambos” (Janette Arcanjo, 34 anos).

Os discursos das entrevistadas sinalizam para uma mudança ao longo dos anos, sugerindo que parece haver menor preconceito de gênero pela mídia do que em décadas anteriores. Entretanto, há de se ressaltar que a mídia em muitos momentos promove a erotização dos corpos das mulheres no esporte e acaba por reificar alguns preconceitos.

4.2.2 A rotina de treinamentos e as diferenciações de gênero na arbitragem

A rotina de treinamentos das árbitras participantes do estudo foi muito diversificada, em função do período em que atuaram. O treinamento técnico é uma unanimidade (10/10). As árbitras do G1 se referiram ao treinamento físico como pesado (2/4) e realizado três vezes por semana (1/4). Entretanto, para G2, o treinamento físico ocorre seis vezes por semana (3/6), diariamente (2/6) e cinco vezes por semana (1/6).

O treinamento físico e técnico diário é descrito a seguir:

“A rotina é grande, constante, é diária. O dia em que você não tem jogo você está treinando, é treino físico, é treino teórico, é você conhecer regras, é você assistir jogos, é você acompanhar os lances, discutir, debater lances para você se aprimorar. É o treinamento físico constante, para você poder ter o auge do seu físico, não só para poder ser aprovado nos testes físicos, mas conseguir acompanhar os jogadores dentro de campo” (Renata Ruel, 36 anos).

Quando perguntadas se observavam diferenças entre os árbitros e as árbitras no futebol, sete afirmaram que sim (7/10) e três disseram que não (3/10). As diferenças destacadas foram fisiológicas (4/10): três disseram que os homens têm maior facilidade de atingir os índices exigidos nos testes físicos (3/10), embora fatores como maiores oportunidades concedidas aos homens na arbitragem (2/10) e maior sensibilidade das mulheres (1/10) também tenham sido apontados.

Francielli destaca as diferenças fisiológicas e também de oportunidades atribuídas a árbitros e árbitras:

“Olha, eu percebo sim, diferenças. Hoje existem dirigentes nossos dentro da arbitragem, que entre uma árbitra boa e um árbitro razoável, mediano, dependendo do dirigente ele vai preferir colocar um árbitro mediano porque eu acho que eles ficam um pouco receosos de enfrentar e colocar a cara à tapa pela árbitra. Tanto é que a nossa briga é diária, a nossa luta é diária, eu tenho que matar um leão todo dia, mostrar a árbitra que eu sou porque amanhã, um erro meu joga tudo por água abaixo. É diferente, nisso os meninos têm um pouco mais de facilidade sim. Eu acho que a dificuldade maior nossa, das árbitras, é lógico também que na parte do físico, o homem por ele ser mais forte, a rotina de treino dele, às vezes não machuca tanto. A mulher, antes de treinar, ela tem que alcançar uma condição física muito grande, extraordinária. Às vezes mais do que os homens que já nascem com ela. Então, assim, tanto físico quanto também assim extracampo, nós temos que matar um leão a cada dia porque nós temos que estar provando, estamos à prova 24 horas. Então, o dirigente que põe a cara à tapa por mim e me põe em certo jogo, ele me põe, mas ele está ali, torcendo para que nada dê errado. Com os meninos ele tem uma certa tranquilidade, porque caso possa

acontecer alguma coisa dentro do campo, talvez não tenha um peso tão grande fora dele do que se fosse uma árbitra” (Francielli Bento, 32 anos).

Os discursos das árbitras sobre as diferenças fisiológicas e de oportunidades entre homens e mulheres podem ser explicados por Silvana Goellner (2007), a qual aponta que não é somente o sexo anatômico que atribui diferenças entre homens e mulheres, mas, também, fatores históricos e socioculturais. Para a autora, isso desestabilizou o ideário de um determinismo biológico, que afirmava que homens e mulheres constituem-se masculinos e femininos pelas diferenças corporais, as quais determinariam papéis sociais de um sexo ou outro e justificariam determinadas desigualdades (GOELLNER, 2007, p.17).

Ao final do terceiro bloco, a última pergunta versava sobre o que a geração de árbitras deixa (ou) para as gerações seguintes. Segundo os relatos das colaboradoras, a sua geração ampliou as oportunidades para mulheres se inserirem como árbitras (7/10), houve o reconhecimento das mulheres como árbitras (4/10), uma conquista de espaço (4/10), uma conquista de respeito (2/10) e houve a ampliação e manutenção das conquistas das gerações anteriores (1/10). Os avanços percebidos pelas árbitras para as próximas gerações, como a ampliação das oportunidades para as mulheres se inserirem na arbitragem, o reconhecimento das mulheres como árbitras e a conquista de espaço, estão presentes na fala de Renata:

“Eu acho que a gente conseguiu abrir um pouco mais o caminho que as nossas antecessoras tinham conseguido. Nós temos aí pessoas que foram pioneiras, a Léa, a Sílvia Regina, a Ana Paula, a Aline. Nós temos aí mulheres que abriram espaço para nós e a nossa geração, a minha geração atual, eu acho que a gente fez por merecer para manter, para a mulher realmente mostrar a sua capacidade no futebol, se consolidar no futebol e seguir a diante sem dever nada para ninguém” (Renata Ruel, 36 anos).

As árbitras entrevistadas que atuaram entre as décadas de 1980 e 1990 contribuíram para a inserção de mais mulheres como árbitras e assistentes no Brasil, fazendo com que elas passassem a vislumbrar a carreira na arbitragem em futebol como uma possibilidade.

4.3 O encerramento da carreira: as lesões que penduram o apito

O termo “aposentadoria” é utilizado aqui como referência às árbitras que pararam de atuar no futebol profissional. Quando uma árbitra chega à idade limite para atuar no Brasil, o termo utilizado para seu desligamento das federações é jubramento. Entretanto, nenhuma das entrevistadas parou de apitar no futebol profissional por esse motivo, todas encerraram seus

ciclos antes dos 45 anos. Das dez entrevistadas, cinco já encerraram suas carreiras no futebol profissional (5/10). Destas cinco, quatro (4/5) são do G1 e uma (1/5) é do G2.

Quando perguntadas sobre o motivo de terem parado de apitar, relataram lesões (4/5), falta de oportunidades na arbitragem (1/5), questões familiares (1/5), questões políticas (1/5) e outra oportunidade profissional (1/5).

As lesões são um tema recorrente para as árbitras, e os testes físicos e o treinamento extenuante são apontados como fatores para o encerramento da carreira, conforme o relato de Silvia Regina:

“Eu parei 2 anos antes do que a idade em que eu deveria parar, com 43 anos, por lesões, lesões, muitas lesões. E eu já não conseguia mais treinar como eu precisaria treinar. As provas físicas haviam mudado naquela época, então eu não corria mais o teste de Cooper, eu tinha que fazer uma prova nova da FIFA, que se exige muito. E aí, eu me lesionei gravemente e eu tive que optar por parar” (Silvia Regina, 51 anos).

A lesão é fruto das relações de poder dessa hierarquia de gênero do subcampo da arbitragem em futebol, que, ao exigir que as mulheres atinjam o índice masculino nos testes físicos, acaba por excluí-las.

Devido ao treinamento exaustivo para conseguir aprovação nos testes físicos, as árbitras têm incidência de lesões, assim como algumas jogadoras de futebol:

Emily Alves da Cunha Lima [técnica de futebol] iniciou sua carreira como jogadora aos 12 anos de idade, sua passagem por clubes do Brasil, Espanha, Itália e Portugal, e pela seleção nacional, este último visto que ela tem dupla nacionalidade, fizeram parte das experiências futebolísticas que a motivaram a continuar pelo caminho do treinamento. As lesões a tiraram dos gramados, mas não do esporte. Com a intenção de seguir trabalhando pelo futebol feminino, começou a buscar uma forma de se envolver para atuar primeiramente na gestão esportiva e supervisão, e posteriormente no treinamento [traduzido pelo autor]. (MINA; GOELLNER, 2015, p. 8).

A decisão de parar de apitar foi difícil (3/5) para três delas, mas para as outras duas foi fácil (2/5). Dentre as que relataram que foi difícil essa decisão, duas afirmaram que foi muito dolorosa (2/3).

A decisão de parar foi difícil e dolorosa para as entrevistadas que não seguiram trabalhando no meio da arbitragem, parece que pelo fato de não terem realizado uma preparação psicológica para o seu desligamento da arbitragem. Então, foi difícil deixar uma atividade que gostava muito de exercer, como afirma Cláudia:

“Difícil, muito difícil. Às vezes a gente precisa, até no meu caso, eu precisei dar um corte muito grande, até em saber notícias da arbitragem, porque é muito difícil parar de apitar. Você não tem vontade, você acha que você tem que continuar, que é uma necessidade, é uma necessidade muito grande. Então, foi difícil a decisão de parar. Principalmente precocemente, eu tinha 37 anos, eu tinha mais 8 anos para continuar atuando, mas eu não podia continuar brigando, principalmente contra o maior nome da arbitragem nacional [Armando Marques]. Então, foi uma decisão que não dependeu só de mim. Porque, por mim, por vontade, eu continuaria, mas, diante da situação em que eu me encontrava, em relação ao dirigente maior da arbitragem, a escolha naquele momento foi de abandonar. Realmente foi muito dolorido” (Cláudia Guedes, 53 anos).

Para quem continuou atuando no universo da arbitragem, essa decisão foi tranquila parece se justificar pelo fato de isso não representar uma ruptura no trabalho com a arbitragem, havendo apenas uma mudança de função, como ocorreu com Silvia Regina:

“[...] felizmente, logo no mesmo momento em que eu divulguei que iria parar para a minha comissão de arbitragem, eu fui convidada, felizmente, para ser membro da comissão de arbitragem [da federação paulista]. Então, para mim, não teve interrupção no trabalho no futebol” (Silvia Regina, 53 anos).

Sobre a transição a partir da decisão de parar de arbitrar, duas afirmaram que foi dolorosa (2/5), duas disseram que foi tranquila (2/5) e duas alegaram ter parado de assistir a jogos de futebol por um tempo (2/5), enquanto admitiu ter se afastado do universo da arbitragem (1/5).

Uma árbitra relatou ter passado por um processo de aceitação da decisão e um pensamento de continuar trabalhando com a arbitragem de outras formas (1/5); outra recebeu logo em seguida convite para ser membro de comissão arbitragem (1/5).

O momento de transição foi doloroso para algumas, conforme vemos no relato de Grazielle:

“Dolorosa, e eu sabia que eu não podia voltar mais atrás, porque eu já tinha largado. Mesmo assim, o Coronel Marinho, meu supervisor falava ‘Olha, se você quiser, você pode voltar daqui a 2 anos! Até dois anos você pode voltar, pense bem!’. Eu tinha toda essa abertura da federação se eu quisesse voltar, mas eu já tinha decidido por mim que eu não queria, que realmente já tinha acabado, a não ser que eu tivesse um joelho novo. Na época não tinha como. A minha idade já estava avançando, eu tinha que traçar um outro objetivo dentro do futebol. Então, foi muito doloroso para entender, para aceitar. E depois que as coisas foram acontecendo como manager, como gestora, que eu fui criando o meu nome como gestora, que eu fui criando respeito como gestora de um clube, aí foi nascendo um outro prazer. Um outro prazer em ser gestora. Eu comecei a fazer cursos, comecei a ser convidada para dar

palestras, comecei a ser convidada a trabalhar em outros clubes, então eu fui sendo reconhecida em outra área do futebol. Isso foi novamente me acendendo a chama, me trazendo de novo a felicidade” (Graziele Crizol, 35 anos).

As mudanças em suas vidas após terem parado de apitar foram plurais e bem específicas de cada uma: maior tranquilidade (1/5), menor responsabilidade (1/5), a sensação de tirar um “peso” das costas (1/5), a sensação de liberdade (1/5), o ciclo de amizades (1/5), o ostracismo (1/5) e a falta de reconhecimento (1/5). A função exercida no meio da arbitragem mudou, já que uma delas é membro de comissão de arbitragem (1/5), e outra passou a contribuir de uma outra forma para a arbitragem (1/5).

A falta de reconhecimento pelos anos de trabalho dedicados às federações parece ser uma realidade que causa desconforto nas entrevistadas, já que essas entidades não promovem homenagens, reconhecimento, prêmios a seus ex-árbitros (as), fazendo com que suas trajetórias sejam esquecidas e às vezes sequer conhecidas do público.

A fala de Cláudia traz à tona a falta de reconhecimento em relação à árbitra de futebol:

“Bom, a primeira coisa é o ostracismo. Você volta a ser uma pessoa não mais pública, porque quando você é árbitro você é público. Qualquer coisa, qualquer situação negativa que ocorra com você, alguém vai botar em uma manchete “Árbitra de futebol é pega e não sei o que”, entendeu? Então, você é uma pessoa pública quando você é um árbitro de futebol. E depois que eu parei, não. Veio o ostracismo, eu hoje não sou reconhecida, hoje meu nome não significa nada, as pessoas não conhecem meu nome, não sabem quem eu sou, as pessoas não conhecem a minha história. Então, o que muda na vida da gente é isso. O país não tem memória, a gente simplesmente é esquecida. Sem o trabalho como está sendo feito agora por você, que está resgatando essa memória, continuaríamos esquecidas, entendeu? As pessoas sempre achando que a arbitragem feminina está começando agora. Então, eu acho que a maior situação é essa, é a do ostracismo. A pessoa deixa simplesmente de existir e parece que ela nunca existiu” (Cláudia Guedes, 53 anos).

Os principais legados que a arbitragem trouxe para a vida das entrevistadas foram força (1/5), autoconhecimento (1/5), confiança (1/5), felicidade (1/5), o fato de ter participado do futebol (1/5), realização pessoal (1/5) e orgulho da carreira (1/5).

A fala de Cássia revela o seu orgulho da carreira de árbitra, de ter vivenciado algo no futebol que parecia distante, tangível apenas pela televisão: *“Eu acho que [o principal legado foi] ter participado do futebol. De uma coisa que você via só pela televisão ou de uma coisa que você via de longe. Então, o sentimento de ter vivido coisas maravilhosas dentro do futebol* (Cássia Dias, 47 anos)”.

As árbitras entrevistadas superaram interdições, resistiram aos preconceitos e à falta de oportunidades e conseguiram trilhar uma trajetória sólida na arbitragem do futebol brasileiro e internacional. Os seus comentários, reproduzidos ao final deste bloco de perguntas, evidenciaram o orgulho que possuem de suas carreiras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As árbitras colaboradoras desta pesquisa têm formação superior e experiência significativa na arbitragem do futebol profissional, em nível estadual, nacional e internacional, chegando ao quadro da FIFA. O seu ingresso no futebol ocorreu entre as décadas de 1980 e 2000 na região Sudeste do país, sobretudo nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A formação delas se deu através de cursos realizados em federações, sindicatos/associações de árbitros e ligas amadoras.

A família é uma via de acesso para a **inserção** das mulheres na arbitragem para o G1; já para o G2, além da família, apareceram também as árbitras como mulheres de referência. As árbitras enfrentaram barreiras para se inserir no futebol. Para G1, as principais dificuldades elencadas foram o preconceito, a resistência de federações e as interdições nas escalas. Já para G2, foram os testes físicos, a adaptação aos treinos e a conciliação entre as demandas da arbitragem e a vida profissional e social. Em sua maioria, as árbitras exercem a função de árbitra assistente; poucas exercem a função de árbitra central.

A **permanência** na carreira para G1 e G2 se deu em função do gosto pela arbitragem e pelo futebol, e da satisfação pessoal. Nessa questão, G2 citou o aspecto financeiro. Para G1, as dificuldades enfrentadas para permanecer como árbitras foram o preconceito e a falta de reconhecimento. Já para G2, as barreiras foram conciliar trabalho com vida social, lesões e manutenção do escudo na categoria. As árbitras assistentes tiveram mais oportunidades na carreira do que as árbitras centrais. A passagem pelo futebol amador e categorias de base marcou o início de suas carreiras e as boas atuações nessas partidas foram preponderantes para sua ascensão como árbitras. Os campeonatos estaduais masculinos marcaram suas trajetórias, demarcando, muitas vezes, seu ingresso no futebol profissional. O protagonismo e o pioneirismo das árbitras entrevistadas se destacam nas competições internacionais em que atuaram.

Quanto aos fatores que contribuíram para a consolidação de suas carreiras, G1 e G2 mencionaram as boas atuações, preparação física e técnica, persistência e a capacidade em superar dificuldades. Os episódios que marcaram suas trajetórias foram suas estreias no futebol profissional, seguidas por suas atuações em competições internacionais e, para algumas, os erros de arbitragem. Os erros têm um peso muito grande para as árbitras porque quando cometidos por mulheres são superdimensionados pela mídia e pelas comissões de arbitragem, o que acarreta, muitas vezes, em punições definitivas para a carreira.

Os aspectos positivos que a arbitragem trouxe à vida das árbitras foram, realização pessoal, disciplina, amigos e viagens. Para elas, ser árbitra de futebol profissional no Brasil significa a conquista de espaço profissional, realização pessoal, ser uma das mulheres na arbitragem, realização de um sonho, responsabilidade, felicidade e empoderamento. Todas apontaram como objetivo apitar partidas importantes no futebol masculino.

As árbitras percebem que os dirigentes têm um olhar indiferente e negativo sobre elas. Já os torcedores, olham com preconceito e fazem comentários heterossexistas e erotizados; contudo, os jogadores são respeitosos e positivos.

A abordagem midiática é percebida pelas entrevistadas do G1 como erotizada e dando visibilidade ao erro de mulheres; já uma parcela significativa das colaboradoras do G2 acredita não haver discriminação, o que nos sinaliza que esse cenário vem se alterando.

A rotina de treinamento das árbitras envolve preparação técnica e física e se intensificou bastante da década de 1980/90 para os anos 2000, passando de três vezes (G1) para cinco, seis e sete vezes (G2) por semana, lhes exigindo um índice masculino.

A fisiologia dos corpos e as oportunidades no campo são as questões denunciadas nos discursos para justificar as diferenças entre homens e mulheres na arbitragem. Elas sofrem em seus corpos as consequências desse ideário, sofrendo muitas lesões.

Os principais legados deixados pela geração das árbitras entrevistadas para as gerações seguintes foram, sob seus olhares, a ampliação das oportunidades para a inserção de mulheres como árbitras, o reconhecimento das mulheres como árbitras e conquistas de espaço no campo, como a entrada no futebol profissional masculino, a presença em competições internacionais não só de homens como também.

O **encerramento** da carreira foi motivado pela incidência de lesões, e nenhuma das entrevistadas que encerrou a carreira o fez por atingir a idade limite de 45 anos, todas pararam de apitar antes. A transição entre a decisão de parar de apitar e o encerramento da carreira foi um momento difícil, principalmente para as que não continuaram exercendo outras funções no campo da arbitragem.

Após o encerramento da carreira, as mudanças em suas vidas foram diversas: maior tranquilidade, menor responsabilidade, a sensação de “tirar um peso das costas”, a sensação de liberdade, o ciclo de amizades, o ostracismo e a falta de reconhecimento.

Os principais legados que a arbitragem trouxe para a vida das colaboradoras foram força, autoconhecimento, confiança, felicidade, participação no futebol, realização pessoal e orgulho pela carreira.

Sugerem-se novos estudos que explorem as trajetórias de vida das árbitras no futebol profissional, aprofundando as relações de poder que podem estar implicadas para a mulher ocupar a função de árbitra e a resiliência delas, resgatar essas memórias, assim como mapeamentos da distribuição de árbitras em nível estadual, com vistas a quantificar o número de mulheres atuando na arbitragem brasileira.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS. **Declaração de Beijing**. Portal da Câmara dos Deputados. 2005. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/61261.html>>. Acesso em: 16 out. 2014.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- BOSCHILIA, B.; MEURER, S. S.; CAPRARO, A. M. A arbitragem feminina no futebol masculino: possibilidades de compreensão da inserção da mulher no esporte moderno. **FIEP Bulletin**, Foz do Iguaçu, v. 75, p. 182-185, 2005. Disponível em: <<http://boletimef.org/biblioteca/1142/A-arbitragem-feminina-no-futebol-masculino>>. Acesso em: 15 mar. 2015.
- BOURDIEU, P. Algumas propriedades dos campos. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 89-94.
- _____. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- _____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- _____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. **A economia das trocas simbólicas**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BRANDÃO, J.M.; MAHFOUD, M.; GIANORDOLI-NASCIMENTO, I.F. A construção do conceito de resiliência em psicologia: discutindo as origens. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 49, p.263-271, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v21n49/14.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.
- BRASIL. **Lei nº 12.867**, de 10 de Outubro de 2013. Poder Executivo, Brasília, Distrito Federal, 13 out. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12867.htm>. Acesso em: 17 jul. 2015.
- CAMPOS, A. **Entrevista aberta de Léa Campos**. Produção: Museu do Futebol. São Paulo: Museu do Futebol, 2015. 107 min., som, color.
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. **Relação de árbitros**. Disponível em: <<http://www.cbf.com.br/arbitragem/relacao-de-arbitros#.VaQL4flViko>>. Acesso em: 18 jul. 2015.
- COSTA, M. A. F.; COSTA, M. F. B. **Projeto de pesquisa**: entenda e faça. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- DAGA, B. Sorteio acaba com jejum de 11 anos, e uma mulher apitará Série D; entenda o histórico. **ESPN Brasil**, 2016. Disponível em: <<http://espnw.espn.uol.com.br/mulheres-nao-apitam-campeonato-brasileiro-ha-11-anos-e-sorteio-nesta-quinta-pode-acabar-com-jejum-entenda-o-historico/>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

DINIZ, M. Quadro de Arbitragem Feminina tem brasileiras. 2011. Disponível em: <<http://www.futsal.com.br/noticias/noticia.asp?NumeroID=11519#>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

DORNELLES, P. Corpo, gênero e práticas corporais esportivas: diálogos iniciais a partir da teoria Queer. In: FERRARI, A. *et al.* (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Lavras: UFLA, 2014. p. 139-158.

EISENBERG, C. *et al.* Women, Youth and FIFA. In: EISENBERG, C.; LANFRANCHI, P.; MASON, T.; WAHL, A. (Org.). **100 years of football: FIFA Centennial Book**. Londres: Weidenfeld & Nicolson, p.182-201, 2004.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

FEDERAÇÃO PAULISTA DE FUTEBOL. **Edital nº1/2015** - Curso de Árbitros de Futebol 2015/2016, 2015. Disponível em: <<http://www.fpf.org.br/arquivos/201506/1161840120.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION. **Circular nº 1104 da FIFA**, 15 ago. 2007.

_____. Umpierrez, Uruguay's woman in the middle. **Fifa.com**, 17 mar., 2016. Disponível em: <<http://www.fifa.com/womens-football/news/y=2016/m=3/news=umpierrez-uruguay-s-woman-in-the-middle-2770828.html>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

FERREIRA, H. J. **O percurso de mulheres como técnicas esportivas no Brasil**. 2012. 93 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.

FERREIRA, H. J. *et al.* A baixa representatividade de mulheres como técnicas esportivas no Brasil. **Movimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 103-124, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/29087/26019>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

FERREIRA, R. M; MORAES, L. C. Influência da família na primeira fase de desenvolvimento da carreira de nadadores medalhistas olímpicos brasileiros. **Motricidade**, Portugal, v. 8, n. 2, p. 42-51, 2012. Disponível em: <<http://revistas.rcaap.pt/motricidade/article/view/711>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

GOELLNER, S. V. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 19, n. 2, p. 143-151, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/16590/18303>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

_____. Mulheres, memórias e histórias: reflexões sobre o fazer historiográfico. In:

GOELLNER, S. V.; JAEGER, A. A. (Org.). **Garimpendo memórias**: esporte, educação física, lazer e dança. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. p. 13-26.

_____. A contribuição dos estudos de gênero e feministas para o campo acadêmico-profissional da Educação Física. In: DORNELLES, P. G.; WENETZ, I.; SCHWENGBER, M. S. V. (Orgs.). **Educação Física e gênero: desafios educacionais**. Ijuí: Unijuí, 2013. p. 23-43.

GOELLNER, S. V.; SILVA, P.; BOTELHO-GOMES, P. A sub-representação do futebol praticado por mulheres no jornalismo esportivo de Portugal: um estudo sobre a Algarve Women's Football Cup. **Movimento**, Porto Alegre, p. 171-189, abr. 2013. ISSN 1982-8918. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/36653>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

GOMES, E. M. P. **A participação das mulheres na gestão do esporte brasileiro: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2008.

GOMES, E. *et al.* As representações da mídia sobre a gestão feminina no Clube de Regatas Flamengo. **PODIUM: Sport, Leisure and Tourism Review**, São Paulo, v.1, n.1, p.146-166, 2012.

JAEGGER, A.A. *et al.* Trajetórias de mulheres no esporte em Portugal: assimetrias, resistências e possibilidades. **Movimento**, Porto Alegre, p. 245-267, v. 16, n. 1, jan./mar., 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/3825>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

KILTY, K. Women in coaching. **The Sport Psychologist**, Champaign, v. 20, p. 222-234, 2006.

KIRSCH, L. F. **As mulheres árbitras: aspirações e expectativas em torno de uma profissão**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Educação Física). 2014. 40 f. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

KLIPPEL, V. E. **Ingresso e implicações da formação (acadêmica) na prática como árbitro de futebol no Espírito Santo**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física). 2013. 28 f. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2013.

KNIJNIK, J. D. Gênero: um debate que não quer calar. In: KNIJNIK, J. D. (Org.). **Gênero e esporte: masculinidades e feminilidades**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 25-66.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-posições**, Campinas, v.19, n. 2, p. 17-23, maio/ago., 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

MEYER, D. E. Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 57, n. 1, p. 13-18, jan./fev. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n1/a03v57n1.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

MINA, C. Y. M.; GOELLNER, S. V. Estar allá, no es solo estar allá: narrativas de las dos únicas entrenadoras presentes en la Copa Libertadores Femenina 2015. **Labrys** (Edição em Português, Online), v. 28, p. 1-15, 2015. Disponível em: <<http://www.labrys.net.br/labrys28/sport/silvana.htm>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

MISKOLCI, R. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. **Cronos: R. Pós-Grad. Ci. Soc. UFRN**, Natal, v. 12, n. 2, p. 9-22, jul./dez., 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3160/pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

MONTAGNER, M. A. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, n.17, jan./jun. 2007, p. 240-264. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n17/a10n17.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

MONTEIRO, I. C.; MOURÃO, L. Léa Campos: as interdições e o protagonismo da primeira árbitra de futebol do mundo. In: **Anais XIII Encontro Nacional de História Oral**, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016, p.1-12.

MONTEIRO, I. C. *et al.* A violência sofrida pelos árbitros no futebol amador e suas percepções acerca desse fenômeno. **Revista Brasileira de Futebol**, v. 7, n. 2, p. 50-62, 2014.

MONTEIRO, I. C.; SILVA, W. A.; SOARES, J. P. F. Violência contra a arbitragem: um olhar sobre o futebol amador juizforano. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, v. 14, n. 3, p. 564-574, 2014.

MONTEIRO, I. C.; SOARES, J. P. F.; MOURÃO, L. Saindo da “posição de impedimento”: as árbitras brasileiras no futebol profissional. In: **Anais XIX CONBRACE e VI CONICE**, Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2015, p.1-15. Disponível em: <<http://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2015/6conice/paper/view/6875>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

MORIN, S. *Heterosexual bias in psychological research on lesbianism and male homosexuality*. **American Psychologist**, Washington, v. 32, p. 629-637, jan. 1977.

MOURÃO, L. **Representação social da mulher brasileira nas atividades físicas desportivas**: da segregação à democratização. Tese (Doutorado em Educação Física). Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1998.

_____. Representação social da mulher brasileira nas atividades físico-desportivas: da segregação à democratização. **Movimento**, Porto Alegre, v. 6, n. 13, p. 5-18, dez. 2000. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/11777/6976>>. Acesso em: 17 Out. 2015.

_____. Exclusão e inserção da mulher brasileira em atividades físicas e esportivas. In:

SIMÕES, A. C. (Org.). **Mulher e esporte**: mitos e verdades. São Paulo: Manole, 2003, p.123-154.

MOURÃO, L. *et al.* O perfil das árbitras brasileiras no futebol profissional. In: 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa, 2015, Lisboa. **Livro de Atas do 1.º Congresso da Associação Internacional das Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa**, Lisboa, 2015, p. 4958-4971.

NASCIMENTO, A.; NUNES, M. L. F. A mulher árbitra de futsal: entre a norma e a resistência. **Interseções**, Rio de Janeiro, v. 16 n. 1, p. 197-216, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/viewFile/13470/10282>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

OLIVEIRA, R.; POLIDORO, D. J.; SIMÕES, A. C. Perspectivas de vida e transição de carreira de mulheres-atletas de voleibol. In: SIMÕES, A. C. (Org.). **Mulher e esporte: mitos e verdades**. São Paulo: Manole, 2003, p.177-192.

REIS, F. P. G; ARRUDA, I. E. A. Mulher, futebol e arbitragem: um espaço de conquista, tensão e resistência. **EFDeportes.com**, Revista Digital, Buenos Aires, v. 16, n. 162, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd162/mulher-futebol-e-arbitragem.htm>>. Acesso em: 06 fev. 2015.

RIGHETO, C. O papel da mulher como árbitra de handebol internacional. In: **Anais III Fórum de debates sobre mulher e esporte: mitos e verdades**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004, p.74-77. Disponível em: <http://www.im.br/site_1/faculdades/educacao_fisica/estudo_muculacao/ANAIS_III_Forum_Mulher_Esporte_Mitos_e_Verdades.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2016.

PROGRAMA TUDO AZUL. Produção: Fórmula Vídeo. São Paulo: TV Bandeirantes, 2013. 33 min., som, color.

SANTOS, I. C. Escanteio: mulheres que trocam o rosa cultural pelo preto da tradição no campo da arbitragem em futebol. In: Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, 2013, Salvador, Bahia. **Anais do Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades**, Salvador, Bahia: Universidade do Estado da Bahia, 2013, p.1-15. Disponível em: <<http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2013/06/Escanteio-mulheres-que-trocam-o-rosa-cultural-pelo-preto-da-tradi%C3%A7%C3%A3o.-No-campo-da-arbitragem-em-futebol.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

SANTOS, I. C.; MESSEDER, S. A. A diferença do desempenho físico e esportivo entre homens e mulheres: um estudo sobre a inserção das mulheres no mundo da arbitragem do futebol brasileiro. In: SEFFNER, F.; CAETANO, M (Org.). **Discurso, discursos e contra-discursos latino-americanos sobre a diversidade sexual**. Campina Grande: Universidade Federal do Rio Grande (FURG), 2016. p. 501-515.

SANTOS, V. P.; JAHNECKA, L.; RIGO, L C. Árbitro de futebol: a construção de uma carreira. **EFDeportes.com**, Revista Digital, Buenos Aires, v. 16, n. 156, p. 1-13, maio 2011. Disponível em:< <http://www.efdeportes.com/efd156/arbitro-de-futebol-uma-carreira.htm>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul.-dez. 1995.

SEABRA, A.F. *et al.* Determinantes biológicos e socioculturais associados à prática de atividade física de adolescentes. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p.721-736, abr. 2008. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n4/02.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

SILVA, A. I.; RODRIGUEZ-AÑEZ, C. R.; FRÓMETA, E. R. O árbitro de futebol: uma abordagem histórico-crítica. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 13, n. 1, p. 39-45, 1. sem. 2002. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/3722/2561>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

SILVA, J. P. S. O uso das ferramentas sociológicas de Pierre Bourdieu para a pesquisa da História Intelectual da Educação. In: X ANPED Sul, 2014, Florianópolis. **Anais X ANPED Sul**. Florianópolis: UDESC, 2014. v. 1, p. 1-15, out. 2014. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/52-1.pdf>. Acesso em: 17 out. 2015.

SIMÕES, A. C. A mulher em busca de seus limites no esporte moderno. In: SIMÕES, A.C. (Org.). **Mulher e esporte: mitos e verdades**. São Paulo: Manole, 2003, p.1-34.

SOUZA, G. C. As brasileiras na arbitragem dos esportes de combate olímpicos. In: **Anais Fazendo Gênero 9: diásporas, diversidades, deslocamentos**, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010, p. 1-9. Acesso em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278296954_ARQUIVO_ASBRASILEIRASNAARBITRAGEMDOSESPORTESDECOMBATEOLIMPICOS.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2016.

SOUZA, G. C.; MOURÃO, L. **Mulheres no tatame: o judô feminino no Brasil**. Rio de Janeiro: MAUAD X: FAPERJ, 2011.

SOUZA JÚNIOR, O. M. **Futebol como projeto profissional de mulheres: interpretações da busca pela legitimidade**. 2013. 320 f. Tese (Doutorado em Educação Física). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2013.

STAHLBERG, L. T. **Mulheres em campo: novas reflexões acerca do feminino no futebol**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). 2011. 125 f. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2011.

TAVARES, M. L. R. S. **Mulheres em Manchete: a potência da geração de voleibol dos anos 1980**. Juiz de Fora (MG), 2015. 311 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física e Desportos, Universidade Federal de Juiz de Fora.

TELLES, S. C. C. **A construção do campo do conhecimento sobre as atividades físicas para idosos no Brasil**. Tese (Doutorado em Educação Física). Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 2008.

TV FPF. **Sílvia Regina anuncia aposentadoria**. Produção: Federação Paulista de Futebol. São Paulo: TV FPF, 2008. 5 min., som, color.

WENETZ, I. Gênero, corpo e sexualidade: negociações nas brincadeiras do pátio escolar. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 32, n. 87, p. 199-209, maio-ago. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v32n87/06.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

ANEXO I



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
JUIZ DE FORA/MG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MULHERES DE PRETO: TRAJETÓRIAS NA ARBITRAGEM DO FUTEBOL PROFISSIONAL

Pesquisador: Ludmila Mourão

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 43035515.5.0000.5147

Instituição Proponente: Faculdade de Educação Física

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.066.021

Data da Relatoria: 28/04/2015

Apresentação do Projeto:

Apresentação do projeto esta clara e detalhada de forma objetiva. Descreve as bases científicas que justificam o estudo.

Objetivo da Pesquisa:

Apresenta clareza e compatibilidade com a proposta de estudo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Identificação dos riscos e as possibilidades de desconfortos e benefícios esperados, estão adequadamente descritos.

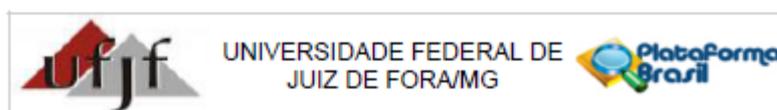
Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto está bem estruturado, delineado e fundamentado, sustenta os objetivos do estudo em sua metodologia de forma clara e objetiva, e se apresenta em consonância com os princípios éticos norteadores da ética na pesquisa científica envolvendo seres humanos elencados na resolução 466/12 do CNS e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O projeto está em configuração adequada e há apresentação de declaração de infraestrutura e de concordância com a realização da pesquisa, assinada pelo responsável da instituição onde será realizada a pesquisa. Apresentou de forma adequada o termo de Consentimento Livre e

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
Bairro: SAO PEDRO **CEP:** 36.036-000
UF: MG **Município:** JUIZ DE FORA
Telefone: (32)2102-3788 **Fax:** (32)1102-3788 **E-mail:** cep.propesq@ufjf.edu.br



Continuação do Parecer: 1.006.021

Esclarecido. O Pesquisador apresenta titulação e experiência compatível com o projeto de pesquisa.

Recomendações:

Recomendamos que o termo de tratamento utilizado no TCLE seja apenas o de Sra., em razão dos participantes da pesquisa serem do Gênero Feminino. Também solicitamos que seja relatado no TCLE o uso do recurso de gravação para obtenção dos dados da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, o projeto está aprovado, pois está de acordo com os princípios éticos norteadores da ética em pesquisa estabelecido na Res. 466/12 CNS e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS. Data prevista para o término da pesquisa: Agosto de 2016.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UFJF, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12 e com a Norma Operacional Nº001/2013 CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa proposto. Vale lembrar ao pesquisador responsável pelo projeto, o compromisso de envio ao CEP de relatórios parciais e/ou total de sua pesquisa informando o andamento da mesma, comunicando também eventos adversos e eventuais modificações no protocolo.

JUIZ DE FORA, 29 de Maio de 2015

Assinado por:
Francis Ricardo dos Reis Justi
(Coordenador)

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
Bairro: SAO PEDRO CEP: 36.036-900
UF: MG Município: JUIZ DE FORA
Telefone: (32)2102-3788 Fax: (32)1102-3788 E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br

ANEXO II

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS - CEP/UFJF

36036-900 JUIZ DE FORA - MG – BRASIL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “Mulheres de preto: trajetórias na arbitragem do futebol profissional”. Nesta pesquisa pretendemos analisar os processos de inserção, permanência, possibilidades de ascensão na carreira e motivação das mulheres para atuar no futebol profissional; descrever a trajetória das mulheres no futebol e arbitragem. O motivo que nos leva a realizar essa pesquisa é a oportunidade de se trabalhar com a história oral para o registro da trajetória das árbitras no futebol, no caso desse estudo, o futebol profissional. Para esta pesquisa adotaremos como procedimento principal a entrevista semiestruturada, de modo a contribuir para a construção de parte da história das árbitras no futebol profissional brasileiro. Ou seja, trata-se de um estudo com risco mínimo, o que significa o mesmo risco que se tem em atividades rotineiras, como conversar, ler, etc.

Para participar deste estudo o Sr. (a) não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. O Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr. (a) é atendido (a) pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada.

Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O (A) Sr. (a) não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar, se assim o desejar. No entanto, dada a sua representatividade (no esporte/ arbitragem do futebol) perante a situação investigada, somada a intenção de melhor contextualizarmos a análise, solicita-se a autorização do uso de seu nome e imagem nas publicações resultantes deste estudo. Você poderá autorizar ou não autorizar mediante declaração abaixo. O uso indevido ou não autorizado de nome ou imagens acarretará em pagamento de indenização à vítima.

Eu, _____, portador (a) do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa **“Mulheres de preto: trajetórias na arbitragem do futebol profissional”**, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Declaro que concordo em participar desta pesquisa e sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar, se assim o desejar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido, o qual li e esclareci minhas dúvidas.

Declaro que _____ (autorizo/não autorizo) o uso de meu nome e imagens nas publicações resultantes deste estudo.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, na Universidade Federal de Juiz de Fora e a outra será fornecida ao Sr. (a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Juiz de Fora, _____ de _____ de 20 .

Nome	Assinatura participante	Data
------	-------------------------	------

Nome	Assinatura pesquisador	Data
------	------------------------	------

Nome	Assinatura testemunha	Data
------	-----------------------	------

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humano-UFJF

Campus Universitário da UFJF

Pró-Reitoria de Pesquisa

CEP: 36036-900

Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br

Pesquisador Responsável: **Ludmila Nunes Mourão**

Endereço: Rua Mario Pederneiras, nº 4/204 – Humaitá – Rio de Janeiro - RJ

CEP: 22.261-020

Fone: (21) 98169-8117

E-mail: ludmila.morao@terra.com.br

APÊNDICE A
ROTEIRO DE ENTREVISTA

Data: _____
 Nome: _____
 Data de nascimento: _____ Idade: _____
 Naturalidade: _____
 Endereço: _____
 Bairro: _____ CEP: _____
 E-mail: _____ Telefone(s): _____

Estado civil: _____ Tem filhos? () não () sim Quantos? _____
 Grau de escolaridade: _____
 Profissão: _____

BLOCO I- INSERÇÃO DAS ÁRBITRAS NO FUTEBOL PROFISSIONAL

1. Ao longo da vida, antes de sua atuação como árbitra, você teve contato com alguma prática esportiva? () sim () não
 - 1.1. Qual?
 - 1.2. Como foi esta experiência?
2. O que te levou a arbitragem no futebol?
3. Quando você começou a arbitrar?
4. Onde iniciou a sua atuação na arbitragem?
5. Como foi o processo de envolvimento com a arbitragem?
6. Como foi o processo de formação para a atuação na arbitragem?
7. Como era visto a mulher na arbitragem quando você iniciou sua atuação?
8. O que descreveria como fatores motivacionais para a sua inserção na arbitragem?
9. Enfrentou dificuldades quando você iniciou sua atuação?

BLOCO II- PERMANÊNCIA

1. Você atua como árbitra ou assistente no futebol profissional?
2. Qual foi a maior categoria que você atingiu (CBF, ASP-FIFA, FIFA ou Federação Estadual)? Em qual delas se encontra atualmente?
3. Qual foi o período em que você arbitrou?
4. O que te fez permanecer como árbitra/assistente de futebol?
5. Quais as principais dificuldades que você enfrentou/enfrenta na arbitragem?
6. Como foi a participação da família ao longo da sua trajetória?
7. Em quais campeonatos atuou na arbitragem?
8. Por quais federações e ligas arbitrou?

9. Quais pessoas você destacaria como relevantes para a consolidação da sua carreira?
Quais os principais fatos que contribuíram para isso?
Por quê?
10. Você teve algum (a) árbitro (a) como referência para sua atuação?
Por quê?
11. Como foi para você conciliar as demandas da arbitragem com a sua vida pessoal?

BLOCO III- CARREIRA

1. Qual (is) episódio (s) marcou (aram) a sua carreira na arbitragem até o momento?
2. O que a arbitragem trouxe de positivo para a sua vida?
3. O que significava para você ser árbitra de futebol profissional no Brasil?
4. Você diria que atingiu seus objetivos na arbitragem do futebol?
5. Como você percebe o olhar dos outros (jogadores, torcedores, comissão técnica, comentaristas) sobre a mulher em campo no futebol profissional brasileiro?
6. Como você percebe o tratamento da mídia em relação à árbitra de futebol?
7. Em sua visão como são vistos pela mídia os erros de arbitragem cometidos por homens e mulheres? Existe alguma diferença na maneira como são retratados?
8. Como é (era) a rotina de treinamentos para atuar no futebol profissional?
9. Observa diferenças entre o árbitro e a árbitra no futebol? Caso afirmativo, quais diferenças você destacaria?
10. O que a sua geração de árbitras deixa (ou) para as gerações seguintes?

BLOCO IV- APOSENTADORIA: PENDURANDO O APITO

1. Quando você parou de arbitrar, por quê?
2. Como foi a decisão de parar de arbitrar?
3. Como foi a transição a partir do momento em que você decidiu parar de arbitrar?
4. O que mudou em sua vida depois de ter parado de arbitrar?
5. Qual foi o principal legado que a arbitragem deixou para a sua vida?

Gostaria de fazer algum comentário ou deixar algum depoimento sobre os temas abordados nesta entrevista?

APÊNDICE B**ROTEIRO DE ENTREVISTA SIMPLIFICADO**

1. Como era visto a mulher na arbitragem quando você iniciou sua atuação?
2. Enfrentou dificuldades quando você iniciou sua atuação?
3. Quais pessoas você destacaria como relevantes para a consolidação da sua carreira?
Quais os principais fatos que contribuíram para isso?
Por quê?
4. Você teve algum (a) árbitro (a) como referência para sua atuação?
Por quê?
5. Como foi para você conciliar as demandas da arbitragem com a sua vida pessoal?
6. Qual (is) episódio (s) marcou (aram) a sua carreira na arbitragem até o momento?
7. Como você percebe o olhar dos outros (jogadores, torcedores, comissão técnica, comentaristas) sobre a mulher em campo no futebol profissional brasileiro?
8. Em sua visão como são vistos pela mídia os erros de arbitragem cometidos por homens e mulheres? Existe alguma diferença na maneira como são retratados?
9. Quando você parou de arbitrar, por quê?
10. Como foi a decisão de parar de arbitrar?

Gostaria de fazer algum comentário ou deixar algum depoimento sobre os temas abordados nesta entrevista?

APÊNDICE C
ENTREVISTA CLÁUDIA GUEDES

Data da entrevista: 09/05/2015

Local da entrevista: Juiz de Fora, MG.

Entrevistador: Igor Chagas Monteiro

Árbitra entrevistada: Claudia de Vasconcellos Guedes

Data de Nascimento: 20/03/1963

Idade: 53 anos

Estado civil: solteira

Filhos: Não

Grau de escolaridade: Superior completo (Educação Física)

Profissão: Policial civil

Tempo dedicado à arbitragem: 18 anos

IM: Ao longo da vida, antes de sua atuação como árbitra, você teve contato com alguma prática esportiva?

CG: Sempre, desde a infância. Infância e faculdade.

IM: Qual foi?

CG: Bom, prática esportiva desde a escola, não é? Desde a escola municipal, sempre estudei em escola pública, mas em todas as escolas em que eu estudei tinham aulas de Educação Física e atividades ligadas ao esporte, diretamente.

IM: Você praticava alguma modalidade específica ou não?

CG: Não. Eu nunca fui uma atleta. Antes de ser árbitra eu nunca fui uma atleta.

IM: Como foi esta experiência com essas modalidades, com a prática esportiva para você?

CG: Maravilhosa, não é? Porque inclusive por conta dessa vida, não é? Dessas atividades desde a infância, esse incentivo dos professores de Educação Física, eu acabei me tornando uma professora de Educação Física, me deu muito amor ao esporte. E muitas amizades também, não é? Você acaba fazendo uma parte social muito grande, você faz muitos amigos no esporte. Além das práticas esportivas, era responsabilidade dos

professores também as atividades ligadas ao folclore, também. Então nós participávamos não só dos esportes como também de festas comemorativas, festas folclóricas, festas juninas, e isso era muito bom.

IM: O que te levou a arbitragem no futebol?

CG: Olha, eu sou formada em Educação Física e eu fui a primeira monitora de futebol, da cadeira de futebol da América Latina, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E como eu era monitora de futebol, o meu desejo era ser técnica, eu queria ser técnica de futebol. Sempre gostei de futebol, desde a infância. Eu queria ser técnica, então eu estava estudando para isso na faculdade e aí surgiu esse curso de formação de árbitras, era a primeira vez no mundo em que se fazia um curso só para a formação de árbitras de futebol. E estava sendo organizado pela antiga Associação de Árbitros do Rio de Janeiro, que hoje é o sindicato, não é? Então eles estavam fazendo um curso só para a formação de árbitras de futebol e aí eu me inscrevi. Achei que era um caminho para que eu chegasse ao mundo do futebol, não é? Começasse a ficar inserida no mundo do futebol e ajudasse na minha formação para técnica.

IM: Quando você começou a arbitrar?

CG: 1983.

IM: Onde iniciou a sua atuação na arbitragem?

CG: Eu iniciei, na verdade, nos jogos amadores. Porque quando você faz o curso de arbitragem, não é? Pelo menos era assim, não sei como é hoje, acredito que não tenha modificado muito. Você começa atuando nas categorias de base e também no extinto futebol amador, hoje não tem mais futebol amador no Rio de Janeiro, mas antigamente existia o futebol amador vinculado à federação do Rio. E a gente apitava nos lugares mais escabrosos possíveis, não é? Sem segurança nenhuma, campos sem alambrado, e essa foi a minha escola, trabalhar em campeonatos amadores e também nas categorias de base.

IM: Como foi o processo de envolvimento com a arbitragem, você foi gostando, seu envolvimento no curso?

CG: Olha, para você ter uma ideia da minha satisfação, eu disse a você que eu fiz o curso com a intenção de me introduzir no meio do futebol, mas para ser técnica de futebol. Pois depois que eu apitei o meu primeiro jogo e sem ser oficial, foi um jogo, eram jogos-treinos

que a gente participava, não é? No primeiro jogo em que eu apitei já saí de campo dizendo que eu ia ser árbitra de futebol. Eu esqueci completamente o meu desejo de ser técnica e disse “Eu vou ser árbitra de futebol!” , para você ver a minha satisfação.

IM: Como foi o processo de formação para a atuação na arbitragem, como foi esse curso que você fez no Rio de Janeiro?

CG: Olha, esse curso ele teve a duração de mais ou menos 4 meses, se não me falha a memória, ou mais, eu não consigo mais lembrar. Eu não sei se foram quatro ou seis meses. E esse curso foi realizado na UERJ, a gente assistia às aulas à noite e tinha também aulas de Educação Física. E o curso ele consistia de matérias de legislação desportiva, regras de futebol, preenchimento de súmulas e relatórios e da Educação Física, como eu disse. E nesse curso foram inscritas 75 mulheres, 75 mulheres se inscreveram e que chegaram ao final do curso, formaram-se 59. E daí já no curso, tinha um incentivador muito grande, que era um senhor que ele já tinha sido diretor de árbitros do Departamento Amador e se chamava senhor Ícaro Tenório. O seu Ícaro, ele começou a levar a gente para participar de torneios de empresas, torneios nas forças armadas, em quartéis, entendeu? A gente participava desses torneios. Obviamente, tudo amadoristicamente, nós não recebíamos nada, não é? Mas para nós estava sendo uma aula prática, porque na verdade o curso não tinha aula prática, eram só aulas teóricas. Então em campo mesmo, quem fazia esse trabalho era ele, ele levava a gente, arrumava os torneios e a gente ia trabalhar. E isso foi muito bom porque ele nos ensinava na prática a forma da gente se posicionar em campo, os gestos, ele ia corrigindo a gente, foi uma pessoa muito importante na minha formação como árbitra e de outras colegas também. Porque nós não conhecíamos nada, nós só conhecíamos a teoria e aí nos campos a gente ia trabalhando e com muita tranquilidade, principalmente dentro dos quartéis. Porque a gente apitava aos jogos com total segurança, então não havia aquele temor de ser agredida, ou de marcar algo errado e sofrer uma reclamação muito grande, não é? Então foi uma tranquilidade para a gente no início, a parte prática. Já na federação, não. Na federação as coisas foram diferentes porque sofremos muito preconceito.

IM: Quando você iniciou Cláudia, como era visto a situação da mulher na arbitragem no futebol?

CG: Olha Igor, esse curso na verdade, ele foi criado porque o futebol feminino estava começando, isso no início da década de 1980 e o problema é que os homens não queriam

apitar futebol feminino, que era um futebol pessimamente jogado. Com exceção da equipe do Radar e do Bangu, que eram as melhores equipes do Rio de Janeiro e quiçá do Brasil naquela época, fora isso os times eram muito fracos. Então os homens não gostavam de apitar futebol feminino, não queriam apitar futebol feminino os árbitros. E aí alguém teve a bendita ideia de fazer esse curso, justamente para que mulheres apitassem jogos de mulheres e, por isso que foi criado esse curso. Então na verdade, a arbitragem feminina ninguém sabia o que iria ser, era uma incógnita muito grande. Porque mulher no futebol era muito raro, as meninas estavam começando a jogar futebol, algumas com talento, mas em geral, não eram tão habilidosas, então eles não sabiam como seriam as árbitras. E acabaram se surpreendendo porque nesse curso surgiram muitas árbitras de competência, não é? Mas no início nós éramos tratadas até como atrações em alguns lugares. Quando chamavam a gente para apitar e isso já depois da gente formada, não é? Com o curso completo, chamavam a gente para apitar em alguns lugares, a gente chegava como se fôssemos atrações, e eu me batia muito, eu debatia muito sobre isso e brigava muito sobre isso, porque desde o início eu queria uma seriedade muito grande para a gente. Eu costumava dizer que árbitra de futebol não era atração, atração era macaco de jardim zoológico, macaco de circo. Nós não éramos atrações, nós éramos profissionais.

IM: O que descreveria como fatores motivacionais para a sua inserção na arbitragem?

CG: Olha, eu diria que eu não sei na verdade, eu diria que assim, eu acho que uma das coisas que motiva ou me motivou muito a entrar o futebol na família, minha família sempre foi muito ligada ao futebol e isso me motivou muito. E eu jogava em casa com os irmãos, brincava. Brincava na rua, jogava futebol na rua e isso me motivou muito. A carreira mesmo de árbitro de futebol, eu mal conhecia, porque torcia pelo time de futebol, mas nem prestava atenção no árbitro. Então em relação aos árbitros, não teve nada nos árbitros que me motivasse, o que me motivou mesmo a entrar foi o fato de gostar de futebol e a permanecer, acho que esse poder. Esse poder discricionário que o árbitro tem, eu acho que isso é uma motivação muito grande.

IM: Você enfrentou dificuldades quando iniciou sua atuação?

CG: Bastante. Bastante. Enfrentei dificuldade desde o início até ao fim da minha carreira. Porque não só no Rio, mas no Brasil nós éramos pioneiras, não é? Existiam poucas árbitras nos estados. Porque só o Rio fez esse curso para a formação de árbitras. Nos

outros estados existiam árbitras, mas elas faziam o curso junto com os homens, entendeu? Não era um curso único para mulheres, então eram poucas árbitras nos outros estados, como é até hoje, são poucas árbitras. Então a quantidade era pequena, éramos pioneiras, estávamos tentando mostrar que poderíamos atuar tão bem quanto homens, só que em um país muito machista como é o nosso, hoje menos, mas ainda continua machista, então a dificuldade foi muito grande. Porque eles queriam que a gente só apitasse futebol feminino, só que algumas de nós tínhamos para atuar no masculino também. E que foi o que aconteceu, então eu tive muitos problemas, principalmente com a federação do Rio para que eu pudesse exercer o meu trabalho, eu brigava muito, a imprensa sempre me deu muito apoio, a imprensa sempre enalteceu meu nome, sempre pedia para que eu fosse escalada nos jogos, principalmente depois que eu passei para o futebol profissional, mas havia uma resistência muito grande por parte da federação. E também por conta de eu sempre ter me engajado, desde o início, na luta pela moralização da arbitragem do Rio de Janeiro. Então havia muita corrupção, muita mesmo, muita corrupção na época. E eu brigava muito contra isso, eu falava, eu usava a palavra para isso, eu usava a imprensa para isso. E tive muitos problemas, principalmente com o presidente da federação do Rio, o Caixa d'Água.

IM: Você atuava como árbitra ou assistente no futebol profissional?

CG: No profissional ou em geral, que você quer dizer? Porque quando eu comecei, eu era árbitra amadora. Então quando eu comecei quando como árbitra amadora, hoje existe o quadro de assistentes e de árbitro. Hoje, que eu digo, já há vários anos, não é? Mas quando eu iniciei a minha carreira não era assim, você tanto bandeirava quanto apitava. E eu comecei bandeirando, mas logo em seguida já fui para o apito. Então eu passei 99% da minha carreira apitando. Agora quando eu fui para o futebol profissional, no Rio eu apitava, mas quando era para trabalhar pela CBF, nos campeonatos profissionais, no Campeonato Brasileiro, aí eu era escalada bandeirando.

IM: Qual foi a maior categoria que você atingiu (CBF, ASP-FIFA, FIFA ou Federação Estadual)?

CG: FIFA. Eu fui árbitra da FIFA por 5 anos. No tempo em que começou o quadro, porque no quadro não existiam árbitras na FIFA, o quadro foi criado em 1995. E em 2000 eu abandonei, em 2000 eu abandonei o futebol, então eu fiquei 5 anos na FIFA.

IM: E hoje você ainda atua com arbitragem?

CG: Não, não. Eu estou totalmente fora do mundo do futebol

IM: Qual foi o período em que você arbitrou?

CG: Foram 17 anos e meio. Eu entrei em 1983 e terminei em 2000. Foram 17 anos e meio.

IM: O que te fez permanecer como árbitra de futebol?

CG: Pois é, o árbitro de futebol costuma dizer que a arbitragem é uma cachaça, não é? E justamente com a intenção de dizer que vicia. A arbitragem é viciante. Eu posso te dizer tranquilamente que eu me realizei profissionalmente apitando futebol. Para mim, a melhor realização da minha vida foi apitar futebol. Se eu tivesse que fazer tudo de novo, se eu tivesse essa chance eu faria tudo de novo. E é ruim parar, é difícil parar. É difícil parar de apitar, porque é muito bom.

IM: Depois que você se inseriu, depois que já estava apitando no futebol profissional, quais as principais dificuldades que você enfrentou na arbitragem?

CG: Como eu disse anteriormente, o machismo, não é? Havia um preconceito muito grande em relação à mulher, então você imagina no Rio de Janeiro, eu era a única a apitar profissional, futebol profissional. Você imagina um quadro de 100 homens e eu, a única mulher e, cada semana a rodada consistia de 5, 6 jogos da primeira divisão e um deles era meu. Então você imagina o problema que eu tive que enfrentar com isso. Porque os homens faziam uma pressão muito grande, para que eu não atuasse, não é? Para que aquela vaga fosse de um outro homem e não de uma mulher. Como no país do futebol, o país machista como é o nosso, uma mulher poderia estar se destacando apitando futebol. E por conta também da minha briga, como eu disse, em relação à federação, em relação à moralidade do futebol. O meu posicionamento em relação a isso era muito forte. Inclusive eu participei de Sindicato dos Árbitros, participei de diretoria de Sindicato dos Árbitros, e eu realmente não media as minhas palavras para combater a corrupção no futebol. Então por conta dessa concorrência com os homens, desse machismo e por conta de eu sempre estar contra, brigando com a federação por causa da moralidade do futebol, eu fui muitas vezes prejudicada, fui muitas vezes punida por isso.

IM: Como foi a participação da família ao longo da sua trajetória?

CG: Bom, no início não foi muito satisfatória. Assim não é que as pessoas ficassem em uma posição contrária, não é? Mas também não eram a favor. Naquela época, hoje uma mulher quando ela se insere em qualquer área em que a maioria seja de homens, a maioria dos participantes seja de homens, hoje já se vê de uma forma melhor, mas de década de 1980, que foi quando eu comecei, os familiares assim acharam estranho eu me inserir para apitar futebol. Não existiam bem, árbitras, então minha mãe não gostou muito da ideia, mas como eu falei o pessoal lá de casa sempre foi ligado ao futebol, com o tempo foram vendo que eu gostava, e tinha realmente talento para o que estava fazendo, não é? Então começaram a me apoiar.

IM: Em quais campeonatos atuou na arbitragem no futebol profissional?

CG: No Rio eu comecei com o Campeonato Carioca de base, não é? Infantil desde escolinha até os juniores, que é o amador. E depois no profissional, campeonato carioca. No Brasil, Campeonato Brasileiro e no exterior Sul-Americano Feminino, Mundial Feminino e Olimpíadas de Atlanta, também no futebol feminino.

IM: O Sul-Americano você lembrar em que ano foi?

CG: Lembro. Foi exatamente no ano em que a gente entrou na FIFA, foi em 1995. Em 1995 foi o Sul-Americano feminino que foi realizado aqui no Brasil em Uberlândia.

IM: E o mundial, você lembra, foi em 1995?

CG: Não, o mundial foi antes. O mundial foi em 1991 na China. Foi em 1991 na China. Quando nós fomos não éramos ainda árbitras da FIFA. Esse campeonato mundial, foi o primeiro campeonato mundial organizado pela FIFA em 1991, na China. E aí eles queriam levar árbitras para testarem as árbitras, para saberem se realmente poderiam criar um quadro. Então eles resolveram levar as 6 melhores árbitras do mundo. Para isso eles fizeram uma pesquisa nas associações nacionais filiadas à FIFA em todo o mundo. E conseguiram pegar os 6 melhores currículos e, do Brasil só eu quem fui.

IM: O Brasileiro você lembra em qual ano foi?

CG: O Campeonato Brasileiro? Não. O primeiro Brasileiro eu não lembro, eu não consigo lembrar quando foi o primeiro brasileiro.

IM: Mas o período assim em que você atuou no Brasileiro, você lembra?

CG: Lembro. Foi na década de 1990. Com certeza foi na década de 1990. Mas eu não lembro o ano.

IM: Que legal você esteve na primeira Copa Mundo, que foi aquela em que os Estados Unidos ganharam?

CG: Isso. Foi o Mundial da China.

IM: E as Olimpíadas onde foi inserido o futebol feminino, não é?

CG: Exatamente. Essa foi a de Atlanta em 1996.

IM: Que legal, muito legal mesmo.

CG: E essa da China, esse mundial da China, como eu estava dizendo para você, dessas 6 árbitras que a FIFA convocou, na verdade a gente só foi para bandeirar. A intenção da FIFA era que a gente fosse apenas para bandeirar os jogos. Até mesmo porque não nos conheciam, não é? Não conheciam o nosso trabalho. Em toda competição da FIFA os árbitros chegam com uma semana de antecedência. E durante esse período a gente faz treinamentos, faz teste físico, participa de reuniões para conhecimento do regulamento do campeonato, tudo isso, não é? E nesse período, depois dos testes físicos, eles ficaram muito satisfeitos com o desempenho das árbitras. E depois do jogo de abertura, que foi China e Dinamarca, em que eu e a mexicana bandeiramos, no dia seguinte a esse jogo, eu estava no hotel, no andar do meu quarto, no corredor, encontrei com o presidente da Comissão de Arbitragem da FIFA, que na época era o escocês David Will. E ele me disse que depois daquela atuação, a FIFA tinha resolvido inovar, eles iriam botar uma de nós para apitar a decisão de terceiro lugar. Eles resolveram que, uma de nós, pela primeira vez no mundo, ia apitar um jogo pela FIFA. E assim foi, não é? Todas nós tivemos uma motivação a mais no campeonato. Além de estar nesse campeonato que já era tudo para a gente, a gente ainda teve a motivação de estar concorrendo a ser escolhida para apitar a disputa de terceiro lugar. E aí eu acabei sendo a escolhida. Eu apitei a disputa do terceiro lugar entre Alemanha e Suécia em 1991.

IM: E das Olimpíadas, você lembra?

CG: Nas Olimpíadas já foi uma história diferente. Porque depois desse mundial em 1991, antes das Olimpíadas de 1996, não é? Teve um outro mundial feminino em 1995, também

aí já com mais mulheres participando. Mas ainda misto, assim como em 1991, em 1995 ainda tinham homens participando. E em 1996 também foi misto, nós fomos para as Olimpíadas, mas os jogos, teve jogo só com mulheres trabalhando e teve jogo de mulheres com homens. No futebol feminino, não. Só mulheres, mas no futebol masculino pela primeira vez tiveram bandeiras atuando nos jogos masculinos. Foi a primeira vez em que uma bandeira trabalhou em um jogo masculino em Olimpíadas, foi em 1996.

IM: Você lembra algum dos jogos que você fez nas Olimpíadas de 1996?

CG: Então foi a primeira vez em Atlanta, porque em Atlanta eu já fui como árbitra só. Em Atlanta eu já fazia parte, porque o quadro foi criado em 1995, o quadro da FIFA e eu entrei no quadro como árbitra.

E tinha o quadro de árbitros e de fiscais de linha, que se chamam hoje assistentes. Isso em 1995. Então em 1996 quando nós fomos para Atlanta, eu já fui como árbitra, eu não bandeirava, só apitava.

IM: Por quais federações e ligas você atuou?

CG: Só na federação do Rio e depois nos meus dois últimos anos, passei aqui na federação pernambucana. E fora isso, CBF e FIFA.

IM: Quais pessoas você destacaria como relevantes para a consolidação da sua carreira?

CG: A principal pessoa que me fez chegar a esse curso, foi o professor da faculdade, o meu professor de futebol, da cadeira de futebol, o nome dele é Sebastião Neves Serrano. Ele é professor da Rural, professor de futebol da Rural do Rio de Janeiro. E ele foi o meu maior incentivador, porque quando ele viu o curso, ele me avisou e disse que eu deveria fazer porque eu ia me dar bem. Foi essa a expressão que utilizou. Eu deveria fazer porque eu iria me dar bem, porque eu conhecia bastante de futebol, gostava e que eu ia me dar bem. Esse foi o meu maior incentivador, foi o responsável por eu ter entrado na arbitragem. O senhor Ícaro, também como eu digo, o senhor Ícaro Tenório, também foi uma pessoa que nos ajudou bastante, sem ele eu não se a gente conseguiria ter chegado lá, porque nós éramos muito cruas, não é? Nós tínhamos muita vontade, algumas conheciam, tinha até algumas ex-atletas de futebol feminino ou até algumas atuantes ainda no futebol feminino, como atletas. Mas a diferença entre apitar e jogar é muito

grande. E nós tivemos através dessa pessoa, do senhor Ícaro, um pai na verdade, ele foi um pai para a gente. Porque nos ensinou a teoria na prática.

IM: Quais os principais fatos que contribuíram para a consolidação da sua carreira? Por quê?

CG: Persistência, eu acho que persistência acima de qualquer coisa. E o fato de a FIFA ter abraçado a questão do futebol feminino também ajudou bastante. Infelizmente no Brasil, nem tanto, não é? Porque você vê que a gente ainda está engatinhando, a gente ainda continua engatinhando em termos de futebol feminino. E em termos de arbitragem feminina também, apesar de que hoje eu fico feliz quando eu ligo a TV e vejo agora direto nos campeonatos brasileiros e também estaduais bandeirinhas atuando. Árbitras é mais difícil, até mesmo porque é muito mais difícil apitar do que bandeirar, mas eu fico feliz porque hoje eu ligo a TV para assistir jogos e vejo muitas mulheres trabalhando. Então é uma recompensa de um trabalho que a gente fez.

IM: Você teve algum (a) árbitro (a) como referência para sua atuação?

CG: Bom, árbitra não dava para ter, porque como eu te falei, eu fui uma das pioneiras e não tinha árbitra. A única árbitra que surgiu antes da minha geração foi uma árbitra de Minas Gerais, não é? Mas ela só conseguia atuar em jogos amadores porque o diploma dela, ela fez o curso junto com os homens, e não era nem reconhecido pela federação. Então na verdade eu me inspirei mais em homens, não é? Na minha época quem era o auge era o Arnaldo Cesar Coelho.

IM: Porque ele era uma referência para você?

CG: Porque foi um dos melhores árbitros que nós já tivemos. Era excelente tecnicamente, preparo físico também e na parte disciplinar. Por ele ser excelente na parte técnica, ele tinha pouco trabalho na parte disciplinar.

IM: Como foi para você conciliar as demandas da arbitragem com a sua vida pessoal?

CG: Bom, eu tive alguns tropeços na vida pessoal por conta disso. Porque quando eu fiz o curso de arbitragem, eu estava cursando a faculdade e eu estudava fora do Rio, porque a rural do Rio de Janeiro ela fica fora do centro do Rio, então eu morava no alojamento. Para eu fazer o curso eu tinha que terminar a minha aula, que era horário integral, eu saía

da faculdade às 5 horas da tarde voando para poder estar no Rio às 7 hs, para pegar a aula, assistir aula até às 10 hs da noite e depois voltava para a faculdade, chegava na faculdade tipo meia-noite. Para depois no dia seguinte às 7 hs da manhã estar na sala de aula novamente. E cumprir a mesma coisa durante 4 vezes na semana. Então durante 4 vezes na semana eu tinha que fazer isso. E isso me trouxe alguns prejuízos na faculdade, por conta de às vezes não poder treinar para as provas, não treinar o suficiente, então me deu alguns problemas na faculdade. Mas depois que eu me formei não. Eu me formei em março de 1985 e aí conseguia conciliar bem o trabalho com a arbitragem, não tive problemas não.

IM: Qual (is) episódio (s) marcou (aram) a sua carreira na arbitragem até o momento?

CG: Bom, o primeiro deles obviamente foi apitar lá a disputa de 3º lugar no mundial da China, porque foi uma responsabilidade muito grande, aponto de no próprio vestiário eu escutar isso de um dos membros da Comissão de Arbitragem da FIFA, antes do jogo ele dizer para mim que o futuro da arbitragem feminina dependia da minha atuação naquele momento. Porque pela primeira vez uma mulher ia apitar um jogo pela FIFA e um campeonato organizado por ela, então a responsabilidade era muito grande. E esse jogo foi um marco na minha vida porque depois disso a arbitragem feminina só alavancou em termos internacionais. Hoje, todos os campeonatos mundiais, Olimpíadas, no que diz respeito à arbitragem feminina, todos são arbitrados por mulheres, então esse foi um grande marco na minha vida. Outro marco foi a minha inserção no futebol profissional do Rio de Janeiro. Como nunca tinha existido mulher apitando, eu fui a primeira então a apitar jogos do campeonato profissional do Rio de Janeiro e para mim também foi muito importante. Trabalhar ao lado também de nomes da arbitragem brasileira, árbitros conceituados, isso já no Campeonato Brasileiro, quando eu bandeirava para eles, também foi outro marco muito grande. As Olimpíadas de Atlanta, primeira vez também a presença de mulheres nas Olimpíadas, árbitras nas Olimpíadas, então foram ocasiões, foram situações, foram marcos na minha carreira.

IM: O que a arbitragem trouxe de positivo para a sua vida?

CG: O futebol. Porque até as nossas taxas eram diferentes. Os homens recebiam mais que a gente. Mesmo depois de eu estar com o escudo no peito de árbitra da FIFA, quando eu ia trabalhar nos jogos eu recebia a taxa de um árbitro normal, eles não me pagavam como

árbitra da FIFA. Então já demonstra aí a discriminação. Eu não posso dizer que ganhei dinheiro com o futebol, porque realmente não ganhei. Mas em termos de satisfação pessoal, essa foi total, não é? Eu acho que eu cresci muito porque se eu não tinha uma participação de outra forma, uma participação digamos até política no cenário nacional eu tive uma participação muito grande no meio da arbitragem do Brasil. Eu sempre contestei muito a corrupção, sempre briguei muito contra isso. Constantemente estava dando entrevistas e participando de movimentos contra a corrupção. Denunciei um esquema de corrupção no Rio de Janeiro em que na época até ia ser aberta uma CPI, mas infelizmente, como até hoje nós temos políticos, deputados, vereadores, que não merecem estar onde estão, então conseguiram abafar essa CPI. Não foi criada essa CPI, mas mesmo assim eu fiz várias denúncias e tive que dar vários depoimentos na Polícia Federal, na polícia civil sobre a corrupção. E conseguimos até retirar diretor de árbitros corrupto, mas infelizmente não ser além, não conseguiu passar disso porque conseguiram abafar a CPI do futebol. Então esse crescimento que eu tive em relação ao posicionamento, a me posicionar, eu poderia ter tido uma carreira diferente se eu tivesse me omitido. Eu poderia ter tido uma carreira diferente, eu poderia ter tido um aproveitamento maior no cenário do futebol masculino profissional, eu poderia ter tido um aproveitamento bem maior. Porque era reconhecido que eu sabia trabalhar, o problema todo era o meu posicionamento em relação à corrupção, em relação às falcatruas que existiam na arbitragem, que continuam existindo. Então isso também participou muito da minha vida, quer dizer, também foi um aprendizado que eu tive com o futebol. Então amizades, também, muitas pessoas que a gente conhece assim, muita viagem, eu era professora de Educação Física, hoje sou policial e, se eu pudesse do salário dos dois para conhecer todos os estados que eu conheci e alguns países que eu conheci, jamais teria acontecido. Então o futebol também me proporcionou isso, além da satisfação pessoal, o reconhecimento e até mesmo na época, hoje não porque o país tem uma memória fraca, mas todo o reconhecimento nacional que eu tive em termos de imprensa, em termos de reconhecimento mesmo. Isso aí valoriza o profissional e no fundo também massageia nosso ego.

IM: O que significava para você ser árbitra de futebol profissional no Brasil?

CG: Como eu falei para você, era uma massagem no ego. Todo árbitro de futebol, ele se sente muito poderoso, ele brinca de Deus (risos) também, não é? Então as decisões estão nas mãos dele. O árbitro de futebol ele tem o poder até de interferir em uma partida, seja

de forma proposital ou não. Mesmo que não seja proposital, o erro dele pode mudar o resultado de uma partida. Então esse poder que o árbitro tem, fascina muito, fascina muito.

IM: Você diria que atingiu seus objetivos na arbitragem do futebol?

CG: Não no futebol profissional masculino. Mas paguei o preço por conta da própria discriminação e também pelas minhas opções de me deixar vencer, eu iria amargar essa situação de não aproveitamento, não é? E também na própria arbitragem feminina em relação ao cenário nacional, eu sempre estava liderando as árbitras no sentido de sermos respeitadas, de não deixar que fizessem covardias, como faziam, tipo mandar a gente viajar de ônibus para uma competição, entendeu? De futebol feminino, aí eu estava sempre botando a minha cara na frente, brigando com a CBF, com a direção da CBF, para que fosse colocado um avião para a gente, para que a gente pudesse viajar de avião, as hospedagens da gente, se não tivessem de acordo, se não fosse hospedagens decentes eu brigava também para que trocassem o lugar e era terrível, era terrível. Hoje eu estou muito quieta, mas eu fui muito contestadora, passei a minha carreira toda contestando. E isso tem um preço, não é? Uma hora você acaba sendo preterida, em várias situações por conta disso. Então eu gostaria de ter chegado mais, chegado mais longe em termos de futebol masculino. Feminino, não. Feminino eu alcancei tudo o que uma árbitra poderia sonhar alcançar, eu alcancei. Mas no futebol masculino eu sei que eu tinha capacidade para chegar mais longe, mas infelizmente por conta da política isso não ocorreu.

IM: Cláudia, como você percebia o olhar dos outros (jogadores, torcedores, comissão técnica, comentaristas) sobre a mulher em campo no futebol profissional brasileiro?

CG: Sempre de forma positiva. Sempre de forma positiva. Todos os segmentos do futebol e esses que você citou de torcedor, jogador, imprensa, principalmente esses sempre foram positivos os olhares. Até mesmo porque eles querem bons profissionais trabalhando no futebol. O problema maior são os dirigentes. O problema maior são as pessoas que lucram com o futebol, esses sim é que muitas vezes as pessoas que trabalham de forma correta atrapalham o andamento. Então o atleta não, o torcedor não e a imprensa não, esses querem o futebol bem jogado, um futebol correto, bem arbitrado, não importa quem esteja trabalhando. Importa que trabalhe bem. O problema é com os dirigentes do futebol brasileiro, por isso nós estamos nesta situação hoje, por conta dos dirigentes que atuam

no futebol brasileiro. Que a maioria esmagadora é um bando de incompetentes, e que só prejudicam os clubes, só esvaziam os cofres dos clubes.

IM: Como você percebe o tratamento da mídia em relação à árbitra de futebol?

CG: Eu acho o tratamento muito bom. Não vejo de forma alguma análise discriminatória dos comentaristas de futebol, não vejo, não vejo isso, não sinto isso. Acho que eles são bem imparciais quando julgam atuação, principalmente de uma bandeirinha, não é? De uma assistente, porque hoje a gente não vê muita árbitra apitando, então vê mais assistentes. Mas eu vejo com muito bons olhos os comentários que são feitos, nunca de forma pejorativa, às vezes até de forma bem mais cuidadosa. Eu acho muito positivo.

IM: Em sua visão como são vistos pela mídia os erros de arbitragem cometidos por homens e mulheres? Existe alguma diferença na maneira como são retratados?

CG: Não, hoje não. Não vejo nenhuma diferença não. Não consigo ver diferença não.

IM: Como é (era) a rotina de treinamentos para atuar no futebol profissional?

CG: Bem, o treinamento sempre foi muito forte, desde a época em que eu comecei e hoje está até mais forte porque cada vez os árbitros são mais exigidos por conta da evolução física e da forma como o futebol é jogado hoje. O futebol está muito veloz, então os árbitros precisam acompanhar isso. Antigamente você tinha um sistema de posicionamento em campo, não é? Que era um sistema em diagonal. Você não pode mais fazer esse sistema em diagonal, você não tem mais como apitar uma partida só correndo em diagonal, você hoje tem que correr praticamente o campo todo. Precisa estar sempre próximo ao lance, não só porque os atletas estão correndo mais, mas também porque hoje você vai apitar um jogo e você tem 20 câmeras em cima. Então antes você, se cometesse até um erro muitas pessoas nem viam, hoje tudo o que acontece em campo o espectador vê, o telespectador vê. Então o árbitro tem que ter um trabalho físico muito grande, é preciso que no Brasil, os árbitros de futebol sejam profissionalizados, tem que acabar com esse amadorismo. Não dá mais para a gente ficar tendo o nosso emprego e depois de trabalhar é que vai treinar, não pode ser. Hoje o treinamento ele tem que ser muito mais forte, o árbitro tem que estar voltado somente para isso, ele tem que se profissionalizar. Essa seria uma forma também de diminuir os problemas de arbitragem no Brasil, é a profissionalização do árbitro. Ele tem que viver disso, ele tem que trabalhar fora de campo na sua preparação física, no seu condicionamento físico e trabalhar nos jogos sem a

preocupação se vai estar ou não escalado na próxima partida. Sem a preocupação de agradar ou desagradar a uma equipe ou a um dirigente e ficar fora de uma próxima escala. Então o árbitro sendo profissional, isso acaba, porque ele vai ser um funcionário da federação.

IM: Você observa diferenças entre o árbitro e a árbitra no futebol? Caso afirmativo, quais diferenças você destacaria?

CG: Bom, eu acho que na verdade, a mulher ela sempre vai ter isso, ela não vai perder, não é? A mulher ela tem uma sensibilidade muito mais aguçada, muito mais apurada. O homem ele é mais o que ele vê, a mulher ela vê não só aquela situação, mas ela vê além daquela situação, eu acho que isso é uma grande vantagem. Eu acho que isso foi uma grande vantagem para mim como árbitra. Então eu vejo diferenças sim por conta da própria natureza do homem e da mulher. Isso facilitar na hora de você apitar um jogo, na hora de você trabalhar em um jogo. Eu acho que isso facilita muito. E essa é a maior diferença que eu vejo. A questão física nem se fala, não é? Porque obviamente que o homem tem uma capacidade física maior do que a da mulher, mas isso não impede, essa diferença não impede que a mulher consiga alcançar os mesmos resultados. Mas há uma diferença também, tirando essa diferença física e eu acho que essa diferença de análise, de sensibilidade, que aí eu acho que a mulher leva vantagem, fora isso não vejo outras diferenças não.

IM: O que a sua geração de árbitras deixa (ou) para as gerações seguintes?

CG: Eu acho que a primeira que pode se pensar é de que a gente deixou respeito. O que a minha geração fez foi conseguir respeito, não deixando que as pessoas pensassem que aquilo ali só iria durar 15 minutos, entendeu? Que seriam pessoas que iriam aparecer ali como novidades, como atrações e que não fossem vingar. Eu acho que o respeito foi o principal legado eu a gente deixou. A gente consegue hoje assistir em várias categorias, eu estava vendo o Brasileiro sub-17, mulheres bandeirando, Campeonato Brasileiro, primeira divisão do profissional, Brasileiro série A, B, mulheres trabalhando, bandeirando. Então esse foi o legado que a gente deixou. O trabalho, o respeito, o reconhecimento das pessoas pelo nosso trabalho. Foi difícil, a gente sabe que é sempre difícil para quem é pioneira, mas alguém precisa abrir a picada, não é? Alguém precisa abrir a mata, não é? E eu acho que nós fizemos esse trabalho.

IM: Quando você parou de arbitrar, por quê?

CG: Eu tive uma lesão na coluna, justamente quando eu me mudei para cá, em 1998, eu me mudei para Pernambuco. Mudei de federação, vim para a federação pernambucana, trouxe meu escudo comigo, não é? Continuava árbitra da FIFA. Mas eu comecei a sentir alguns problemas, não é? Dores e foi por um problema que eu tive na coluna. Eu fiz o tratamento, fiquei bem. Porém para que eu me mantivesse bem, eu tinha que fazer um trabalho além do trabalho de condicionamento físico, eu tinha que ter um outro tipo de trabalho diário, com alongamentos e fortalecimento muscular. E isso pesou, como eu disse para você nós não somos árbitros profissionais, nós temos a nossa profissão e além da nossa profissão, eu ainda sou dona de casa, eu sou uma mulher. O que isso também atrapalha nas nossas atividades, porque a mulher, ela assumiu hoje vários postos, mas ela não perdeu a condição de dona de casa. Então eu precisava me condicionar fisicamente, fazer esse trabalho extra de reforço muscular e de alongamento, e precisava trabalhar. E precisava apitar, então eram muitas coisas. E isso começou a corroborar para que eu fosse pensando em abandonar a carreira. Politicamente falando, também por conta dessa minha mudança para cá, eu tive um problema muito sério com o ex-diretor de arbitragem, o Armando Marques, não é? Que não concordou com isso. Apesar de um homem já ter feito isso, um homem já ter mudado de federação, eu era o 2º árbitro no país a mudar de federação. O homem mudou e ele não fez nada, quando eu mudei ele passou a me perseguir, a não concordar com isso. E aí eu vi que eu já estava com um problema de saúde, um problema físico, já tinha feito campeonato mundial, Olimpíadas, e eu estava simplesmente batendo de frente com o maior nome da arbitragem nacional, que era o diretor da CBF, o diretor do departamento de árbitros da CBF. Então, eu achei por bem parar. Eu parei precocemente aos 37 anos, porque o árbitro de futebol, ele pode apitar até aos 45. Mas aos 37, eu resolvi parar de apitar porque vi que eu teria que brigar muito mais e já estava ficando cansada de brigar. Então aos 37 anos eu parei, no ano de 2000. Larguei os quadros, todos eles, não é? O da federação pernambucana, o nacional e o da FIFA.

IM: Cláudia, como foi a decisão de parar de arbitrar?

CG: Difícil, muito difícil. Às vezes a gente precisa, até no meu caso, eu precisei dar um corte muito grande, até em saber notícias da arbitragem, porque é muito difícil parar de apitar. Você não tem vontade, você acha que você tem que continuar, que é uma necessidade, é uma necessidade muito grande. Então foi difícil a decisão de parar. Principalmente precocemente, eu tinha 37 anos, eu tinha mais 8 anos para continuar

atuando, mas eu não podia continuar brigando, principalmente contra o maior nome da arbitragem nacional. Então foi uma decisão que não dependeu só de mim. Porque por mim, por vontade, eu continuaria, mas diante da situação em que eu me encontrava, em relação ao dirigente maior da arbitragem, a escolha naquele momento foi de abandonar. Realmente foi muito dolorido.

IM: Como foi a transição a partir do momento em que você decidiu parar de arbitrar?

CG: Como eu disse anteriormente eu precisei não mais ter contato com a arbitragem. Eu não visitava mais à internet para saber assuntos de arbitragem, saber escalas de arbitragem, procurava ver menos jogos, me interessar menos pelos campeonatos, pelos jogos. Passei assim durante um bom tempo, até que eu pudesse fazer o que eu faço hoje. Hoje eu assisto o futebol, claro que eu apito, toda vez em que eu estou assistindo um jogo eu apito, o tempo inteiro, não é? Então é como se eu estivesse dentro de campo. Mas hoje eu consigo assistir a um jogo sem me emocionar, sem querer estar lá dentro. Mas para isso eu precisei me afastar totalmente. Por isso eu não trabalho em nada relacionado à arbitragem de futebol.

IM: O que mudou em sua vida depois de ter parado de arbitrar?

CG: Bom, a primeira coisa é o ostracismo, não é? Você volta a ser uma pessoa não mais pública, porque quando você é árbitro você é público. Qualquer coisa, qualquer situação negativa que ocorra com você, alguém vai botar em uma manchete “Árbitra de futebol é pega e não sei o que”, entendeu? Então você é uma pessoa pública quando você é um árbitro de futebol. E depois que eu parei não, não é? Veio o ostracismo, eu hoje não sou reconhecida, hoje meu nome não significa nada, as pessoas não conhecem meu nome, não sabem quem eu sou, as pessoas não conhecem a minha história. As pessoas hoje, se você falar em arbitragem de futebol, vão lembrar da árbitra que posou nua, entendeu? Então o que muda na vida da gente é isso. O país não tem memória, a gente simplesmente é esquecida. Sem o trabalho como está sendo feito agora por você, que está resgatando essa memória, continuaríamos esquecidas, entendeu? As pessoas sempre achando que a arbitragem feminina está começando agora. Então eu acho que a maior situação é essa, e a do ostracismo. A pessoa deixa simplesmente de existir e parece que ela nunca existiu.

IM: Qual foi o principal legado que a arbitragem deixou para a sua vida?

CG: Realização. A realização que eu tive. Eu nunca me senti realizada como professora de Educação Física, realizada profissionalmente, não foi o que eu mais gostei de fazer na vida. Ser policial não é o que eu mais gosto de fazer na vida, mas apitar futebol foi a melhor coisa que eu fiz na vida. Então que deixou para mim foi essa realização. Eu queria ter a chance de começar tudo de novo, fazer tudo de novo. E entrar em campo, botar meu uniforme, entrar em campo, apitar. Satisfação, então a arbitragem me deixou isso. Me deixou também orgulhosa por ter me mantido uma pessoa íntegra, mesmo diante de todas as situações, em que poderia ter optado. Talvez eu tivesse tido outro caminho na arbitragem se eu tivesse optado pelos caminhos errados, pela corrupção. E eu me sinto orgulhosa de nunca ter entrado nisso, de ter seguido a minha educação, a minha formação familiar e educacional e, nunca ter entrado nessa bandidagem toda. E as amizades, também, que a arbitragem me deixou. Ganhei bons amigos, muitos bons amigos no futebol também.

IM: Gostaria de fazer algum comentário ou deixar algum depoimento sobre os temas abordados nesta entrevista?

CG: Eu gostaria apenas de dizer que as árbitras que hoje estão ainda atuando, ou aquelas meninas têm vontade de serem árbitras, que elas tenham muita persistência, que elas insistam porque o caminho não é fácil. O caminho não é fácil. Para nós mulheres é mais difícil, a possibilidade de a gente ter a vivência com o futebol é mais difícil. Porque os homens começam a jogar futebol desde cedo, as mulheres não. As mulheres não têm essa oportunidade de jogar uma pelada, entendeu? O homem joga toda hora, para a mulher é mais difícil. Então persistir. Esse é o recado que eu gostaria de dar. Que as mulheres continuem tentando, continuem estudando porque outras já existiram. Eu sou a prova viva disso. Então dá para chegar. Mas para isso precisa realmente ter muita vontade, ter muito coração e muita persistência.